



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JORGE SOARES PINTO

LEGITIMIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS
A construção da liderança comunitária em Patos, Paraíba

CAMPINA GRANDE, PB
2024

JORGE SOARES PINTO

LEGITIMIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS
A construção da liderança comunitária em Patos, Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFCG como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr Valdênio Freitas Meneses

CAMPINA GRANDE, PB
2024

P6591

Pinto, Jorge Soares.

Legitimidade e movimentos sociais: a construção de liderança comunitária em Patos, Paraíba / Jorge Soares Pinto. – Campina Grande, 2024.

108 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Valdênio de Freitas Meneses".

Referências.

1. Movimento Comunitário – Legitimidade. 2. Construção de Lideranças. 3. União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC). 4. Política – Patos(PB) – Movimento Comunitário. I. Meneses, Valdênio de Freitas. II. Título.

CDU 327.35(813.3)(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

JORGE SOARES PINTO

"NOS TORNAMOS LÍDERES": A CONSTRUÇÃO
DE LIDERANÇAS NO MOVIMENTO
COMUNITÁRIO DE PATOS, PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais como
pré-requisito para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 23/02/2024

Prof. Dr. Valdênio Freitas Meneses - PPGCS/UFCG
Orientador

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes - PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. Jonatha Vasconcelos Santos - UNIMA/AL
Examinador Externo



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIO FREITAS MENESES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2024, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 26/02/2024, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JONATHA VASCONCELOS SANTOS, Usuário Externo**, em 26/02/2024, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4213801** e o código CRC **02F15E74**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 23 DE
FEVEREIRO DE 2024

(Nº 457)

CANDIDATO: **Jorge Soares Pinto**. COMISSÃO EXAMINADORA: Valdênio Freitas Meneses, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Ramonildes Alves Gomes, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Jonatha Vasconcelos Santos, Doutor, UNIMA/AL, Examinador Externo. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "*NOS TORNAMOS LÍDERES': a construção de lideranças no Movimento Comunitário de Patos, Paraíba*". ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 16:00h – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet). Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 23 de fevereiro de 2024.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário Acadêmico

VALDÊNIO FREITAS MENESES, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

RAMONILDES ALVES GOMES, Doutora, PPGCS/UFCG

Examinadora Interna

JONATHA VASCONCELOS SANTOS, Doutor, UNIMA/AL

Examinador Externo

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato **JORGE SOARES PINTO**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIO FREITAS MENESES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/02/2024, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 26/02/2024, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE SOARES PINTO, ECONOMISTA**, em 26/02/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JONATHA VASCONCELOS SANTOS, Usuário Externo**, em 26/02/2024, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 27/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4213681** e o código CRC **A3DE3F3E**.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa, agradeço a Deus por me sustentar até aqui, “porque dEle, por Ele e para Ele, são todas as coisas”. Agradeço em seguida a minha esposa, Dra. Islanny Alvino Leite Soares, pois sem o apoio dela, não teria iniciado o mestrado, nem tão pouco teria nutrido interesse pelo doutorado. Sem dúvidas, sua dedicação, incentivo e doação pessoal foram a força necessária nesse período. Durante o mestrado, um estado de graça, alegria e felicidade tomou conta de nós, nasceram nossos filhos, Joaquim e Augusto. Agradeço aos meus pais, Lina e Dilomar que se sacrificaram para que os filhos pudessem ter acesso à educação. “As rugas e os calos são por nós”. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, um curso que eu não imaginei estar inserido e ter me atraído depois da seleção. Agradecimento ao professor Dr. Valdênio Freitas Meneses por ter aceitado o convite para a orientação e por ter dado as condições para o desenvolvimento desta pesquisa. A todos os professores que contribuíram de todas as formas para minha formação acadêmica em Ciências Sociais: Dra. Ramonildes Gomes, Dr. Lemuel Guerra, Dr. Ronaldo Sales, Dr. Gonzalo Rojas, Dra. Elizabeth Lima, Dr. Rodrigo Grünwald e Dr. Jonatha Vasconcelos Santos (avaliador externo). Agradeço de coração ao meu tio Marcones e sua família, Rosilene, Marcos e Márcia, por terem aberto as portas de sua residência e me acolhido quando precisei pernoitar para cursar as disciplinas do mestrado em Campina Grande. Também agradeço aos líderes da UAC por terem confiado a mim um pouco de suas histórias na luta comunitária, especialmente a José Ilton de Oliveira Batista, atual presidente da UAC, por abrir as portas dessa organização e disponibilizado os documentos sempre que eu precisava; e ao vereador, Sales Jr. por ter dado o primeiro acesso e contato à Secretária de Desenvolvimento e Habitação, Mila, no início da pesquisa.

Obrigado!

RESUMO

PINTO, Jorge Soares. Legitimidade e movimentos sociais: A construção de lideranças comunitárias em Patos, Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2024.

“Como a legitimidade de uma liderança é construída dentro de um movimento comunitário?”. Essa indagação constitui a linha principal desta pesquisa realizada com o movimento comunitário na região de Patos, Paraíba. Este movimento provou o surgimento em 1994 da União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC), uma organização com propósitos de liderar a luta comunitária nessa região, congregando um grande número de associações urbanas e rurais presentes em 26 municípios paraibanos, com sede em Patos. Seus presidentes, José Gonçalves da Silva Filho, José Ilton Oliveira Batista, Elizabete Barreto de Oliveira e Veridiano da Silva Martins, ao mesmo tempo que atuaram no campo das lutas por melhorias nos bairros, representando o movimento social organizado em associações comunitárias como “organizações de base”, procuraram construir para si a uma imagem ideal de liderança comunitária. A partir da análise de narrativas dos sujeitos, foi possível compreender que a construção da legitimidade da liderança para falar em nome da luta no movimento comunitário local vai além de ocupar o cargo de presidente dessa organização social. Esta legitimidade foi construída a partir de recursos sociais e de poder observados no campo comunitário em estudo, como o reconhecimento da imagem construída de líder comunitário, a autoconstrução dessa imagem, o tempo na militância, as relações de *brokerage*, o sentimento de pertencimento construído e os resultados dos conflitos. A busca por uma legitimidade para a liderança comunitária revelou um quadro de dicotomia entre aceitação e rejeição de novos atores e produziu um paradoxo entre conquistas e esfriamentos neste movimento comunitário. Certamente, os presidentes da UAC se posicionaram como instrumentos de construção deste movimento comunitário ao passo da construção da legitimidade de suas lideranças, em Patos, Paraíba.

Palavras-chave: legitimidade; construção de lideranças; movimento comunitário; UAC.

ABSTRACT

PINTO, Jorge Soares. Legitimacy and social movements: The construction of community leadership in Patos, Paraíba. Dissertation (Master's in Social Sciences) – Federal University of Campina Grande, 2024.

“How is the legitimacy of leadership constructed within a community movement?” This question constitutes the main line of this research carried out with the community movement in the region of Patos, Paraíba. This movement proved the emergence in 1994 of the Union of Community Associations of Patos and Region (UAC), an organization with the purpose of leading the community struggle in this region, bringing together a large number of urban and rural associations present in 26 municipalities in Paraíba, with headquarters in Ducks. Its presidents, José Gonçalves da Silva Filho, José Ilton Oliveira Batista, Elizabete Barreto de Oliveira and Veridiano da Silva Martins, at the same time worked in the field of struggles for improvements in neighborhoods, representing the social movement organized in community associations as “organizations of base”, sought to build for themselves an ideal image of community leadership. From the analysis of the subjects' narratives, it was possible to understand that the construction of leadership legitimacy to speak on behalf of the struggle in the local community movement goes beyond occupying the position of president of this social organization. This legitimacy was built from social resources and power observed in the community field under study, such as the recognition of the constructed image of a community leader, the self-construction of this image, the time spent in activism, brokerage relationships, the feeling of belonging constructed and the results of conflicts. The search for legitimacy for community leadership revealed a dichotomy between acceptance and rejection of new actors and produced a paradox between achievements and cooling down in this community movement. Certainly, the presidents of the UAC positioned themselves as instruments for building this community movement while building the legitimacy of their leaders, in Patos, Paraíba.

Keywords: legitimacy; leadership building; community movement, UAC.

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
CEHAP	Cia Estadual de Habitação Popular da Paraíba
CMH	Municipal de Habitação de Patos
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Patos
DEM	Democratas (Partido Político)
FEPAMOC	Federação Paraibana do Movimento Comunitário
FNEM	Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PHS	Solidariedade (Partido Político)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMP	Região Metropolitana de Patos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINFEMP	Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região
UAC	União das Associações Comunitárias de Patos e Região
UMAC	União Municipal das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas de Patos

Lista de Diagrama

Diagrama 1 – Rede de interdependência entre sujeitos, organizações, instituições políticas e UAC.....	25
Diagrama 2 - Estruturas da construção da legitimidade da liderança comunitária.....	96

Lista de Quadro

Quadro 1 – Lista dos presidentes da UAC.....	19
Quadro 2 - Entidades filiadas à UAC no município de Patos, PB.....	28

Lista de Mapa

Mapa 1 - Localização das associações comunitárias dos presidentes da UAC no município de Patos, PB.....	31
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Os presidentes da União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC)	17
1.1.1 José de Oliveira Pio.....	20
1.1.2 José Gonçalves da Silva Filho.....	20
1.1.3 José Ilton Oliveira Batista.....	21
1.1.4 Elizabete Barreto de Oliveira.....	22
1.1.5 Veridiano da Silva Martins.....	23
1.2 A União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC)	28
1.3 Recortes metodológicos	39
1.4 Limites da análise	42
1.5 Neutralidade do pesquisador: uma autocrítica	43
1.6 Notas sobre liderança, brokerage e movimentos sociais	46
1.6.1 Constructo social de liderança.....	46
1.6.2 As relações de brokerage.....	48
1.6.3 Movimentos Sociais.....	50
2 (AUTO)RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM “IDEAL” DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA	59
2.1 “O padrão dele é de ajudar as pessoas”: o reconhecimento da liderança comunitária	59
2.1.1 Uma dicotomia no movimento comunitário local?.....	62
2.2 “Gosto de trabalhar de graça”: a autoconstrução da liderança comunitária	64
3 TEMPO DE MILITÂNCIA, RELAÇÕES DE BROKERAGE E TENSIONAMENTOS COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE DA LIDERANÇA COMUNITÁRIA	71
3.1 “Vai gostando, se adaptando, conhecendo mais”: o tempo de militância comunitária	72
3.2 “A gente tenta conversar com eles”: as relações de brokerage na luta comunitária	75
3.3.1 Quando falam em nome da UAC: as lutas passadas e presentes.....	76
3.3.2 Quando falam em nome de si: as lutas pessoais.....	81
3.3.2.1 <i>Um paradoxo no movimento comunitário local?</i>	82
3.3 “Ele não combinava com algumas coisas que a gente fez”: os tensionamentos como dinâmica de construção da legitimidade da liderança comunitária	84
3.3.1 UAC, os presidentes das associações e as disputas pelo mesmo espaço sociopolítico.....	86
3.3.2 Viana, José Gonçalves, eleições e poder.....	87
3.3.3 Viana, José Ilton e os “estilos”.....	89
3.3.4 José Ilton, José Gonçalves, UAC e UMAC.....	91
3.3.5 A corrida pelos apartamentos do São Judas Tadeu I e II.....	92

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	106
ANEXOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC) é uma organização social criada em 1994 e se propõe a liderar o movimento social comunitário na região de Patos¹, na Paraíba. Os cinco sujeitos que lideraram essa organização desde sua fundação até os dias atuais, como presidentes eleitos, certamente contribuíram para a construção do movimento comunitário nesta região. É no município de Patos, principal município dessa região e onde se localiza a sede da UAC, que se constituiu o campo principal de atuação nas campanhas reivindicativas lideradas por seus presidentes. Neste sentido, o movimento comunitário local foi sendo remodelado ao longo do tempo, ao passo do trabalho dos presidentes da UAC que construíram relações de poder em forma de liderança comunitária. Embora se perceba a presença da UAC no movimento comunitário regional, há de se questionar de que forma os presidentes dessa organização construíram uma legitimidade para falar pelo movimento comunitário em Patos. Ou seja, não necessariamente, ser presidente da UAC poderia conferir legitimidade ao sujeito para representar a luta comunitária em questão. Esta dissertação apresenta, portanto, outros elementos que estão na esteira da construção da legitimidade de lideranças em movimentos sociais e contribui para o debate, por exemplo, sobre relações interpessoais na construção de movimentos sociais por meio da legitimidade de suas lideranças.

Um movimento social pode ser criado, sustentado, reconfigurado, expandir-se e se contrair, provar de momentos “aquecidos” ou “arrefecidos” por diversas razões. Sidney Tarrow (2010) explica em seu livro *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político* que as “janelas de oportunidades” nas estruturas de poder dominante e a “cristalização” dos interesses do movimento são momentos marcantes na dinâmica dos movimentos sociais. Essa dinâmica também é observada no comunitarismo em Patos. Suas lideranças desenvolveram um papel preponderante na construção de engajamentos dos seus públicos por meio de ideais difundidas pelos presidentes da UAC. Ou seja, é justamente na capacidade de influenciar ações coletivas que essas lideranças se corporificam no imaginário do público específico e são reconhecidas nesse processo contínuo de construir um certo nível de envolvimento dos liderados na “luta”. O universo estudado nesta dissertação é o movimento comunitário na região

¹ A UAC diz congregar as Associações de Moradores, Associações Comunitárias, Sociedades de Amigos de Bairros, Associações de Favelas, Cortiços, Loteamentos Clandestinos, Entidades Comunitárias, Movimentos e Organizações Populares e Entidades Comunitárias em geral, dos bairros e vilas dos municípios de Patos, Malta, Condado, Vista Serrana, São José de Espinharas, São Mamede, Várzea, Santa Luzia, São José do Sabugi, Junco do Seridó, Quixaba, Cacimba de Areia, Passagem, Areia de Baraúnas, Salgadinho, São José do Bonfim, Mãe D’água, Santa Terezinha, Catingueira, Emas, Olho D’água, Teixeira, Maturéia, Imaculada, Desterro e Cacimbas, da zona rural e urbana (UAC, art. 3º, alínea a, 2006 – ANEXO C).

de Patos sob ação da UAC, especialmente no municipal de Patos, induzido pelos presidentes José de Oliveira Pio, José Gonçalves da Silva Filho, José Ilton Oliveira Batista, Elizabete Barreto de Oliveira e Veridiano da Silva Martins. À exceção do primeiro, falecido em 1999, os demais foram escolhidos como exemplos de análise.

Essas tomadas se ligam aos objetivos desta pesquisa. De forma geral, propõe-se estudar, sob luz das Ciências Sociais, a construção da legitimidade das lideranças comunitárias no movimento comunitário em Patos, no espaço social e político da UAC. Algumas questões norteiam a pesquisa de forma específica: a) como o (auto)conhecimento é operado pelo movimento comunitário no processo de construção da liderança comunitária? e b) como o tempo de militância comunitária desses sujeitos é utilizado para construir suas lideranças comunitárias locais? Para responder a essas questões de pesquisa, a dissertação discutirá como o reconhecimento de características idealizadas e impostas pelo movimento comunitário sob escopo da UAC, às lideranças comunitárias atua como uma busca por legitimidade para esses sujeitos para falar em nome da luta comunitária regional? Em contrapartida, “como a autoconstrução dessa imagem é utilizada como um recurso de autodefesa por eles?” Ainda, de que maneira o tempo de militância comunitária, entendido como um espaço onde são construídos pertencimento e conflitos, enquanto sujeitos que atuam em nome da UAC e de si, são reivindicados como fatores de legitimidade da liderança na luta comunitária?

Os objetivos traçados para a pesquisa são consoantes às preocupações antigas da UAC quanto às atribuições que o líder comunitário deveria ter (UAC, 1996). A possibilidade de alguém falar sobre associativismo nas reuniões, trazendo mais informações sobre as atribuições dos líderes comunitários (UAC, 1996) revelam a busca por legitimidade para as lideranças como objetivo geral do coletivo. Outro exemplo da busca por um perfil “adequado” de líder comunitário se deu quanto foi realizada uma dinâmica de grupo intitulada “terremoto” com o tema “o perfil da liderança”. Foram formados grupos de quatro pessoas e os resultados (descobertas) foram: o líder comunitário tem o seguinte perfil: segurança, disponibilidade, firmeza, juízo, otimismo, confiança, eficácia, sinceridade, coragem e democracia (UAC, 1996). Esses dois casos exemplificam os desejos antigos dos primeiros associados dessa organização. A legitimidade da liderança estava sempre presente como objetivo coletivo.

Até chegar à definição dos objetivos geral e específicos para esta dissertação², o caminho do objeto de pesquisa sofreu algumas intercorrências, próprias da construção da pesquisa científica. Foi no contato com alguns atores do campo do movimento social

² Agradeço a todos que contribuíram para esta pesquisa. Os erros e as imprecisões são de minha responsabilidade, unicamente.

comunitário, organizado em associações comunitárias em Patos, que a pesquisa foi redefinida finalmente, tomando rumos gerais para ser desenvolvida. Enquanto pensava a disputa por espaços (no sentido físico e das políticas habitacionais) no município, tendo o Conselho Municipal de Habitação de Patos, CMH como uma arena onde vários atores competiam pelos rumos da política municipal de habitação, conheci algumas personalidades que falavam em nome de diversos segmentos e organizações, desde sindicatos ao movimento comunitário local, passando por representantes de estruturas políticas ligadas ao governo municipal. Eles apresentavam suas demandas relacionadas à moradia no município para serem apreciadas naquele Conselho.

Dos recortes feitos para a pesquisa, concentrei a investida no movimento comunitário local, que era representado por algumas personalidades no CMH, e suas lideranças. Como representantes de grupos, os conselheiros do CMH dispunham de “autorização” e “aceitabilidade” em relação aos grupos representados na condução das demandas e interesses coletivos. Isso chamou a atenção para pensar se a relação entre o coletivo representado e o individual representante poderia conter algum aspecto de legitimidade individual do sujeito em representar e promover a condução das reivindicações neste Conselho? Outro aspecto importante para a definição dos objetivos dessa pesquisa foi o ambiente de “tensionamentos”, no sentido da ação em debater os assuntos concernentes ao Conselho de Habitação, promovidos pelos conselheiros.

Agora, pensando no objeto de pesquisa dessa dissertação, como as disputas e conflitos entre os presidentes da UAC poderiam contribuir para a construção da legitimidade de suas lideranças? Essas disputas entre os presidentes da UAC se processam em várias vias, uma delas é o que eu chamo de a corrida pelos imóveis do empreendimento do MCMV São Judas Tadeu I e II, em Patos (que serão analisados no segundo capítulo desta dissertação). Eles disputaram acesso aos apartamentos do residencial para distribuí-los aos públicos representados por eles. Todas estas alterações serviram para acurar o olhar sobre o que eu poderia estudar diante das possibilidades que se mostravam potenciais e aquelas que foram descartadas.

Portanto, esta pesquisa não surgiu de uma vez só, como quem taxa os objetivos e os persegue até encontrá-los. Ela foi construída à medida que eu adentrava os universos administrativos e militantes dos atores (no contexto do CMH) que seriam escolhidos posteriormente. Ou seja, ao passo da escolha do campo de estudo com o objetivo de entender como se processavam as disputas pela política de habitação no Conselho Municipal de Habitação de Patos, foi relevante refazer o olhar e as potencialidades de estudar como a legitimidade de uma liderança comunitária era construída (no CMH, duas lideranças

comunitárias eram conselheiras). Os personagens surgiram gradativamente ao passo do conhecimento que eu ia adquirindo do novo campo de estudo. Conforme eu ia conhecendo as pautas e os trabalhos de uns, outros foram surgindo.

A finalidade desta introdução, após as considerações iniciais sobre os objetivos, campo, contexto e trajetória da pesquisa, é apresentar as lideranças da União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC) como atores em um movimento social a nível local, em Patos, Paraíba. As ações dos presidentes da UAC e as relações de poder construídas por eles ao longo do tempo expandiram as linhas da luta comunitária para outros segmentos como o sindicalismo municipal e o setor couro-calçadista da região. A UAC, então, se mostrou um motor de construção desse movimento. Aliás, ela já é fruto da luta social comunitária organizada, como será detalhado adiante.

Este resultado foi possível graças aos trabalhos das lideranças que construíram, se não todo, parte significativa do movimento comunitário associativo em questão a julgar pelo tempo de atuação e abrangência associativa, política e geográfica dessa organização. Igualmente, apresento o cenário da pesquisa e os recortes metodológicos impostos à proposta dessa dissertação. Para dar suporte teórico ao assunto, também realizo na introdução uma revisão da literatura sobre as três grandes bases de debates, lideranças, relações de *brokerage* e movimentos sociais naquilo que julguei condições de sustentar a complexidade de se analisar relações humanas entre esses sujeitos, e reflito sobre a construção da legitimidade de lideranças em movimentos/grupos sociais.

Importante frisar que essas questões não têm a pretensão de exaurir a matéria de construção de lideranças comunitária, mas contribuir para o debate a respeito da construção de legitimidade de lideranças comunitárias. Outros temas estão inseridos ao longo do texto e foram friccionados ao principal com o objetivo de dar amplitude à questão. As proposições giram em torno (auto)reconhecimento e a imagem que é construída no movimento comunitário local, o tempo de militância dos personagens, as relações de *brokerage* que eles se inserem, a construção do pertencimento à causa comunitária, os tensionamentos entre eles e entre eles e organizações sociais, lealdade, prestígio, retórica, narrativa, relações de poder e dominação política e social, projeto político pessoal, engajamento político e construção de mercados a partir do movimento comunitário em Patos. O intuito é entender como esses elementos atravessam a construção da legitimidade de lideranças comunitárias.

Uma liderança reconhecida como “verdadeira”, isto é, aquela que produz efeitos reais nos rumos de um movimento social, por vias de dominação, poder e controle, que o líder “ideal” desenvolve no campo comunitário, é ratificada socialmente pelos pares. A visão construída

sobre si, de forma individual, no sentido dado por Goffman (1975), e aqui apresentada como um autorreconhecimento, só tem efeito concreto caso o coletivo a ratifique, o reconheça como tal. Isso porque, uma vez aprovada e aceita pelo coletivo, a liderança comunitária passa a poder falar pelo movimento e apontar caminhos para a atuação deste movimento como um todo. Essa dinâmica revela a legitimidade individual do líder e a aceitação coletiva desse poder e controle.

A liderança legítima e o poder/influência/dominação do líder são categorias que estão umbilicadas no universo do movimento comunitário local sob escopo da UAC. É nesse sentido que acredito que o reconhecimento de tributos ideais de liderança, caracterizados também por Neves (2003), são mais fortes do que os níveis oratórios ou discursivos, a exemplo de expressões do tipo “estamos lutando”, apontados por Comerford (1999) como elementos de construção de lideranças desse tipo, embora esses últimos produzam certos efeitos. Ou seja, é no agir e no posicionamento efetivo do sujeito diante dos interesses dos vários atores em jogo que se constrói a liderança legitimada pelo próprio movimento social.

Ainda no campo da legitimidade, o tempo de militância comunitária representa um recurso valioso consumido pelos presidentes da UAC à medida que os sujeitos vão tecendo suas atuações neste campo. Não somente o tempo medido em anos/meses, mas o gasto de vida, a entrega à causa, a intensidade do agir do líder dessa organização que pode ser consumido em um curto espaço temporal. Ao se posicionarem no entremeio e vários interesses ligados às comunidades filiadas à esta organização, aproximo-os daquilo que Wolf (1956), Burt (2005), Boissevain (1977) e Mayer (1977) apontam como *brokers*.

No tempo de militância também se constrói pertencimento à causa e aos conflitos de toda sorte, que são instrumentalizados no próprio processo de construir suas lideranças no movimento comunitário em questão, entre estes personagens. É bem certo que nem todos os presidentes da UAC apresentam características eficazes de *broker*. Ou seja, mesmo que eles incorporem as funções estatutárias dessa organização no sentido das reivindicações comunitárias nas várias frentes que esta organização enfrentou ao longo de sua história, como também nos casos recentes (alguns exemplos estão em capítulos seguintes), nem todos podem ser apontados como *broker*. Em outros termos, a legitimidade da liderança é reconhecida e aceita pelo coletivo que ratifica a imagem de líder construída e está além da ocupação do cargo de presidente da UAC. O coletivo aponta naquele indivíduo as características “ideais” de liderança. Essa perspectiva se liga à construção do líder nas relações de *brokerage* no sentido de que o *broker* é um indivíduo que é apontado, indicado, procurado para intermediar relações e interesses.

Preliminarmente, mesmo sem querer apresentar um “padrão” social no universo em questão (Marcelo Rosa, 2011), é possível apontar que a “autoconstrução” (Goffman, 1975) e o “projeto político pessoal” (Velho, 1881) estão presentes em todos os personagens da pesquisa. Esse “comportamento” percebido das lideranças estudadas, também foi visto nos estudos de Neves (2003), Comerford (1999) e Meneses (2014). Porém, quando se tenta analisar as trajetórias dos presidentes da UAC, a partir das “contradições” apontadas por Maresca (1981), vê-se que José Ilton não ascendeu a postos mais altos na política municipal, apesar de tantos anos como presidente da UAC. Mas o movimento de se tornar presidente da UAC e ter se “distanciado” do dia-a-dia da Associação de Moradores do Conjunto Nova Conquista, de acordo com Viana, pode ser um comportamento contraditório, ainda que em menor escala. Já Elizabete permanece ligada à UAC tal qual José Ilton e José Gonçalves. No caso dela, com uma fidelidade “sentimental”. Ela mesma expressa essa característica igualando esse sentimento a um “vício”, porque “vai gostando, se adaptando, conhecendo mais”. Quanto a José Gonçalves e Viana, há semelhanças no sentido da manutenção na luta comunitária. Cada um a seu modo, expandiu-se a outros campos, captando dos novos universos valores e códigos que são importantes para a construção de lideranças em questão e a busca da legitimidade para suas ações como líderes comunitários.

Na seção seguinte, apresento os presidentes da UAC e suas relações com o movimento comunitário local e minhas impressões a partir dos contatos com eles durante a pesquisa. De maneira geral, quem e o que eles são no contexto dessa pesquisa reflete as infinitas conexões sociais entre atores, organizações e instituições políticas que proporcionaram a construção de suas imagens atuais como lideranças comunitárias.

1.1 Os presidentes da União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC)

Além da abrangência geográfica dessa organização, conforme alínea *a* do art. 3º do seu Estatuto Social³, a escolha desses personagens⁴ passa pelo tempo de atuação da UAC no movimento comunitário regional. Aqui, o tempo medido em anos/meses é importante para a escolha desses sujeitos. Mas, como será debatido, a legitimidade da liderança vai além de fatores relacionados ao cargo ocupado. Entre 1993-94, período de fundação dessa organização, e 2024, ano de apresentação deste estudo, são mais de 30 anos liderando a luta comunitária, basicamente encarada nesta dissertação como ações que reivindicam melhorias materiais para

³ ANEXO B

⁴ ANEXO A

os bairros, onde “a ‘luta social’ aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública” (Sader, 1988, p. 29). Também destaco a heterogeneidade de características gerais que os personagens desta pesquisa apresentam: um é servidor municipal, vereador e sindicalista; o outro é presidente de um importante centro de comercialização de couro-calçadista da região; o atual presidente não tem ocupação registrada formalmente, mas está há 17 anos no cargo de presidente da UAC e o outro personagem é professora da educação básica, foi a primeira e única mulher presidente da UAC. O detalhamento e o contato com estas lideranças serão descritos mais adiante nesta dissertação. É neste recorte temporal (1994-2024) que o estudo nesta dissertação se propõe a pensar a construção da legitimidade dessas lideranças comunitárias como presidentes da UAC a partir de seus trabalhos. Para este período, a pesquisa não se amarra às datas de eventos de forma específica, mas procura entender, considerando alguns exemplos como amostragem de fatos históricos, a construção dessas lideranças a partir de relações construídas por elas.

De certo modo, ao ser apontado muitas vezes como “jornalista” que queria “fazer entrevistas” com a comunidade ou como “pesquisador da universidade” que queria contar a “história do movimento comunitário de Patos”, pude perceber que as portas para questões mais espinhosas no campo de pesquisa estavam sendo abertas. Na inserção no campo e diante do acesso a dados sobre o campo, questões do tipo “porque houve o desligamento de Viana da UAC?”, “quais são os motivos dos atritos entre os presidentes da UAC?”, impuseram uma certa resistência para as respostas. Porém, a estratégia de criar um ambiente “seguro” para os entrevistados, deixando-os falar de suas ações, sem “prender” as respostas às questões do roteiro, deu segurança para que eu pudesse entrar nesse campo conflituoso entre os presidentes. Pude perceber que, quanto mais os entrevistados falavam das questões que eles queriam falar, não necessariamente enquadrados pela entrevista, mais eles apontavam episódios que proporcionaram a produção de evidências para o desenvolvimento da pesquisa e o surgimento de novos *links* que conectavam os presidentes da UAC aos elementos posicionados para análise nesta dissertação. Ou seja, sem impor um roteiro específico, eles foram tecendo comentários que contribuíram para a construção desta pesquisa. Todos os presidentes da UAC estão descritos no quadro 1, eleitos nos dez congressos da UAC.

Quadro 1 – Lista dos presidentes da UAC

Congresso da UAC	Presidente	Vice-presidente	Mandato da gestão
1º Congresso Regional da UAC	José de Oliveira Pio	José Gonçalves da Silva Filho	1º de maio de 1994 a 18 de maio de 1996
3º Congresso Regional da UAC	José de Oliveira Pio	José Gonçalves da Silva Filho	19 de maio de 1996 a 02 de maio de 1998
3º Congresso Regional da UAC	José Gonçalves da Silva Filho	Francisca das Chagas Vasconcelos	02 de maio de 1998 a 28 de maio de 2000
4º Congresso Regional da UAC	Veridiano Martins da Silva	José Gonçalves da Silva Filho	28 de maio de 2000 a 25 de maio de 2003
5º Congresso Regional da UAC	José Ilton Oliveira Batista	Veridiano Martins da Silva	25 de maio de 2003 a 15 de junho de 2006
6º Congresso Regional da UAC	José Ilton Oliveira Batista	João Bosco Eleutério de Assis	15 de julho de 2006 a 25 de junho de 2009
7º Congresso Regional da UAC	Elizabete de Oliveira Batista	Francisca Aparecida Lourenço de Oliveira	25 de julho de 2009 a 25 de junho de 2013
8º Congresso Regional da UAC	José Ilton Oliveira Batista	José Roberto de Lima	16 de julho de 2013 a 04 de junho de 2016
9º Congresso Regional da UAC	José Ilton Oliveira Batista	Francisca Aparecida Lourenço de Oliveira	04 de junho de 2016 a 04 de fevereiro de 2023
10º Congresso Regional da UAC	José Ilton Oliveira Batista	José Fábio Marques de Santana	04 de fevereiro de 2023 a 04 de fevereiro de 2027

Fonte: Elaboração do autor (2023)

A exceção de José de Oliveira Pio, o primeiro a ser apresentado a seguir, os outros personagens foram surgindo à medida que eu me permitia entender como esses atores chegaram ao ponto que eu os encontrava. Ou seja, ao conhecer José Gonçalves, ainda no CMH, o público que ele representava e os cargos e funções que ele desempenhava, pude elaborar questões de pesquisa que guiarão a visão do que eu poderia aprofundar no estudo. Posteriormente, conheci José Ilton, indicado por José Gonçalves. Em seguida, entrevistei Elizabete e Viana. Essas duas últimas entrevistas se deram no mesmo dia em locais diferentes, UAC e Centro de Comercialização Couro-calçadista de Patos, respectivamente. Ao apresentar os personagens principais dessa pesquisa, também justifico a escolha deles a partir das indagações que iam sendo suscitadas ao longo da sua construção. Como dito anteriormente, este estudo foi surgindo gradualmente. Do contato e conhecimento sobre eles, as questões de pesquisa também foram sendo definidas. Essa dinâmica é apresentada a seguir:

1.1.1 José de Oliveira Pio

José de Oliveira Pio foi o primeiro presidente da UAC e viria a exercer a função mais duas vezes, entre 1994 e 1996 e entre 1996 e 1998. Nascido em 1960, em Patos, Paraíba, era agente comunitário de saúde municipal e locutor de rádio. Sempre ligado às questões comunitárias, fez parte dos trabalhos da Ação Social Diocesana de Patos que trabalha no fortalecimento da organização comunitária a partir da agricultura familiar camponesa, comunidades quilombolas e economia solidária. Fundou a Associação Comunitária do Noé Trajano e em 1994, fundou a UAC juntamente com José Gonçalves. Casou com Francisca Aparecida Lourenço em 1987. Faleceu em 16 de dezembro de 1999, vítima de um desabamento de um telhado durante um café da manhã. Nas palavras de dona Francisca, “ele era exemplo de humildade e trabalho”. O contato com os outros presidentes ajudou a aprimorar melhor as questões que serviram de pilares para esta dissertação. Os quatro presidentes entrevistados e o contato com eles são apresentados a seguir. De forma espontânea, todos os entrevistados permitiram ser gravados por áudio e fotos por meio do meu smartfone pessoal.

1.1.2 José Gonçalves da Silva Filho

José Gonçalves da Silva Filho, nasceu em 1964. Como ele destaca, cresceu durante a ditadura militar brasileira em Currais Novos, Rio Grande do Norte. É funcionário público municipal, sindicalista e vereador em Patos, Paraíba. Exerceu a presidência da UAC durante os anos de 1998 a 2000. Esse curto período como presidente contrapõe a influência que ele tem no movimento comunitário e na UAC, como será debatido adiante. O primeiro contato que eu tive com ele foi durante a 2ª reunião do Conselho Municipal de Habitação de Patos (CMH)⁵, realizada na Casa dos Conselhos, em 9 de março de 2023. Nesse período, esta dissertação se propunha a estudar a “disputa por espaços (no sentido físico e das políticas habitacionais) no município, tendo o Conselho Municipal de Habitação de Patos uma arena onde vários atores disputavam os rumos da política municipal de habitação”. Na ocasião, “Zé” Gonçalves se apresentava como conselheiro, representando a Câmara dos Vereadores de Patos de forma oficial. Eu participava da reunião como “pesquisador” e pude perceber a influência que ele

⁵ A entrevista com José Gonçalves foi transcrita e está no ANEXO D desta dissertação. O contexto dessa entrevista girou em torno do CMH, a atuação política junto a movimento sociais, sua trajetória e a política municipal de habitação em Patos. Dado o conteúdo das respostas, foi possível entender a construção de sua legitimidade como liderança comunitária no movimento comunitário local a partir dos elementos postos nesta pesquisa, como (auto)reconhecimento, tempo de militância, pertencimento, *brokerage*, conflitos e disputas de várias naturezas.

exercia entre as comunidades no município. Um exemplo de sua atuação foi quando ele comentou que, em uma reunião como aquela, “poderia colocar mais de 200 pessoas, facilmente”. Naquele momento, não sabia que ele se referia aos movimentos sociais de Patos, sobretudo ligados às carências das comunidades nos bairros mais pobres e às associações comunitárias organizadas nos bairros do município.

José Gonçalves é presidente da Associação de Moradores do Bairro Juá Doce e Adjacência, em Patos, e na ocasião, também “falava em nome” do movimento comunitário local, ou seja, alguém que transitava entre as estruturas legislativas no exercício da vereança e na “base” popular, que conseguia administrar as expectativas das comunidades nas lutas simbólicas e materiais nesse campo. O assento no CMH destinado a esse segmento já era ocupado pelos indicados da UAC, titular e suplente. Logo em seguida, o entrevistei na sede do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região (SINFEMP) e pude conhecer sua vida na “luta comunitária” sobretudo ligada aos movimentos sociais urbanos por moradia, a partir do qual, juntamente com José de Oliveira Pio, fundaram a União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC), com sede em Patos, Paraíba; descoberta que lapidou o olhar deste estudo.

Agora, quais os presidentes da UAC e como foram suas ‘gestões’? Com essa indagação em mente, pude redimensionar os objetivos da pesquisa, não mais focada na questão da moradia no município no escopo do Conselho Municipal de Habitação, mas, como a UAC se comportava nesse universo do associativismo comunitário, já que desde 1994 que se registra sua atuação na região e que conseguiu eleger um vereador, justamente um ex-presidente e cofundador da organização, Zé Gonçalves. Que relevância a UAC teria para o município principalmente no contexto das reivindicações comunitárias como uma ‘intermediária’ que fizesse uma ponte entre as associações e o poder público municipal? Que tipo de conquistas, simbólicas e materiais, poderiam ser creditadas à atuação da UAC nesse campo, na região?

1.1.3 José Ilton Oliveira Batista

José Ilton Oliveira Batista, nasceu em 1960, natural de Patos, Paraíba, é o atual presidente da UAC. Iniciou no cargo de presidente em 2003 e foi até 2006 em seu primeiro mandato. Depois de ter cumprido os períodos de 2006 e 2009, 2013 e 2016, 2016 e 2023, reeleito até 2027, ele decidiu não mais aceitar o cargo de presidente da organização. Este longo período no cargo de presidente da UAC contrapõe ao poder que ele tem junto ao movimento

comunitário regional, como será analisado nesta pesquisa. Indicado por José Gonçalves⁶, amigo de longa data que vinha da Associação de Moradores do Conjunto Nova Conquista, o atual presidente da UAC já constava nas atas das primeiras reuniões dessa organização e conhecia muito bem o seu funcionamento e o campo da pesquisa, principalmente, porque é o presidente mais longevo com mandato até 2027.

Na entrevista com José Ilton, realizada no dia 22 de junho de 2023, na sede da União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC), pude perceber alguns elementos que logo liguei à proposta final da pesquisa. Ajudado pelos elementos dispostos no ambiente em que se deu a entrevista, na sede da UAC, como *banners* de eventos do movimento, objetos posicionados, o modo de se vestir, os chinelos nos pés e o jeito de falar, as expressões, José Ilton começa a elaborar a imagem do atual estágio da luta comunitária em Patos e na região: a “luta comunitária está estagnada. Os presidentes [das associações] querem não. Eu ainda tô aqui há muito tempo. Hoje, a gente tá funcionando aos trancos e barrancos. Tá difícil esse trabalho”. Essas falas são acompanhadas pela indicação que ele faz de sua bicicleta, “estacionada” dentro da casa que serve de sede para a UAC, como único meio de transporte que ele dispunha no exercício da presidência desta organização, seguido de um desabafo: “(...), mas a gente não tem pernas *pra* ir, meu transporte é uma bicicleta”. A imagem criada sobre si combinada ao ambiente e ao diagnóstico atual da luta comunitária foram os ingredientes finais para eu formular a questão que nortearia a dissertação: Que contribuições, simbólicas e materiais, um presidente de uma organização da abrangência da UAC poderia dar à luta comunitária? E mais, que relações sociais estariam camufladas como elementos modeladores desse universo na atuação de um líder de associação?

1.1.4 Elizabete Barreto de Oliveira

Elizabete Barreto de Oliveira é nascida em 1968, Patos, Paraíba. É professora municipal de educação básica e, juntamente com Francisca Aparecida Lourenço de Oliveira (vice), foi a única mulher à frente da UAC entre 2009 e 2013. No dia 15 de agosto de 2023, realizei, na sede da UAC, a entrevista⁷ com ela. É a atual presidente da Associação Comunitária do Bairro Belo

⁶ Todas as entrevistas com José Ilton ocorreram na sede da UAC e está no ANEXO E desta dissertação. Esta entrevista teve como norte sua atuação no movimento comunitário local, a atuação da UAC, os desafios de ser presidente, as conquistas da UAC e o próprio movimento social.

⁷ A entrevista com Elizabete foi transcrita e está no ANEXO F desta dissertação. A entrevista teve como norte sua atuação no movimento comunitário local, a atuação da UAC, os desafios de ser presidente, as conquistas da UAC e o próprio movimento social.

Horizonte I, vinculada à UAC. Quando realizei o primeiro contato para esse fim, eu já conhecia os conflitos entre presidentes das associações e presidentes da UAC pela entrevista com o presidente José Ilton, e tentei realizar a entrevista com ela em particular para tentar entrar nessas questões mais espinhosas relacionadas aos presidentes, como disputas políticas, por exemplo. Em resposta por meio de WhatsApp, confirmadas durante a entrevista, Elizabete indica uma posição de lealdade ao grupo que dirige a UAC atualmente, José Ilton e José Gonçalves; este último, embora não esteja ocupando cargos na organização, exerce influência sobre os membros atuais, como será debatido nos capítulos desta dissertação. Respostas do tipo “Eu sempre estou com ele”, completada com “na UAC”, era um discurso fortemente alinhado ao de José Ilton. Em muitos momentos, como que defendendo o atual presidente das críticas, indicava os apoios que a UAC tinha. Esse aspecto expôs a necessidade de eu aprofundar a pesquisa nas discordâncias dentro do jogo de interesses, ora pessoais, ora comunitários que a UAC transitava. Ou seja, “que alinhamentos e conflitos estavam entranhados nas relações construídas pelos presidentes da UAC?”

1.1.5 Veridiano da Silva Martins

Veridiano da Silva Martins é sapateiro e nasceu em 1956, Patos, Paraíba. Foi presidente da UAC entre 2000 e 2003. A entrevista com ele⁸ ocorreu o mesmo dia da realizada com Elizabete. É mais conhecido como “Viana”, ex-presidente da UAC e atual presidente da Associação dos Sapateiros, formalmente desvinculado da UAC, mas não do movimento comunitário, como ele explica. Além da oportunidade para eu pensar que possivelmente, haveria movimento comunitário fora da órbita da UAC, a entrevista serviu como uma evidência forte para pensar as disputas políticas internas na organização entre os presidentes já captadas nas outras entrevistas. Viana tinha muito a falar, “protegido” pela imagem do Centro de Comercialização do Calçado, onde a entrevista foi realizada, exibido com grande orgulho por ele, um espaço que abriga 60 stands, onde os fabricantes de calçados de Patos têm a oportunidade de comercializar seus produtos. À medida que a entrevista foi se desenvolvendo, ele foi se sentindo mais seguro para falar dos seus projetos, dos episódios e das conquistas que ele liderou em Patos e em alguns municípios circunvizinhos. A crítica à UAC, sobretudo ao atual presidente, o qual ele adjetiva como “parado”, um presidente que “não se movimenta, nem

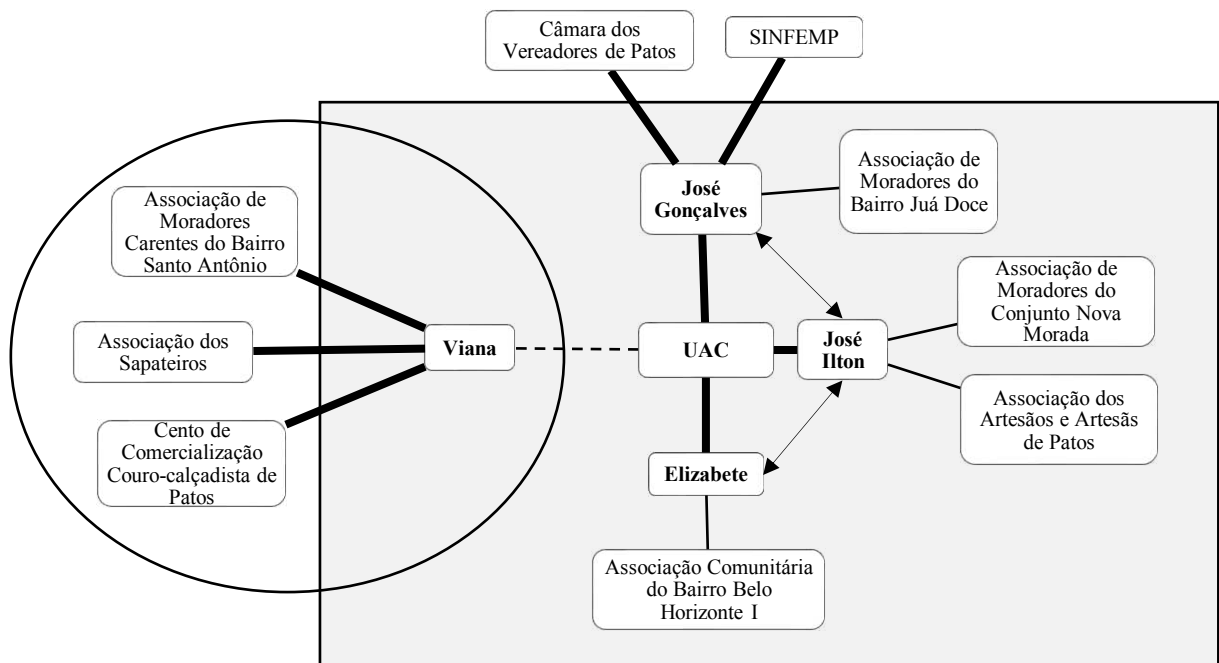
⁸ A entrevista com Viana foi transcrita e está no ANEXO G desta dissertação. A entrevista teve como norte sua atuação no movimento comunitário local, a atuação da UAC, os desafios de ser presidente, as conquistas da UAC e o próprio movimento social.

visita as associações da UAC”, se misturava a falas do tipo “eu estou sempre pronto *pra* ajudar”, e vai relatando episódios em uma tentativa de ligar o atual momento da luta comunitária à imagem das lideranças atuais da UAC.

Alguns destaques introdutórios sobre os presidentes da UAC ficam por conta de José de Oliveira Pio e José Gonçalves da Silva Filho que fundaram a UAC e exerceram as presidências no início da trajetória dessa organização. Viana, que foi presidente, e em seguida, vice de José Ilton, deligou-se “parcialmente” do grupo que comanda a UAC nos dias atuais. Os demais permanecem e estão à frente da organização atualmente. Outro destaque é a permanência de José Ilton na presidência desta organização, de 2003 até 2023, reeleito até 2027. Registro também para as únicas mulheres a presidir a UAC desde sua fundação, Elizabete e Francisca, entre 2009 e 2013, intercalando os períodos de José Ilton. No caso de Elizabete, é importante pensar que o “trabalho administrativo”, entendido como aquele “interno” ao movimento e que não se relaciona diretamente com a “temperatura” das reivindicações, permanecendo nos bastidores das listas de frequência, da elaboração de ofícios, do controle financeiro e de outros, ajuda a “sustentar” a UAC, e por assim dizer, o movimento comunitário liderado por esta organização.

Estes sujeitos construíram, ao longo do tempo de militância, interdependências pessoais, políticas e de projetos entre si, indicadas no diagrama 1. Certamente, ao longo da história da UAC e do próprio movimento comunitário na região, o desenho das alianças não foi o mesmo. A dinâmica das relações de poder entre atores sociais imprime novas formas à estrutura que eles orbitam. Mas não somente isso, as alianças entre os atores possuem forte teor de “amizade”, indicada pela dupla-seta no diagrama 1, como uma categoria que permeia e atravessa as relações institucionais que a UAC imprime. Ou seja, não somente porque eles estão “do mesmo lado”, mas por disporem entre si desse tipo de elemento que fortalece ainda mais as alianças. É possível que, em algum momento, houvesse uma interdependência alta entre todos eles, ligados pelo vínculo organizacional da UAC e, à medida que os relacionamentos foram se dando, as alianças foram, ou se fortalecendo ou se rompendo. Como será visto posteriormente, José Ilton e José Gonçalves provaram de um episódio que colocou à prova tanto alianças políticas e de projeto, quanto pessoais. Viana e José Gonçalves também apresentaram momentos em que as alianças pessoais foram rompidas. O diagrama a seguir é a fotografia atual das conexões entre os atores da pesquisa, organizações e instituições políticas.

Diagrama 1 – Rede de interdependência entre sujeitos, organizações, instituições políticas e UAC



Fonte: Elaboração do autor (2024)

- Movimento comunitário liderado pela UAC e as conexões sociais de seus presidentes
- Movimento comunitário não liderado pela UAC
- (linha grossa) Nível alto de interdependência (aliança forte)
- (linha fina) Nível intermediário de interdependência
- - - - - (linha tracejada) Nível baixo de interdependência (aliança fraca)
- ↔ Amizade

Em Norbert Elias (1994), o problema central da sociologia consiste em analisar as interdependências que ocorrem entre as pessoas. Essas relações costumam o ambiente tenso entre atores sociais, organizações, instituições políticas e UAC. O diagrama 1 reflete o momento atual e mostra as interdependências entre esses atores e organizações, indicando as conexões sociais que os presidentes da UAC realizam para manter suas posições no campo comunitário local e sugere a construção de alianças entre José Gonçalves, José Ilton e Elizabete e Viana. O traço mais forte indica uma aliança forte entre Gonçalves, José Ilton e Elizabete, intermediados pela UAC. Esse nível elevado de interdependência é atravessado pela amizade entre eles. O fortalecimento desse elemento na construção das alianças ajuda a manter coeso o grupo mesmo diante de “crises” internas, como foi o caso dos desdobramentos da filiação da UMAC à UAC, isto é, de um ponto de divergência forte entre eles, houve o chamado “comum acordo” e a permanência do bem maior para eles que era a UAC e a luta comunitária dessa organização.

Não está claro se estes três sujeitos mantêm o mesmo nível de aliança com suas respectivas associações⁹ com reuniões periódicas, construções de pautas e movimentos, articulações com outras associações e atores de fora do sistema da UAC etc. Por isso mesmo, o traço mais fino ilustrado no diagrama 1 representa uma interdependência intermediária entre eles e suas respectivas associações. Nesta mesma ótica (alianças entre presidente da UAC e suas respectivas associações comunitárias), as entrevistas indicam que Viana possui relação forte com as associações em que ele é presidente.

Ele é posicionado na dinâmica do digrama 1 na intersecção entre o movimento comunitário liderado pela UAC e o segmento couro-calçadista na região a partir do Centro de Comercialização do Calçado de Patos, devido aos conflitos entre presidentes e as disputas por recursos pessoais, de estima, políticos e de projetos que permeiam as relações entre eles. A linha pontilhada, então, sugere uma aliança fraca entre Viana e o campo comunitário liderado pela UAC já que ele se afastou do grupo que comanda a UAC e do movimento comunitário liderado por esta organização, mas mantém certa “estima” em relação à organização já que fez parte dela e ajudou a construí-la.

Outro ponto de destaque fica por conta de José Gonçalves que construiu um tripé de sustentação, conseguindo se manter fortemente ligado à UAC e a outras esferas de poder fora do movimento comunitário do tipo Câmara dos Vereadores, como vereador, e do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região (SINFEMP). Essas alianças construídas ao longo do tempo, portanto, indicam uma interdependência entre atores e organizações no campo comunitário de Patos e operam para construção local e regional de suas imagens.

Os elementos dessa pesquisa provocam outras questões que dão suporte às questões principais assentadas sobre a construção da legitimidade do líder comunitário no campo dos movimentos sociais, como: qual a importância de José Gonçalves no campo dos movimentos sociais? quais as condições sociais e políticas que permitiram José Ilton ser o presidente da UAC por mais tempo? quais implicações para o movimento comunitário têm o desligamento de Viana do grupo atual que comanda a UAC? Como um dos argumentos dessa dissertação, o tempo (anos/meses) na presidência da UAC, sempre reivindicado como fator de legitimidade, é sempre relativo quando se observa o poder, influência e dominação que os sujeitos, como lideranças comunitárias, empregam junto ao movimento. Como será visto, o longo tempo como presidente não configurou legitimidade ao sujeito; nem o curto período, a não legitimidade. Isso

⁹ Uma ressalva necessária aqui é que Elizabete narrou alguns contextos em sua fala sobre uma revitalização da associação comunitária na qual é presidente, e Viana, por sua vez, indicou em sua entrevista haver proximidade com sua a associação.

porque a legitimidade da liderança é construída por outros elementos: reconhecimento, pertencimento, reposicionamento em conflitos, atuação do sujeito, dentre outros que serão vistos nos capítulos desta pesquisa.

Estas discussões e as demais ao longo do trabalho são analisadas sob a ótica da legitimidade do líder que passa pelo reconhecimento como liderança, pelo tempo de militância, as relações de *brokerage*, pelos tensionamentos entre sujeitos e organizações e pelo pertencimento à luta comunitária que reconfiguram o campo comunitário em questão. Esses elementos contribuíram, em alguma medida, para que os personagens dessa pesquisa pudessem construir-se como lideranças comunitárias, desenvolvendo relações de poder entre eles, especificamente em Patos. Em linhas gerais, os temas dessa dissertação colaboram com os debates promovidos por Comerford (1999), Maresca (1981), Marcelo Rosa (2011) e Meneses (2014), quanto à construção ideal de uma imagem; Boissevain (1977), Mayer (1977) e Meneses (2014), sobre o comportamento intermediador de personagens entre diversos interesses; Tarrow (2010) e Santos (2021), sobre os múltiplos encaixes contextuais dos movimentos sociais, os enquadramentos, as redes de mobilização e a dinâmica de protestos; e Gomes (2015, 2021) sobre as ligações de movimentos/grupos sociais às políticas públicas como recursos em disputa.

A UAC, propriamente dita, será caracterizada a seguir com destaque para os elementos que contribuem para sua construção como um instrumento de mobilização da luta comunitária local. Seus presidentes estão contidos nesse processo não somente pelo cargo ocupado por certo tempo, mas pela imagem construída na luta comunitária, uma vez que, ao falarem pela organização social, também falam por si. Estes sujeitos lideraram a luta comunitária local por meio da UAC, mas, mesmo assim, até que ponto eles podem ser identificados como líderes legítimos nesse campo? Ou, que elementos estão postos neste campo que dão legitimidade ao sujeito para falar em nome da luta comunitária local? como os elementos característicos de broker contribuíram para a construção da legitimidade dessas lideranças comunitárias locais? o que os episódios de conflitos entre os presidentes da UAC revelam nesse processo de construir a legitimidade deles como lideranças? como o tempo de militância comunitária é operado no campo pelos sujeitos principais? Essas dimensões darão conta de entender a construção da legitimidade da liderança comunitária nos presidentes da UAC, em Patos, na Paraíba.

1.2 A União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC)

Conforme seu Estatuto Social, datado de 2006, o domínio geográfico da UAC são 26 municípios com sede em Patos¹⁰. Esses municípios formam a Região Metropolitana de Patos (RMP), de acordo com a Lei Complementar nº 103/2011 da Paraíba, acrescentados de outros dois municípios, Imaculada e Olho D'água (UAC, 2006). Segundo o IBGE (2023), a região possui 243.806 habitantes. A RMP é a 3ª maior região metropolitana do estado, a 7ª maior do interior do Nordeste e a 3ª maior do Sertão do Nordeste (FNEM, 2023), o que nos dá a noção da dimensão que a UAC possui no estado da Paraíba. Apesar da abrangência regional da UAC, esta pesquisa é de recorte municipal, em Patos. Isso porque é neste município que está a sede atual da UAC e onde há a maior participação dos presidentes dessa organização nas lutas comunitárias. Somente em Patos são 25 associações filiadas à UAC, segundo o atual presidente, José Ilton. Outra justificativa nesse sentido é que as associações comunitárias dos presidentes da UAC estão todas localizadas também em Patos, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Entidades filiadas à UAC no município de Patos, PB

Nome da Associação	Localização	Atual presidente
Associação dos Moradores do Bairro Vila Mariana	Vila Mariana	Hildeberto Duarte de Medeiros Antão
Associação Comunitária da Vila Cavalcante (ASCOVIC)	Vila Cavalcante	Cleuza Silva Morais
Associação Comunitária do Bairro Belo Horizonte I	Belo Horizonte	Elizabete de Oliveira Barreto
Associação Comunitária do Bairro Monte Castelo	Monte Castelo	Edilma Lourenço Veloso
Associação Comunitária dos Moradores do Alto da Tubiba	Alto da Tubiba	Joseane de Brito Oliveira
Associação de Apoio a Mulher Patoense	Centro	Maria do Socorro Cavalcante
Associação de Moradores Carentes do Bairro Jatobá e Adjacência	Jatobá	Pedro Jorge Batista de Lima
Associação de Moradores do Bairro da Vitória	Bairro da Vitória	José Eravani Meira Cavalcante “Mudinho”
Associação de Moradores do Bairro Dona Milindra	Bairro Dona Milindra	“Preto”
Associação de Moradores do Bairro Jardim Queiroz	Jardim Queiroz	Karol Januário de Lucena
Associação de Moradores do Bairro Jardim Redenção	Jardim Redenção	Dilane Morais de Almeida Gomes

¹⁰ ANEXO C

Associação de Moradores do Bairro Juá Doce e Adjacência	Juá Doce	José Gonçalves da Silva
Associação de Moradores do Bairro Matadouro	Matadouro	Joana Dârc Anicete de Santana
Associação de Moradores do Bairro Salgadinho	Salgadinho	Pedro Trajano
Associação de Moradores do Bairro São Sebastião	São Sebastião	Maria Gorete da Silva
Associação de Moradores do Bairro Sete Casas	Sete Casas	Gertrudes Oliveira de Medeiros
Associação de Moradores do Conjunto Noé Trajano	Noé Trajano	Francisca Aparecida Lourenço
Associação de Moradores do Conjunto Nova Conquista	Nova Conquista	José Ilton Oliveira Batista
Associação dos Agricultores do Assentamento Patativa do Assaré	Assentamento Patativa do Assaré	José Roberto de Lima
Associação dos Artesãos/Artesãs de Patos	Centro	José Ilton Oliveira Batista
Associação dos Moradores do Conjunto Edimilson Mota (Itatiunga)	Conjunto Edimilson Mota (Itatiunga)	Gilson Monteiro
Associação dos Moradores do Sítio Serrote Liso	Serrote Liso	Eliane Pereira Bento
Conselho de Moradores do Monte Castelo	Monte Castelo	Roberta
Conselho de Moradores dos Bairros Morro e Liberdade	Morro e Liberdade	Heleno Belmiro da Silva
UMAC – União Municipal das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas de Patos	Centro	José Roberto de Lima

Fonte: UAC (2023)

Embora a representatividade da UAC seja consideravelmente alta, tanto por questões geográficas, como pelo tempo de atuação na região e o modo como isso poderia, de alguma forma, projetar o seu presidente, o argumento deste estudo é no sentido de que outros elementos, tão importantes quanto, poderiam produzir legitimidade ao presidente dessa organização como liderança comunitária local; e que a legitimidade desses líderes não estaria ligada ao cargo de forma específica, mas sim à imagem construída pelo sujeito no movimento comunitário local. Embora, reconheça-se a importância da organização para o sujeito, mesmo assim, a legitimidade de sua liderança não se conforma à ocupação do cargo tão somente.

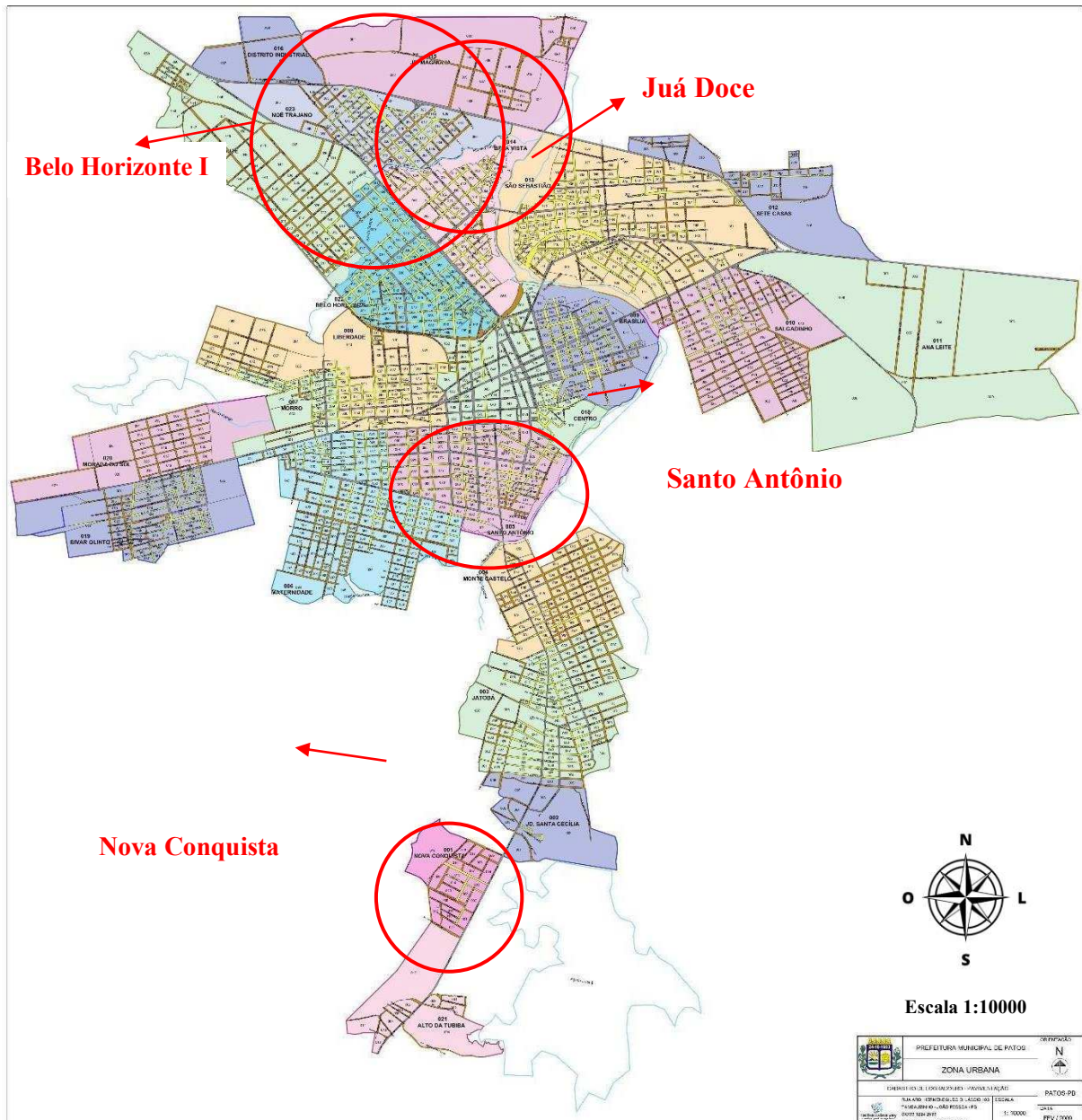
No caso concreto, veremos que um dos presidentes tem 17 anos no cargo, entre mandatos intercalados e reconduções, mas não dispõe de poder e influência tanto quanto um outro presidente; que, embora tenha ocupado o cargo por dois anos apenas, imprime uma forte relação de poder, relativamente. Este segundo personagem transita entre a Câmara dos Vereadores de Patos, no exercício da vereança municipal e tem o sindicato dos servidores

municipais como uma âncora de visibilidade. Aspecto que corrobora o argumento de que a imagem de liderança é construída da relação entre vários universos sociais que ajudam a posicionar o sujeito como líder. Isto é, a imagem do sujeito não é construída somente dispondo a UAC como escudo. Esta relação de poder alcança outros presidentes por vias de gratidão, estima, consideração e reconhecimento das características idealizadas por eles.

Da mesma forma que a representatividade geográfica da UAC não transfere automaticamente aos seus presidentes legitimidade, o tempo dessa organização na luta comunitária, quase três décadas, também não é sinônimo de legitimidade para eles. Isso porque, muito além do tempo medido em anos/meses, a legitimidade da liderança comunitária tem a ver com o dedicar-se à luta de forma efetivamente reconhecida e aceita pelos pares, independentemente do tempo no cargo de presidente. Esses exemplos e análises preliminares ajudarão a compreender como a legitimidade da liderança comunitária é construída no movimento comunitário de Patos.

Destaca-se, também, as respectivas associações comunitárias onde os presidentes da UAC são presidentes locais, apresentadas no mapa 1, a seguir: José Gonçalves da Silva é presidente da Associação de Moradores do Bairro Juá Doce e Adjacência; José Ilton Oliveira Batista é presidente da Associação de Moradores do Conjunto Nova Conquista; Elizabete de Oliveira Barreto é da Associação Comunitária do Bairro Belo Horizonte I e Veridiano da Silva Martins é da Associação de Moradores Carentes no bairro Santo Antônio e da Associação dos Sapateiros.

Mapa 1 – Localização das associações comunitárias dos presidentes da UAC no município de Patos, PB



Fonte: Prefeitura Municipal de Patos, PB. Destaques nossos (2023).

Antes de apresentar a UAC, cabe aqui fazer uma distinção metodológica-conceitual sobre a pesquisa. A dissertação toma como “campo de pesquisa” todas as associações e entidades que compõem o movimento comunitário associativo filiado à UAC, desde 1994, ano de sua fundação, a 2024, ano de apresentação desta dissertação, no município de Patos e região, caracterizadas como “organizações de base” (Matos, 2003). Entende-se por associação toda pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada a partir da união de ideias e esforços em torno de um propósito lícito e comum, com objetivos de centralizar e organizar

forças de determinado segmento, local ou estrato, para representar, de maneira mais eficaz, interesses comuns (MPMG, 2010).

Embora Silva (1994) inscreva que caracteres do tipo “comunitário” de uma organização esteja vinculado à localidade geográfica onde a ação coletiva se desenvolve de forma privilegiada, isto é, nos bairros, no contexto deste estudo, associações como a Associação de Apoio a Mulher Patoense, a Associação dos Artesãos/Artesãs de Patos e a União Municipal das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas de Patos (UMAC), que são filiadas à UAC, não têm o fator “geográfico” como determinante para caracterização e classificação de associações comunitárias. São entidades que não se limitam a um bairro de forma específica, logo, numa leitura apressada, poderiam ficar de fora do recorte proposto para a pesquisa (domínios da UAC) se não fossem enquadradas como entidades “de base”, ou seja, que mantêm os mesmos, ou similares interesses comunitários das que possuem o caráter “geográfico” (de bairro) como determinante para essa caracterização, como é o caso da Associação dos Moradores do Conjunto Edimilson Mota (Itatiunga), da Associação de Moradores do Conjunto Noé Trajano, da Associação de Moradores Carentes do Bairro Jatobá e Adjacência e de outras.

Então, ao tratar termos como “movimento comunitário da UAC”, “luta comunitária da UAC”, referimo-nos a todas as “organizações de base” sob escopo da UAC, não necessariamente restritas a aspectos geográficos, ou seja, há uma referência ao agrupamento “de base” organizado em prol de um bem comum para esses grupos ligados a esta organização social. Não se trata, mais uma vez, de todo o movimento comunitário da região, a pesquisa se limita à atuação da UAC, levando em consideração o intervalo de tempo entre 1994 e os dias desta dissertação. Esse aparente desencaixe com o recorte proposto para a pesquisa não representou importância empírica significativa uma vez que a dissertação trata dos sujeitos que presidiram a UAC como organização social. O trato desses atores com as entidades filiadas a essa organização não diferencia uma da outra pela característica geográfica, mas como um único movimento comunitário em Patos.

A UAC é uma organização social inserida no universo do movimento comunitário e se posiciona como uma unidade mobilizadora e instrumento de luta de base ao reivindicar para si a liderança do movimento em Patos e na região. Como “embrião de organização popular”, nas palavras de Doimo (1995), cria associações comunitárias nos municípios de sua jurisdição como item de repertório de ação. Sobre a nomenclatura “UAC”, a primeira reunião dessa instituição com registro em ata foi em 1º de maio de 1993 e elegeu seu primeiro presidente, José de Oliveira Pio, tendo, como vice-presidente, José Gonçalves da Silva Filho. Os objetivos do grupo fundador da instituição giraram em torno de “independência política e partidária” da

organização, como nas falas de José Gonçalves em 20 de janeiro de 1996, a “independência” da UAC deveria ser construída “sem partidarismos” e, nas palavras do presidente Pio: “o trabalho da UAC é construir associações, (...) unificar a voz comunitária (...) e construir consciência política nas pessoas para que seja conquistada a independência política delas”.

A UAC é posicionada na necessidade de se construir uma frente em defesa dos bairros, na luta por condições dignas de moradia e na construção da luta em defesa do Movimento Comunitário de Patos e Região. Ela já nasceu com objetivos de intermediação no campo comunitário regional como pode ser visto no art. 3º do seu Estatuto Social, de 2006.

(a) congregar as associações da região de Patos; (b) estimular e ajudar na formação de entidades comunitárias onde estas não existirem; (c) lutar pelo direito à moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, cultura, lazer, esporte, emprego, contra as discriminações de gênero, raça, portadores de deficiências, idosos, criança e adolescentes; (d) fortalecer as entidades comunitárias na luta pela qualidade de vida; (e) buscar formas de unificação dos moradores em nível de cada bairro ou município, evitando a multiplicidade de entidades num mesmo local; (f) promover encontros, palestras, debates, seminários e outras iniciativas que tratem de assuntos de interesses das entidades e lideranças comunitárias como forma de colaborar e enriquecer o conhecimento das lideranças; (g) realizar levantamentos, pesquisas, estudos e outras iniciativas que auxiliem na solução dos problemas da comunidade; (h) incentivar e organizar atividades educativas, culturais, esportivas, recreativas e sociais; (i) participar, junto com outros setores sociais de atividades que visem o interesse comum; (j) se relacionar com entidades comunitárias de outros municípios, estados e das ações e eventos da CONAM; (k) encaminhar as lutas das entidades comunitárias aprovadas em congressos e fóruns próprios; (l) representar suas filiadas política e juridicamente em ações públicas, convênios, assessorias, consultorias e parecerias com órgãos públicos, privados, ONGs e outros; (m) promover ação civil pública na defesa dos direitos de seus filiados e associados, bem como de toda a população, em especial atenção o direito à moradia, a um meio ambiente saudável, ao acesso à água, luz, saneamento, transporte, enfim, toda infraestrutura básica para se viver com dignidade na cidade (UAC, 2006, p.1-2).

Esse trecho e registros antigos dos fundadores da UAC, além de contribuir para localizar os atores em uma dinâmica organizacional, exemplificam a posição da organização em reivindicar para si a liderança a nível regional da luta comunitária, propondo-se a criar todas as condições para que as comunidades sejam “representadas” em suas “lutas”, dando as funções aos seus presidentes e associados. Questionado sobre qual de fato era o trabalho da UAC, José Ilton, atual presidente, sintetiza sua análise nos esforços para fortalecer a luta comunitária frente às dificuldades encontradas nas comunidades:

J: Qual o trabalho da UAC?

Jl: O trabalho da UAC é mais na parte das associações, ajudar a criar no que precisa, ajudar a ver o problema que tá causando e não tá andando (...) só *pra* organizar as outras, fazer um elo maior pra conversar com o prefeito, deputado, governador. É unir as associações *no* objetivo de conseguir melhorias para a comunidade (...) na saúde, educação; tudo a gente faz um pouco. É mais cobrar (...) porque geralmente as

associações são criadas quando os bairros tão em calamidade mesmo. [Quando] não tem galeria, não tem esgotamento, não tem água encanada, energia (José Ilton – Fragmento de entrevista).

Significa que o trabalho da UAC proporciona a construção de pautas e a percepção comunitária sobre aquilo que deve ser reivindicado, se comportando como uma organização que mobiliza forças não somente sociopolíticas nesse sentido, mas também físicas. Atua na própria criação da necessidade e na promoção das linhas para o atendimento dessa demanda.

Na entrevista com José Gonçalves, um dos fundadores da UAC, ele narra o contexto da criação desta organização:

J: Como era o contexto quando vocês fundaram a UAC?

JG: (...) ela [UAC] é uma entidade regional, inclusive, chegamos aqui em Patos a criar o movimento dos Sem Teto aqui no município. Fizemos, inclusive, manifestações, fizemos uma grande assembleia na Associação Comercial que, na verdade, não coube o pessoal, aí a gente teve que ir pra o meio da rua, (...) [o] movimento comunitário e a pauta principal sempre *foi* a moradia, porque sempre existiu aqui em Patos um déficit habitacional muito grande (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

De modo geral, o movimento comunitário é construído por atores sociais com objetivos diversos e repertórios de ação¹¹ que dão organicidade, visibilidade e materialidade a um movimento social, a partir da construção de problemas sociais legitimados no próprio movimento social. No caso do movimento comunitário liderado pela UAC, os registros fotográficos e filmográficos, as atas, as listas de frequência, os ofícios enviados aos órgãos públicos e imprensa, os eventos, reuniões, palestras e encontros promovidos pela UAC, o contato corpo-a-corpo, a convivência, as sociabilidades, as amizades e as pessoalidades, como os convites diretos para participarem das reuniões das associações cerram nas memórias do movimento, os sentidos, sentimentos, símbolos e significados de luta comunitária, bem como documenta todas as fases do movimento social liderado pela UAC. Também contribuem para o processo de construção desse movimento as forças-tarefas do tipo movimentações agrupadas de pessoas nas ruas com unicidade nas reivindicações e de ocupações territoriais (movimento por moradia), muito frequentes no início da atuação da UAC, rememorado com nostalgia pelos presidentes da UAC como exemplos de engajamento comunitário, organização, visão e força; e, recentemente, na corrida pelos apartamentos do São Judas Tadeu I e II, detalhada no capítulo 3 desta dissertação.

¹¹ Charles Tilly (2006, p. 53) aponta outros instrumentos utilizados por movimentos sociais em processos reivindicativos como repertórios de ação, tais como “piquetes, marchas, demonstrações, ocupações, bloqueios, abaixo-assinados, panfletagem, reuniões públicas, cartas, declarações na imprensa e lobbies”. Esses instrumentos são utilizados por movimentos sociais em processos reivindicativos.

A constituição de uma estrutura de vinculações entre as associações e organizações municipais, regionais, estaduais e nacionais dão as estruturas em redes desse movimento formando um sistema de organizações fortalecendo administrativamente a luta comunitária em todo o país. Como um exemplo dessas amarrações são a filiação das associações comunitárias dos bairros de Patos na UAC (que é municipal e regional) e esta, na Federação Paraibana do Movimento Comunitário (FEPAMOC) a nível estadual e na Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) a nível nacional. Essas redes dão corpo à luta comunitária em abrangência nacional assim como outros movimentos sociais nacionais.

Outro tipo de instrumento que proporciona construção do movimento comunitário liderado pela UAC são os seus congressos. Nessas ocasiões, são realizadas novas eleições para presidentes da organização (Quadro 1) e a definição de bandeiras de luta que servirão de guia para os novos presidentes, bem como para todo o movimento comunitário em questão como projetos vinculados aos bairros e planos comunitários para o município. O 1º Congresso da UAC foi realizado em 1993 e contou com a participação do presidente da Federação Paraibana das Associações Comunitárias que liderou os trabalhos da mesa para a eleição da primeira diretoria da UAC e a pauta girava em torno da “independência política” dos cidadãos.

A pauta do 2º Congresso, realizado em 1996, foi a “União e Independência” do movimento comunitário e contou com a presença, dentre outros, de representantes do SEBRAE e Banco do Nordeste. Nos 3º (1998), 4º (2000), 5º (2003) e 6º (2006) Congressos, houve as eleições de novas diretorias e das regionais que cobririam a luta comunitária em todos os municípios circunvizinhos a Patos. Já no 7º Congresso, em 2009, houve o destaque para a chapa que concorreu à presidência da UAC, composta por duas mulheres exclusivamente e o lema: “Chapa Renovação: A vez da mulher na UAC” que colocou Elizabete na presidência da organização juntamente com a vice-presidente, Francisca Aparecida.

Em 2013, foi realizado o 8º Congresso. Além da realização das eleições para à presidência, houve a incorporação de novas áreas para debates: moradia, regularização fundiária, segurança, geração de emprego e renda, cultura, esporte e lazer, saneamento ambiental e básico, orçamento participativo, transporte de qualidade, saúde e educação pública, emancipação da mulher e ampliação dos cadastros junto aos bancos de alimentos, assim como a participação das associações nos conselhos municipais existentes no município. Já no ano de 2016, no 9º Congresso, a pauta da democracia estava em destaque. O lema do congresso foi “Unidade Comunitária em defesa da Democracia”, realizado no contexto nacional do Impeachment de Dilma Rousseff. A luta por moradia continuou como tema e se estendeu ao 10º Congresso, realizado em 2023, especialmente em relação à construção do Conjunto

Habitacional São Judas Tadeu I e II, e a luta para evitar que pessoas proprietárias de casa própria sejam beneficiadas com a nova moradia no residencial.

As atas dos congressos da UAC indicam, portanto, esses dois grandes eixos de condução da luta comunitária na região: a eleição de novos presidentes e vices para determinados períodos e a agenda de lutas que esta organização deverá observar. Em alguns congressos, dada a escassez de informações nesses documentos, não é possível aprofundar na direção das intenções pessoais das lideranças eleitas. Mas, de modo geral, a UAC se posicionou sempre em defesa da “luta comunitária”, tentando se organizar como estrutura social sem perder de vista sua importância no movimento que ela mesma se propôs a liderar. Logo, os congressos da UAC podem ser apontados como exemplos de instrumentos que constroem o movimento comunitário regional ao passo da definição das pautas reivindicativas e de novas lideranças como identificadores de problemas sociais que deverão ser priorizados e quais soluções serão necessárias para solucioná-los.

Neste ponto, é possível traçar uma linha de reflexão entre as eleições de novos presidentes nos Congressos da UAC que poderiam dotar os eleitos de legitimidade como lideranças comunitárias. Ocorre que, as eleições são eivadas de compromissos, alianças e influências pessoais entre os votantes. Não necessariamente as escolhas democráticas entre os associados poderia transferir legitimidade à liderança comunitária eleita, uma vez que esta condição de legitimidade é adquirida pelo reconhecimento na luta comunitária como líderes, pelas conquistas e as ressignificações das derrotas nas campanhas reivindicativas da UAC.

Em outra via de construção, é importante citar as parcerias com o SEBRAE como importante ação de transferência de conhecimento que vai desde as formas de organização social nos bairros, até os cursos profissionais para os moradores das comunidades. Esse aspecto liga a comunidade às linhas profissionais que ajudam a construir o movimento por darem visibilidades aos atores inseridos nesse universo e inserção desses no mercado de força de trabalho. Parcerias desse tipo significam o uso de instituições como importantes instrumentos de criação social de necessidades e soluções no campo comunitário pelas lideranças e redirecionamentos dos caminhos que o movimento comunitário deve seguir a partir disso.

Como ajuda humanitária e, ao mesmo tempo, contrapartida para assiduidade dos associados nas reuniões das associações, ações do tipo distribuição de alimentos, apontados por Elizabete, Viana e José Ilton como ações rotineiras nesse universo social, são instrumentos que também ajudam a organizar o movimento comunitário. Também como forma de atrair as associações para as reuniões, há a imposição da diretoria da UAC de que somente participam dos congressos com direito a voto se as associações, na figura de seus presidentes, quitarem as

mensalidades atrasadas. É uma forma de construir o engajamento dos associados para o debate promovido pelos presidentes nos congressos da UAC. A assiduidade dos associados nos remete ao aspecto do engajamento comunitário. Ocorre que todos os entrevistados foram enfáticos em afirmar que a luta comunitária estava estagnada. A questão que se coloca é “porque a organicidade e voluntariedade não estaria fortemente presente no atual momento da luta promovida pela UAC?” Esta dissertação argumenta que um tipo de liderança comunitária produz certo tipo de envolvimento na luta promovida por esta liderança, como uma autoalimentação de estruturas sociais.

O financiamento do movimento comunitário também é um instrumento importante para construção desse universo, por exemplo, por via das mensalidades, de doações, de emendas de políticos ligados às organizações e associações que compõem a luta comunitária, bem como por contribuições financeiras da prefeitura sob forma de subvenção social. No caso das mensalidades das associações, o baixo engajamento associativo relatados pelos entrevistados influencia a assiduidade das mensalidades devidas e impõe dificuldades à UAC em se manter funcionando na luta comunitária regional.

Já no caso das emendas, é importante tensionar o aspecto “apartidário” exposto em nível discursivo pelos presidentes da UAC. Isso porque, segundo o presidente José Ilton, o vereador José Gonçalves (PT) tentou conceder algumas emendas parlamentares à UAC, mas como as associações filiadas à UAC estavam “devendo” à Receita Federal, a UAC não conseguiu acesso ao recurso. Segundo o presidente da UAC, “a prefeitura exigiu tanto documento que não tem como a gente [UAC] conseguir esse documento”. Esse tipo de ação levanta dúvidas sobre os estreitamentos entre a UAC e partidos políticos, sempre rechaçados nas falas dos entrevistados.

Na via de repasses de recursos públicos municipais à UAC, sob escrutínio da Lei Municipal nº 4.798/2016, na forma de subvenções sociais¹², atualmente subscrita em R\$1.000,00 (mil reais), é importante pensar até que ponto o relacionamento entre UAC e Prefeitura possibilita momentos de “aquecimento” e “esfriamento” na atuação da UAC como unidade que reivindica melhorias para as comunidades. Em outras palavras, como o repasse de recursos pensado como uma forma de “ajuda” às organizações sociais pode, ao mesmo tempo, “frear” os descontentamentos comunitários nas lutas por melhorias para os bairros? Quando questionei Viana sobre o motivo do baixo engajamento das associações como assinalaram todos

¹² Mecanismo jurídico que possibilita o repasse de recursos públicos diretos do tipo transferência corrente, destinada a cobrir despesas de custeio de instituições públicas e privadas de caráter assistencial ou cultura (prestadoras de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional), sem finalidade lucrativa, às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, conforme Lei federal nº 4.320/64 e Lei municipal nº 4.798/2016 do município de Patos.

os entrevistados, ele fez um recorte desde quando era presidente da UAC, sua saída e recentes críticas sobre como se deu o relacionamento entre UMAC e UAC, em um contexto de conflito interno entre lideranças. Ele indica, finalmente, que o “esfriamento” da luta comunitária estava ligado, dentre outros fatores, ao relacionamento entre Prefeitura e UAC sob comando da subvenção social que o poder executivo municipal repassa à organização:

Terminou meu mandato na UMAC e não quis mais continuar, nem da diretoria, fiquei fora completamente. Porque a UMAC não avançou? Fez reunião com secretário, discutiu bem, mas o prefeito ‘cala a boca’ que sempre acontece. Bate, bate, batia lá e o prefeito “calou a boca” deles. É inaceitável! Não é meu perfil. Sou mais ficar afastado...por isso que hoje eu prefiro ser independente (Viana – Fragmento de entrevista).

Este ponto traz o debate em torno das relações de poder entre Estado e movimentos sociais¹³, entre conformação às estruturas da burocracia do Estado em esfriar as reivindicações dos movimentos sociais e o desligamento total e a construção de oposições. Ou seja, o mesmo instrumento que contribui para a manutenção da UAC e, por conseguinte, seu trabalho junto ao movimento social comunitário, apesar da legalidade, pode funcionar como um incentivo para o “esfriamento” oposicionista da organização às forças políticas da Prefeitura municipal de Patos.

Como um último exemplo, mas longe de totalizar a matéria, a ligação do movimento social com profissionais liberais como médicos, advogados, contadores, jornalistas, professores e outros ajuda a alicerçar os ideais da causa comunitária nas estruturas sociais do município. Essa aproximação também constrói e legitima os problemas sociais que servem de objeto de mobilização da UAC. As expertises dos profissionais ajudam a criar uma espécie de argumentos técnicos nesse ambiente político como uma âncora de segurança na narrativa.

Nos termos desta dissertação, estudar o movimento comunitário tendo a UAC como o ponto central se dá porque ela é resultado da luta comunitária local, ao mesmo tempo que se constituiu um importante instrumento de construção desse mesmo movimento. Nesse sentido, quais termos de legitimidade são cobrados dos presidentes da UAC para falarem em nome da própria luta comunitária local? ou como a legitimidade da liderança é construída no movimento comunitário em estudo no contexto sociopolítico da UAC? como a construção da legitimidade dessas lideranças utilizam elementos característicos de *brokers* do movimento comunitário local? como o tempo de militância é operado pelos presidentes na construção de legitimidade

¹³ Esse tema foi palco para debates no Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) intitulado “Entre as Ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos”, coordenado por Marcelo Kunrath Silva (UFRGS) e Marisa von Bulow (UnB), realizado entre 26 a 30 de outubro de 2015, no 39º Encontro Anual da ANPOCS, que ocorreu em Caxambu/MG.

da liderança? como o pertencimento é construído como via de legitimidade da liderança? quais resultados podem ser apontados para a reconfiguração do movimento comunitário liderado pela UAC e ao mesmo tempo, para a construção do poder que estas lideranças usufruem no campo comunitário a partir dos conflitos entre os presidentes desta organização? De modo geral, como esses recursos de poder são utilizados pelos personagens dessa pesquisa para a construção da legitimidade da liderança, para além do cargo de presidente da UAC?

Estas questões serão debatidas nos capítulos desta dissertação. Antes, faço alguns recortes da pesquisa a partir das limitações de ordem pessoal e empíricas, seguidos de um aporte teórico sobre os principais temas dessa dissertação com notas sobre liderança, relações de *brokerage* e movimentos sociais. Este último, posiciono na pesquisa como arco maior em abrangência, ou seja, toda a discussão sobre construção de lideranças comunitárias em Patos, que atravessa questões sobre legitimidade, repousa na dinâmica da construção, do funcionamento, significados e sentidos dos movimentos sociais.

1.3 Recortes metodológicos

A tarefa é pensar a construção da legitimidade das lideranças comunitárias à frente da UAC pelas suas narrativas pessoais na luta comunitária, bem como as relações de poder construídas por elas entre 1993-94 e 2024. Com isso, especificidades como as datas dos eventos descritos neste trabalho, são tangenciadas por não preencherem relevantes lacunas na construção da imagem de lideranças desses sujeitos. Importa, em relação ao recorte temporal, problematizar os quesitos levantados para a pesquisa, como as questões relacionadas às legitimidades da liderança e que relações sociológicas podem ser traçadas com a construção das lideranças comunitárias locais no movimento comunitário liderado pela UAC. Procuo, também, posicionar a dissertação na abordagem qualitativa com uso de registros das reuniões em atas como suporte, eventos, momentos informais, redes sociais¹⁴ particulares e de associações, com objetivos de captar elementos cotidianos dos atores, mas que estão relacionados à luta comunitária.

Como reflexão metodológica sobre as dificuldades de estudar sujeitos que são permeados por diversos universos sociais e que a todo instante estão mudando e se adaptando

¹⁴<https://www.instagram.com/zegonalvesvereador/>,
https://l.instagram.com/?u=http%3A%2F%2Fwww.agorapatos.com%2F&e=AT2u-0GWDpnnC6fsfq21pY9E_mFI_a911NWHAAtdDVdBCJ5ukiFZwD3qcSx8OGWohojkX6mHByyJkKvFR7lzuWxcRrnuM3mf-aGzw, <https://www.instagram.com/elizabetabarreto/>.

às realidades que eles promovem, como são os presidentes da UAC, Marcelo Rosa (2011) traz um estudo de caso sobre uma liderança de movimento social sul-africano. O autor aponta para a dificuldade metodológica de categorizações e generalizações feitas nos estudos sobre movimentos sociais e lideranças. Muitas vezes, as incoerências e controvérsias que esses atores carregam, produzem certo tipo diferente de engajamento na militância de movimentos sociais em relação àquele tipo de militância esperada, como um tipo ideal de militante. Para ele, é importante pensar indivíduos em posição de lideranças, ligados a movimentos sociais, para além das estruturas que o próprio movimento construiu. Ou seja, estes sujeitos foram constituídos não somente por aspectos ligados à luta promovida pelo movimento social ao qual estão ligados, mas por diversas outras estruturas que, em muitos dos casos, não se relacionam nem indiretamente, com os aspectos que formam o movimento social.

As diversas outras coisas que povoam o mundo dos militantes (Marcelo Rosa, 2011) ajudam de alguma forma a construir a imagem do líder de um movimento social. De igual modo ao estudo sobre a liderança de movimento social sul-africano, em que a imagem do militante sul-africano tem forte construção dos inúmeros universos que ele carrega em si ao longo de sua vida, mostro na dissertação que alguns presidentes da UAC se constituíram como líderes nesse processo construtivo de imagem junto ao movimento comunitário associativo de Patos ao absorverem recursos de universos que orbitam fora do movimento comunitário propriamente dito. No caso de José Gonçalves, o sindicalismo e o cargo de vereador em Patos; já no exemplo de Viana, no setor couro-calçadista da região. São perspectivas que agregaram à posição exercida por esses atores junto às suas organizações de base (Matos, 2003). A liderança desses sujeitos é construída socialmente ao longo do tempo de militância por meio de inúmeras oportunidades que eles aproveitam ou não. Ou seja, aqueles que carregam os interesses das comunidades e falam pelos movimentos como um poder construído, útil e legítimo para o sucesso das campanhas reivindicativas lideradas por eles.

Pensando os líderes da UAC em suas funções estatutárias de presidentes dessa organização social, espera-se deles que os interesses das comunidades sejam atendidos e que os presidentes consigam recursos junto às lideranças políticas do município, vereadores e prefeitos e além das fronteiras do estado, como deputados e governadores; afora, manter forte relacionamento com todas as associações comunitárias ligadas à UAC. Essa expectativa poderia ser a construção do “ideal” de presidente da UAC ou do “ideal” militante do estudo de Marcelo Rosa (2011) e poderia ser uma pista para pensar a legitimidade dos líderes comunitários locais, mas até que ponto esses sujeitos são reconhecidos como lideranças? Quais outros elementos estariam na esteira da construção da legitimidade deles como liderança?

Outro estudo importante metodologicamente para esta dissertação é o de Kuschnir *et al.* (2001), em que foi possível olhar para as principais ações dos sujeitos e para os recursos empregados na construção da imagem de líder comunitário dos presidentes da UAC, bem como seus comportamentos nas campanhas reivindicativas e os relacionamentos sociais entre eles. Longe de impor a esta dissertação a metodologia de análise completa das trajetórias desses personagens, foram observados os “*turning points*” da atuação dos presidentes da UAC. Esses “pontos de viradas”, em tradução livre do inglês para o português, são importantes momentos de definição da formação de valores desses atores, como serão apontados em José Gonçalves e Viana. São estruturas simbólicas que sustentam sua posição junto aos movimentos comunitários em Patos, na convivência com inúmeras pessoas e no trânsito por vários mundos, ajustando e conciliando sua identidade segundo contextos e situações, conforme Becker e Strauss (1970).

A dissertação privilegia as narrativas dos entrevistados como principal via de informação. Não há objetivos em torná-las verdadeiras ou falsas, nem as corrigir¹⁵, apenas tomá-las como peças úteis para o alcance dos objetivos da pesquisa, respeitando assim os recortes propostos para a análise. Em si, as falas não contêm nada mais que relatos de vida, memórias, palavras às vezes lineares, às vezes não, das pessoas. Mas é a partir delas que os dados são produzidos e conquistados pelo diálogo que o pesquisador realiza entre a literatura e a pesquisa. As entrevistas não devem ser encaradas como quem observa insetos, no sentido da curiosidade entomológica dado por Bourdieu (2008). Também não deve ter a ideia de que tudo que é falado pelos pesquisados é uma verdade absoluta. O meio termo é o trabalho de escrita, pesquisa, teoria e transcrição/análise do pesquisador.

Ainda por Bourdieu (1997), esta dissertação se vale do binômio “ato interessado/desinteressado”. Todo este trabalho apresenta um conjunto de interesses dos presidentes da UAC sobre como deve ser uma liderança comunitária e como deve ser organizada a atual UAC no campo comunitário. No limite, o ato desinteressado economicamente acaba sendo simbolicamente recompensado e valorizado pelo campo, por exemplo, quando José Ilton diz que “presidente não ganha dinheiro” referindo-se às dificuldades financeiras no exercício da presidência da UAC. É assim que as narrativas dos presidentes da UAC sobre suas ações no movimento comunitário são encaradas nessa pesquisa,

¹⁵ Foram preservadas na escrita dessa dissertação as imprecisões gramaticais das falas dos sujeitos. Por trás dessas imprecisões, há variações socioeconômicas, regionalismos, gírias, acesso à educação formal e outros. Em última análise, o português brasileiro é complexo e gerador de conflitos linguísticos-gramaticais (Marcos Bagno, 2017; 2009, Xoán Lagares, 2018; Bernard Spolsky, 2004; 2009).

porque podem contribuir para outros estudos sobre construção de movimentos sociais por vias de construção das lideranças desses movimentos.

1.4 Limites da análise

Importante fincar alguns limites à análise proposta nesta dissertação. A UAC não é tomada na análise como uma instituição com vida própria. Sua estrutura física (sede), seu Estatuto Social e as condições materiais para se sustentar (mensalidades dos associados, despesas correntes etc.) são elementos analisados juntamente com as narrativas dos sujeitos por não poderem ser analiticamente separados do tempo de militância dos presidentes dessa organização. Por isso mesmo, as dimensões expostas desses elementos vêm no bojo da análise principal. A UAC é o que os presidentes dela foram e são no movimento comunitário local, construída social e politicamente pelo trabalho deles ao longo dos anos.

A análise dessa dissertação não é concentrada diretamente no campo das políticas habitacionais municipais, especificamente, mas os acessos aos imóveis no novo empreendimento da política de habitação inaugurado em Patos¹⁶ foram disputados por muitos, inclusive pelas lideranças entrevistadas nesta pesquisa. Elas empreenderam esforços no sentido de conseguir algumas unidades habitacionais do residencial para os extratos que elas representam, uma verdadeira corrida pelos imóveis. A política habitacional é um recurso de construção de poder e estima nas relações entre formuladores e operadores e o público-alvo, já que a unidade habitacional carrega um valor material e imaterial significativo e está como um dos principais objetivos de vida das famílias. Por ser um bem de grande estima e demanda, a habitação é posicionada como um valor político e social considerável entre os indivíduos e se comportou como um recurso em disputa pelas lideranças dessa pesquisa, bem como uma oportunidade de atuação deles já que possuem o pretense poder de falar pelos grupos que eles representam. Esse tema, o contexto atual nacional, estadual ou municipal, provocam futuras pesquisas a serem inseridas no campo das políticas públicas de habitação.

A estrutura dessa dissertação se relaciona às duas grandes linhas que se propõem a explicar como a legitimidade da liderança comunitária é construída no movimento comunitário liderado pela UAC. Importa então entender que essa divisão é meramente didática, uma tentativa de organização temática do texto, que, na realidade, são camadas de um mesmo

¹⁶ O sorteio dos apartamentos foi realizado dia no dia 23 de dezembro de 2024. As chaves dos imóveis foram entregues aos moradores sorteados dia 30 de janeiro de 2024 (Paraíba, 2024).

fenômeno social. Por exemplo, um mesmo fato narrado pelos entrevistados carrega simultaneamente as dimensões fragmentadas nos objetivos específicos.

Este trabalho também se vale das narrativas dos quatro sujeitos, José Gonçalves, José Ilton, Elizabete e Viana, que são os personagens principais dessa pesquisa, e outros elementos na mesma direção, como o ambiente em que se deram as entrevistas, por exemplo. A razão para esta escolha passa pelo entendimento pessoal de que, ouvindo outras narrativas de outros sujeitos além dos presidentes da UAC, seria uma forma de incorporar camadas e mais camadas às narrativas, expandindo assim consideravelmente as perspectivas, outras narrativas. O recorte metodológico da pesquisa: movimento comunitário liderado pela UAC – presidentes da UAC – lideranças desses presidentes redundam a não necessidade, pelo menos para os objetivos traçados, de contrapontos captados nas falas de outros atores.

1.5 Neutralidade do pesquisador: uma autocrítica

Ao refletir sobre a reflexividade da minha experiência como pesquisador, a escolha (e o descarte) do tema, das questões de estudo e dos participantes, acabam por revelar valores particulares na construção de conhecimento, devendo ser consideradas também nesse processo o posicionamento particular e escolhas posteriores diante das interações entre pesquisador e pesquisados. Sendo assim, a tarefa de pensar a construção de lideranças comunitárias no contexto local tomando por base principal as narrativas dos presidentes da UAC impôs a mim o desafio de escrever sobre essas lideranças sem entrar no campo da crítica pessoal. Revelou por conseguinte, a tensão pessoal entre a minha opinião e inclinação afetiva ou política em relação aos pesquisados e o que é uma análise sociológica com base tão somente nos achados do campo da pesquisa.

Este conflito é um dos temas centrais das Ciências Sociais em geral e da obra weberiana em particular, qual seja, o debate em torno do engajamento ou do distanciamento do cientista em relação à realidade social que constitui seu objeto. Max Weber defendeu uma postura de “neutralidade axiológica” para cientistas sociais sob diversas justificativas¹⁷ que levam a reflexões do tipo: a prática científica, especificadamente, sociológica, deve ou não se envolver com um posicionamento engajado a respeito dos valores estudados? Ou seja, é a tensão entre o

¹⁷ Raquel Weiss, no artigo “Max Weber e o Problema dos Valores: As Justificativas para a Neutralidade Axiológica” (2012), fez uma revisão bibliográfica concentrada em quatro textos de Weber: “A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas” (1904); “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura – em polêmica com Eduard Meyer” (1906); “O significado da ‘neutralidade axiológica’ das ciências sociológicas e econômicas” (1918) e “A ciência como vocação” (1919).

que seria o “juízo de valor”, sinteticamente entendido como um pensamento político, uma opinião do cientista diante do que vê na pesquisa, e “relação de valores” que seria analítica para compreender e reconstruir processos nas Ciências afastando-as de paixões políticas. Uma contribuição, a título de exemplo, que poderia ser dada sobre esta tensão entre o que seria uma opinião pessoal do pesquisador e uma avaliação concentrada tão somente nos achados da pesquisa, na tentativa de se aproximar da tão sonhada “neutralidade” weberiana, pode ser apontada quando se observa que os retornos àqueles que se dedicam às atividades comunitárias, principalmente assumindo postos de destaques, como os presidentes da UAC, vão além de recursos monetários.

O “eu gosto de trabalhar de graça” traz recompensas imateriais, como estima, reconhecimento, gratidão e dívida sentimental e pessoal em relação a um determinado sujeito. Este ponto se relaciona diretamente com falas do tipo “o presidente da associação tem que ser assim como eu, não ter nada”. Não necessariamente ser pobre, que revelaria uma relação monetária direta entre trabalho e recursos monetários, mas captar que o nível de capital monetário acumulado pelo indivíduo que é presidente da UAC não se relaciona ao posto ocupado por ele mesmo. Isto é, independe do poder financeiro do sujeito. A prova disto é José Ilton aceitar ou ser convencido a permanecer na presidência desta organização social por um período incomum, relativamente longo, comparado aos demais. Este exame da pesquisa vem da observação dos valores transitados neste universo e relacioná-los – “relação de valores” – proporciona à pesquisa o debate justamente sobre distanciar-se dos “juízos de valor” e aproximar a análise de tais relações neste universo.

Avaliação como esta também nos leva a questionar o porquê de esses presidentes não abandonarem de vez a luta comunitária diante de problemas e contradições que esta pesquisa aponta ao longo dos capítulos e relatos dos mesmos. A resposta passa por, justamente, compreender, nos termos dessa dissertação, que os retornos e as recompensas não constituem os únicos recursos transacionados neste campo. Isso posto, procurei mapear os posicionamentos dos líderes da UAC e o jogo de poder que implica a construção de ser uma liderança comunitária neste campo específico, o comunitário, que não se limita a elementos monetários, nem ao cargo ocupado. Este é o guia as escolhas metodológicas, escolhas de trechos para analisar e de aspectos evidenciados sociologicamente. Tenta-se, com isso, relacionar as paixões e eventos referenciados pelos pesquisados e mapear processos da questão fundamental: como uma liderança é construída como legítima dentro de um movimento comunitário?

Não há como buscar uma neutralidade absoluta para a análise dos processos sociais expostos nesta pesquisa. Até porque, a própria escolha do tema a ser estudado, dos objetivos

fixados, da literatura e dos entrevistados, bem como das questões levantadas e analisadas, já revelam as preferências pessoais do pesquisador. Muito ou pouco, os valores pessoais do pesquisador acabam por transitar na escrita acadêmica e o contato com os sujeitos acabam produzindo gostos pessoais revelados ou não na escrita. Weber (1991) diria que tanto o agir, quanto o não agir significaria uma tomada de posição em favor de determinados valores. Ou seja, estão em jogo tanto valores do pesquisador, quanto dos pesquisados que revelam as escolhas¹⁸ da e para pesquisa.

Assumindo a existência de numerosos e heterogêneos valores dos sujeitos em suas narrativas (incluindo os do pesquisador), meu esforço está em realizar “relações de valores” alusivos à construção da legitimidade das lideranças comunitárias no movimento comunitário promovido pela UAC e não a realização de “juízos de valor” sobre o que foi narrado do tipo: bom/ruim, bem/mal, certo/errado, correto/incorreto etc. Nem avaliação de tais lideranças como “bom” líder, porque conquista; ou “mau” líder, porque não “corre atrás”. Nessa mesma linha, não se propõe focar nos resultados das atuações dos presidentes da UAC em termos de bens e serviços públicos reivindicados pelas comunidades que poderiam ser posicionados como “muito importantes”, ou “de pouco valor” para os bairros locais. Não se atribuirá mais ou menos importância aos presidentes da UAC, como uma avaliação comparativa entre eles. Não se põe em debate, por final, avaliar a relevância da UAC¹⁹ sob aspectos materiais e ideológicos, como instituição social comunitária do município e região, embora possa aparecer na análise algo semelhante dada a proximidade dos temas.

Definido tais limites para a pesquisa, importante dar suporte teórico ao campo estudado. Sendo assim, uma síntese de uma parte da literatura das Ciências Sociais que versa sobre os temas desta dissertação é apresentada a seguir. A escolha por esta literatura está associada a interesses de pesquisa em entender “como esses personagens construíram legitimidade em suas lideranças no campo comunitário? e quais elementos podem ser apontados como construtores dessa legitimidade para além do cargo ocupado de presidente da UAC. Portanto, a construção social da liderança nas relações de *brokerage* no campo dos movimentos sociais são as grandes

¹⁸ Há de se refletir que o ato de escolher qual trecho das entrevistas deve ser escrito na dissertação já seria uma escolha que o pesquisador faz e isso poderia ser interpretado como um posicionamento político/pessoal entre o que foi relatado diante das questões-base da pesquisa e o que concretamente foi transcrito no trabalho acadêmico. Diante disso, inseri na escrita todos os trechos que mantinham relações com os objetivos da pesquisa. Evidentemente, trechos que não guardavam relações com o objetivo geral e os específicos da pesquisa não poderiam ser considerados como material empírico.

¹⁹ Importante para estudos posteriores compreender até que ponto a visão dada à UAC na sua fundação se tornou um elemento desconstrutivo de luta comunitária. Em termos diferentes, como a regionalidade dessa organização pode ser apontada como um problema interno com repercussões na luta comunitária promovida por ela mesma na região de Patos, Paraíba.

áreas teóricas de nosso estudo e de onde emerge a dimensão sobre legitimidade de lideranças comunitárias, detalhados a seguir.

1.6 Notas sobre liderança, *brokerage* e movimentos sociais

1.6.1 Constructo social de liderança

Poder falar pelo movimento comunitário local é um recurso de poder e influência construído socialmente ao longo da atuação como líder comunitário. Esta é a legitimidade debatida aqui, o líder “de fato” reconhecidamente como liderança comunitária. Este reconhecimento pode se dar tanto para si, como para outros. Criado para outros é como um tributo às características tidas como ideais de liderança, como se um conjunto dessas características tivesse condições de formar o “bom líder”, aquele que “corre atrás, fura barreiras e assegura as transferências de bens”, como apontado por Neves (2003, p.7). No caso de criado para si, opera como um processo de “autoconstrução de imagem” (Goffman, 1975) ideal de liderança comunitária e funciona como uma autodefesa frente às possíveis críticas em relação ao trabalho como presidente da UAC. Essa apresentação de si, para e perante os outros se constrói quando dos esforços que o presidente dessa organização faz na defesa de seus grupos de interesses, posicionando-se como um mobilizador de lutas e a todo instante, procuram se apresentar como quem faz um sacrifício pessoal pelo bem de todos, de seus grupos, como uma constante busca pela legitimidade e aceitação.

Essa perspectiva se assemelha à de John Cunha Comerford (1999), que no seu livro *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*, reúne trabalhos de pesquisas realizados entre 1990 e 1998 junto a trabalhadores rurais. Ele aponta para os esforços que os líderes empregavam na construção intencional da imagem de líder ideal a partir das “falas” e “discursos” do líder em eventos do “cotidiano” (reuniões, assembleias, eleições, amizades, vizinhanças, brincadeiras), ou seja, tanto em situações formais, quanto informais. Nessas investidas, eles mantinham as expectativas dos associados por meio de expressões do tipo “estamos lutando”, ou seja, o líder se insere na luta, lidera a luta e permanece na luta, posicionando-se como figuras “bifrontes e ambivalentes, buscando condições de delimitar e legitimar seu próprio espaço social” (Comerford, 1999, p. 16), para além das funções burocráticas e jurídicas. Tal qual as lideranças no estudo de Comerford, é comum ver expressões do mesmo tipo entre lideranças comunitárias em Patos. Expressões como, “vereador sindicalista, faz a luta”, “nossa luta” e “luta das comunidades” estão cerradas

na construção das imagens nos discursos em reuniões, diálogos e postagens nas redes sociais desses sujeitos.

Em estudos sobre as lideranças dos órgãos de representação camponesa na França, datados de 1981, guardadas as devidas similaridades com esta dissertação, Sylvain Maresca identificou que os sujeitos que eram líderes das associações, ao acessarem postos políticos hierarquicamente mais altos em relação à “base”, se distanciava do cotidiano que o identificava e caracterizava como “camponês”. Esse comportamento contraditório era característico da imagem que ia sendo construída e se aproxima do “projeto político pessoal” que Velho (1981) vai assinalar para aqueles que se posicionam como mediadores de interesses diversos e representantes de grupos. Este aspecto de distanciamento da base pode ser entendido pelo ponto de vista da “escalada social” que Gluckman (1968; 2010), Mitchell (1969), Barnes (1968) e Wolf (2003) empregaram em seus estudos sobre a ascensão sociopolítica de chefes em aldeias mexicanas. No estudo sobre as lideranças comunitárias nesta dissertação, essa dinâmica pode ser observada quando o presidente da UAC se distancia do dia-a-dia de suas associações. Não todos, mas foi relatado na entrevista de Viana que tanto José Gonçalves, quando José Ilton se distanciaram dos trabalhos de suas respectivas associações. Já Elizabete se colocou como alguém que “revitalizou” sua associação depois de ter passado por tempos em que “quase fechou”.

Meneses (2014), ao estudar sobre articulações de políticas públicas e as elites políticas do Cariri paraibano, posicionou os líderes das associações de caprinocultores como atores principais no jogo de distribuição e acesso a recursos da política pública de produção de leite de cabra no Cariri. Ele identificou que, a partir de comportamentos “mediadores” e da negociação das expectativas dos públicos, havia a promoção de um tipo de política, a “politicagem”, tomada em sua análise não como um processo ausente de regras ou “anomia”, mas como um “mecanismo de regulação social” que sistematiza uma lógica específica de “punições e ganhos” entre os atores da caprinocultura no Cariri paraibano. Enquanto negociadores da política pública, esses presidentes constroem suas posições no campo da caprinocultura, perspectiva que se assemelha aos investimentos que os presidentes da UAC fazem enquanto se posicionam entre as expectativas dos seus públicos ao tentar manter sempre o engajamento deles nas demandas por melhorias para as comunidades locais. Essas tomadas estão presentes nas narrativas dos sujeitos da UAC enquanto desenhavam suas atuações de vida na luta comunitária local.

1.6.2 As relações de *brokerage*

A decisão dessa pesquisa em relação ao que a literatura socioantropológica aponta para um *broker* se dá quando compreendemos um processo de “passagem” na construção da legitimidade da liderança comunitária local. Primeiramente, admite-se que as funções típicas da UAC, ou seja, aquelas inscritas no seu Estatuto Social, são atribuições estatutárias dos presidentes dessa organização; e que, à medida que os presidentes da UAC encabeçam as lutas em nome dessa organização, eles exercem as funções “mediadoras” dessa organização, já que ela foi criada para fazer um “elo” entre os interesses comunitários e as personalidades políticas capazes de atendê-los. Somente tomando por base as funções “mediadoras” da UAC não seria suficiente para apontar os elementos que caracterizam um *broker* nos seus presidentes, no movimento comunitário local. Isso porque, à medida que a imagem do sujeito como líder vai sendo encorpada, fortalecida com ganhos simbólicos, políticos e de projeção junto ao movimento social, eles constroem para si um “projeto político”, nas palavras de Velho (1981). Em outras palavras, a imagem ligada à presidência da UAC vai esmaecendo ao passo da construção da imagem de liderança comunitária com outros elementos. O resultado é a legitimidade da liderança comunitária do sujeito reconhecida como tal, muito além do cargo que ocupa/ocupou na UAC.

Nesse ponto, entendo que as concepções sobre *broker* e relações de *brokerage* de Eric Wolf (1956) se encaixam na análise, uma vez que o *broker* tem para si um projeto político pessoal. Wolf (1956) identificou que alguns indivíduos ocupavam posições estratégicas de intermediação política, econômica ou social; entre atores, instituições, situações de conflitos, de interesses, expectativas, desde as cotidianas às complexadas na sociedade. Esses sujeitos ocupam função vital na superação dos “buracos estruturais” das redes sociais, promovendo a ligação (pontes) entre os lados distantes das relações sociais (Burt, 2005). Eles “negociam as expectativas” de seus públicos nas transações de favores de terceiros, oficiais do governo ou detentores de influência junto a poderosos concidadãos e que “aceleravam os negócios” em questão, transitando entre promessas e favorecimentos, de acordo com Adrian Mayer e Jeremy Boissevain (1977). Mayer (2011) ainda identificou que, dentro desses negócios, a responsabilidade final pela transação não era absorvida pelo *broker* em caso de fracasso, mas recaía sobre a pessoa à qual ele tinha acesso. De modo geral, tanto os fracassos, quanto os sucessos, promessas e barganhas poderiam trazer para estes sujeitos consequências positivas e/ou negativas, que poderiam ir do embaraço ao apoio; da hostilidade ao respeito. Esta

perspectiva, portanto, proporciona condições de construir suas posições neste campo (Boissevain, 1974).

Nas relações de *brokerage*, o líder tem acesso aos diversos universos, com valores, códigos e visões de mundo mais ou menos distintos, que proporciona maior habilidade para sua atuação mediadora entre diversas esferas sociais: poder público burocrático e urgência popular, classe pobre e elite, associações de bairro e secretarias de governo, conselhos e entidades etc., e com isso, a possibilidade de criar redes de influências entre grupos sociais diversos. O *broker* nesse processo, procura dar “palpabilidade à presença social dos associados, de suas comunidades e de suas lutas” (Comerford, 1999, p. 16), procurando passar a imagem de estar ligado inteiramente às demandas das comunidades, à base.

A excelência como “mediador” poderia ser medida pelas qualidades mais diretamente relacionadas à “política”; não somente aquelas indicadas por Kuschnir (1993) e Velho (1996), como “obtenção de votos, participação legislativa, boa articulação oral, influência junto à mídia e aos pares”, ou somente nos atos de fazer campanhas eleitorais, mas em toda e qualquer ação de conduzir-se e se relacionar com outros indivíduos, desvencilhando e elevando assim o termo “político” acima dos sentidos deméritos. É neste sentido que procuro expandir o entendimento sobre *broker*. No movimento social em estudo, o sujeito é apontado como alguém capaz de solucionar problemas relacionados ao campo específico, desde dar uma simples informação, até a conclusão de um negócio de compra e venda de materiais daquele campo. O *broker* assim o faz graças aos outros campos em que ele transita como legislativo, empresarial, sindicalismo, religioso etc., ou seja, alguém que adquiriu capacidade para se posicionar como um intermediário entre interesses de todo tipo. O *broker*, então, deve ser encarado como alguém que atua não restritamente em um universo social (por isso mesmo não pode ser observado somente a partir do universo restrito), porém, ao permear várias dimensões sociais, eles adquirem capacidades “mediadoras” capazes de articularem polos distintos, como o cultural, o econômico, o político, o religioso, dentre outros, em que vivem os grupos sociais (Meneses; Gomes, 2021).

Na perspectiva de “escalada social”, Gluckman (1968; 2010); Mitchell (1969), Barnes (1968) e Wolf (2003) apresentam estudos sobre como os chefes com funções intermediárias acabavam ocupando postos na hierarquia colonial entre situações que envolviam figuras burocráticas do Estado e das comunidades em aldeias mexicanas. Esse debate se liga à perspectiva de alterações de padrões de comportamentos dos líderes que constroem laços sociais de influência administrando as expectativas dos seus pares, mantendo-se “vivo” no processo e procurando expandir-se como influenciador social daquele meio. Em outros termos,

é o projeto pessoal sendo construído ao passo do fortalecimento da imagem junto a um segmento específico. Tal qual o estudo de Sylvain Maresca (1981) sobre os representantes camponeses na França.

Importa ainda pensar posição dos mediadores enquanto “porta-vozes em espaços de relações em que tal posição os leva a falar de classe, ou seja, de grupo mobilizado” (Meneses; Gomes, 2021, p. 9). Os agentes mediadores, portanto, constituem “redes, ligações institucionais a partir das ramificações de suas ações” (Gomes; Meneses, 2021, p. 6), portando-se como lideranças do espaço social comunitário, influenciado por outros universos, enquanto campo de força “ator coletivo” de barganhas entre o Estado e a luta comunitária; indo muito além de “intermediador de conflitos locais” (Rosa, 2011).

Esse recorte da literatura expande o entendimento sobre *brokers*, na medida em que alguns sujeitos se posicionam no entremeio de diversas relações, universos, estruturas, interesses e expectativas sociais, visitando os lados mediados e mantendo, por assim dizer, suas posições. Eles administram as expectativas das comunidades no jogo de interesses, ora privados, ora comunitários acabam também promovendo a si próprios enquanto falam em nome da UAC e do movimento comunitário como presidentes dessa organização. Como tais características não poderiam ser automaticamente apontadas em todos os presidentes da UAC, a seguinte questão se apresenta: até que ponto podemos apontar nos presidentes da UAC características de *broker* no movimento comunitário local?

1.6.3 Movimentos Sociais

Estudar sobre legitimidade no movimento comunitário em Patos, nos remete a um arco maior, bastante ramificado, e, por isso mesmo, complexo: os estudos sobre movimentos sociais. Segundo Diani e Bison (2010, p. 220), movimento sociais constituem-se como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações, engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”. No mesmo sentido, Scherer-Warren (2006) define movimentos sociais, ou “rede de movimento social”, como um complexo resultado de articulação de diferentes atores, associações e fóruns que constroem processos de identificação de causas e lutas.

Dentro do movimento comunitário, as associações e ou organizações são centrais e podem ser consideradas um dos principais recursos da ação “movimentalista”, embora não se confundam com ela, na medida em que formam uma importante base daquilo que a literatura dos movimentos sociais conceitua como “estruturas mobilizadoras” (Mccadam; Mccarthy; Zald,

2008). Quando esse movimento se organiza em associações comunitárias, produz capacidade de gerar inovação política e cultural por meio de ações que desafiam as crenças e instituições existentes (Peruzzotti, 2006); ações levadas a cabo por diferentes atores e associações que cruzam e combinam, de forma complexa, perspectivas e identidades na construção de novos quadros interpretativos e novos repertórios de ação política. Assim, uma das principais atribuições dos movimentos sociais é a de questionar, renomear e ressignificar os entendimentos acerca de determinada realidade social. Quando os atores sociais são bem-sucedidos nessa tarefa de “tradução”, os movimentos “iniciam uma conversação com a sociedade e atraem a atenção dos seus membros para uma compreensão mais global de sua causa. Quando isso acontece, o problema e o grupo que o aciona entram definitivamente na vida pública” (Alexander, 1998, p. 27).

Preocupado em medir certos impactos democráticos das associações no plano individual, social ou político, Locks (2017) procura identificar, alicerçado nas Ciências Políticas, alguma centralidade nas vertentes teóricas internacionais, na tentativa de aproximá-las ou reduzir as fortes diferenças das análises sobre associativismo e democracia. Segundo o autor, esta relação pode ser encarada como produto das instituições, seus contextos e culturas, ou como ensaios de uma democracia deliberativa. Coube também às Ciências Sociais acompanhar a atuação dos movimentos sociais a partir da década de 70, corporificados nos partidos políticos, sindicatos e organizações não governamentais, em eventos nacionais como as greves de 79, o movimento pelas Diretas, Já!, o contexto da Constituinte e na Constituição de 1988, os impeachment de Fernando Collor e, posteriormente, de Dilma Rousseff, os protestos contra a Copa do Mundo no Brasil, e os assinalados em 2013 e 2015. Neste sentido, movimentos sociais podem ser encarados como um ator político da sociedade civil detentor de certas especificidades (Diani, 1992).

Em se tratando do movimento associativo comunitário, Boschi (1982) aponta para o início deste como o contexto da redemocratização do Brasil. As “organizações voluntárias” de vários tipos, como profissional, religioso, lazer e até mesmo aquelas centradas no interesse de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas na área de serviços e bens coletivos, foram primordiais para a consolidação da ordem democrática no país. Com a brecha do regime militar na década de 70, os movimentos sociais se inserem no partido de oposição, o Movimento Democrático Nacional (MDB). Foi aí que, segundo Matos (2003)

começaram, efetivamente, os fundamentos dos primeiros movimentos sociais de base popular, particularmente nas regiões onde a estrutura capitalista industrial estava mais

bem assentada, no ABC paulista, justamente pela consciência social, e a luta de classe tinha uma expressão mais arraigada ao cotidiano das lutas salariais (Matos, 2003).

Além do enfraquecimento do regime militar e da revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que restabeleceu as garantias constitucionais à liberdade associativa, Boschi (1987) condiciona o crescimento desse tipo de organização social ao esgotamento repentino do arcabouço macroeconômico que deu conta do “Milagre Econômico” que o país experimentou e a recessão econômica que se seguiu. O movimento comunitário cresceu em meio a um estado autoritário, de modo que vários outros espaços e instrumentos de expressão pública estavam bloqueados. O associativismo comunitário nos anos 70 e 80 era encarado tanto como um caminho para enfrentamento dos problemas cotidianos imediatos, como uma oportunidade democrática de expressão e constituição de identidades (Boschi, 1987). O tema foi cristalizado na Constituição Federal do Brasil de 1988, que traz no seu art. 5º os “direitos e deveres individuais e coletivos²⁰”, especificamente, com “liberdade de associação” e de “criação de associações”, direito de representação jurídica, manter-se e não ser obrigado a permanecer associado.

Esse contexto de florescimento do associativismo no contexto da abertura da ditadura militar brasileira foi campo fértil para diversos estudos ligarem o associativismo à democracia sob várias vertentes, como Warren (2001), Nunes (1982), Boschi (1987), Veiga e Rech (2001), Cardoso (1983), Prattes (2013), Meinen (2014) e Lüchmann, (2014). Mark Warren, por exemplo, chama a atenção, em seu livro *Democracy and association* (2001), para a importância da vida associativa para a democracia ao considerar, entre outros fatores, o fato de as associações serem reconhecidas por seu cultivo ao desenvolvimento de virtudes cívicas, consideradas cruciais para uma sociedade democrática. Além disso, a vida social da comunidade absorveria os domínios das práticas democráticas, dando voz às camadas menos favorecidas em recursos e poder (Warren, 2001; Fung, 2003; Cohen, 1999; Avritzer, 1997). Ou seja, um sistema político seria mais democrático quando suas instituições oferecessem oportunidades mais igualitárias para os cidadãos tomarem parte das decisões políticas e dos julgamentos coletivos (Warren, 2001), então a sociedade provaria de um auto fortalecimento

²⁰ “Dos direitos e deveres individuais e coletivos: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado; XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado; XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente [...]” (Brasil, 1988, p.14)

entre associativismo e democracia. Essa relação estaria ancorada na compreensão de que, para além do direito individual de associação, o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática: por sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos (Cohen, 1999); pelo caráter pedagógico da promoção de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público (Putnam, 1996); por denunciar as relações de poder; ou, ainda, por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas (Fung, 2003).

Talvez, um contraponto necessário a uma pretensa perspectiva teleológica entre movimentos sociais e qualidade da democracia fica por conta das contribuições de Tilly (2010) assinalando que os movimentos sociais estão inseridos em regimes, ou seja, estruturas de relações entre o Estado e os próprios movimentos sociais, que propiciam diferentes cenários de oportunidades e constrangimentos aos movimentos sociais, processo que limita a “capacidade democrática” desse movimento. Desse modo, os movimentos sociais não necessariamente propiciariam a “democratização da democracia”, isto é, não possibilitariam o aumento da “qualidade democrática”, necessariamente.

O estudo de Matos (2003) traz uma interpretação importante a esta dissertação. A compreensão sobre “organização de base” caracterizada pelo autor serviu à dissertação como uma régua metodológica para nivelar todos os tipos de associações filiadas à União das Associações Comunitárias de Patos e Região. O autor propõe três níveis de organizações sociais, diferenciados, complementares e imbricados na estrutura do processo de organização social: a “organização de massas”, a “organização política e institucional” e a “organização de base”. A organização de massas são as mobilizações coletivas mais amplas, identificadas por uma causa comum, carregada de alto peso emocional e instabilidade organizacional. Os envolvidos são ligados por um fio afetivo. Esse nível mobiliza o lado impulsivo do comportamento humano, fundamentalmente influenciado pelas instâncias do imaginário, investido de posições ideológicas que sacralizam e demonizam figuras públicas ou posturas políticas. Já a organização institucionalizada se estrutura sistematicamente com base em contratos sociais mais ou menos formais, nos quais se ordenam normas funcionais para a sociedade, os papéis, direitos e deveres que regulam as relações sociais. São estruturas que gozam de certa estabilidade para existir, ou seja, transpassam períodos sociais de turbulência e perenidade. Na prática, se estabelecem categorias e níveis diferenciados de funções e papéis instituídos, como líderes ou delegados que assumem os espaços de poder nas instituições em

nome dos segmentos sociais que os autorizam. O líder fala em nome dos seus liderados com o poder correspondente ao capital social da imagem pública do conjunto desses liderados, poder que institucionalmente deve ser usado para exercício de sua função como representante, mas do qual pode se apropriar como prerrogativa pessoal. É no nível de organização de base que se constroem identidades coletivas, como referências simbólicas e relações interpessoais duráveis. Por último, os grupos sociais de base seriam, assim, um espaço sólido e estável para a construção da cidadania e da democracia porque é aí onde se estruturam os alicerces do empoderamento e autonomia com base no aprofundamento e estabilidade das articulações grupais. Ou, como Goirand (2009) aponta para outra referência em relação à expressão “movimento de base”, designando-a como mobilizações conduzidas principalmente por cidadãos pobres, às vezes camponeses, cujas reivindicações extremamente heterogêneas se organizaram em torno da questão das condições de vida, do acesso aos serviços públicos e dos direitos sociais. Mais ainda, ressalta-se a importância dos grupos locais para garantir a sustentabilidade das instituições democráticas da sociedade, as estruturas consolidadas ao nível micro, como suporte ao fortalecimento do nível macro de organização social. É onde se constitui nos núcleos comunitários, nas relações de vizinhança, nos coletivos de interesse em comum, nos grupos de trabalho, nas lutas conjuntas, onde as pessoas se conhecem mutuamente, se relacionam diretamente, umas com as outras e não por intermédio de representantes; escutam-se mutuamente, desenvolvendo laços afetivos e construindo juntas suas histórias individuais e coletivas. Para Matos (2003), portanto, uma “organização de base” é a organização social mais primária dos indivíduos e grupos sociais, onde a democracia se expressaria melhor e onde há núcleos coletivos a nível local, ligados por identidades próprias e sujeitos autônomos. É nesse nível que há a apropriação dos processos organizacionais, métodos e autorregulação próprios que produzem coesão entre os membros desses grupos (Matos, 2003).

Pensando na atualidade e nos comportamentos desses tipos de organizações sociais, em que as sociedades são caracterizadas pela contemporaneidade das relações sociais e marcadas por alto grau de complexidade e de pluralidade da vida social, as relações entre associativismo e democracia propõem, por exemplo, uma reflexão mais ampla sobre as influências dos grupos, no processo de socialização dos indivíduos, nas potencialidades em promover a reprodução, a integração ou a transformação social, nas capacidades de alavancar o desenvolvimento econômico e no fomento de estruturas de pertencimento e de identidade cultural, dentre outros. Consoante a essa contemporaneidade das relações sociais que podem produzir variadas vias de transformação social, os autores Alegria, Bulgarelli e Machado (2020), em estudos de antropologia urbana dos movimentos sociais e ativismo contemporâneo, identificaram fortes

porosidades entre as contribuições para este campo de estudo, com formação mútua, naquilo que são chamados de novos e novíssimos movimentos sociais. Como exemplo de um cenário contemporâneo de ativismo dos movimentos sociais, o contexto da pandemia da Covid-19 promoveu a emergência de uma ampla rede de ações coletivas com o objetivo de combater os impactos da crise sanitária nesta população.

É nesse sentido que Santos (2021) analisou as redes de organizações e os estilos de ativismo envolvidos nas mobilizações pela defesa da vida realizadas entre os meses de março e julho de 2020 focalizadas em Sergipe. O autor aponta para três estilos e bases organizativas: os grupos de voluntariado e o ativismo filantrópico; os sindicatos e o ativismo trabalhista; e as organizações comunitárias e o ativismo de base. É nesse último estilo apontado por Santos (2021) que a União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC) se insere, uma vez que ela se propõe a liderar a luta comunitária regional e representar todas as associações comunitárias não somente em Patos, mas nos municípios circunvizinhos.

Estas transformações sociais são produzidas por influências de variados grupos e propõem o debate sobre a construção de instituições, políticas públicas, disputas e diálogos negociadores – mediadores – entre sociedade civil e Estado. Os movimentos sociais, quando se autoafirmam como sujeitos de direito, produzem poder capaz de contrabalancear o poder do Estado. Como um ator político, fazer-se notado é o principal objetivo de grupos organizados sob variados repertórios de ação coletiva. Ao instituir novos espaços de participação política nas ações que pressionam o Estado para tomada de decisões voltadas ao interesse do movimento social este ator reivindica o surgimento de direitos antes não existentes na esfera social ou o cumprimento deles. É no sentido da reivindicação de um direito – o da cidade –, por exemplo, que Santos (2020) apresenta um ensaio com jovens de Sergipe no contexto dos protestos de junho de 2013. O direito à cidade e à democratização no uso do espaço público foram reivindicados por movimentos sociais locais, naquilo que representou uma “retomada” das ruas.

Nesse universo, a problemática do acesso à moradia ganha relevância quando esses movimentos sociais reivindicam espaços políticos nas políticas públicas habitacionais e “cristalizam”, nas palavras de Tarrow (2010), seus interesses nas esferas de poder. Isso se dá quando os movimentos sociais por moradia, por exemplo, se veem tangenciados dos processos convencionais de aquisição da casa própria, seja por questões financeiras ou ideológicas, e pressionam o Estado (formulador e implementador da política habitacional) reivindicando espaços tanto físico (terras ou prédios), quanto na agenda (desenho) da política pública de habitação. Dois exemplos podem ser citados no contexto das reivindicações pela construção de direitos que incorporem os interesses dos movimentos sociais por moradia às políticas públicas

de habitação: o MCMV-Entidades²¹, que é a modalidade de participação dos movimentos sociais como sujeitos principais nas construções de imóveis financiados pelo MCMV e a ocupação Novo Pinheirinho de Taguatinga²² em 2012, que resultou na aprovação de uma lei de auxílio aluguel e posteriormente, no poder de concorrer ao MCMV na modalidade Entidades naquela localidade. É nesse aspecto que o movimento comunitário em Patos busca fazer concreto o direito à moradia a partir do acesso aos imóveis do Empreendimento São Judas Tadeu I e II do MCMV. As lideranças comunitárias estão investindo para que parte dos imóveis seja dedicada aos seus públicos. De modo geral, a tentativa de um diálogo²³ entre movimentos sociais locais e as políticas públicas habitacionais revela a disputa entre os atores em torno da política de habitação em Patos.

Em se tratando de políticas públicas, Gomes *et al* (2015) chamam a atenção para um aspecto que atravessa a formulação e implementação delas: o “clientelismo” entre figuras representantes do Estado e os públicos-alvo da política. No caso estudado pelos autores, o acesso aos recursos hídricos promovido por um programa de construção de cisternas na região semiárida da Paraíba²⁴ foi marcado por “injunções mercadológicas” que transformaram o acesso à água em “moeda de troca objetiva e simbólica/política”. Essa constatação pode ser observada também em relação à política de habitação e o padrão de política pública no Brasil. A “mercadoria” habitação, entregue pelos programas habitacionais ao longo da história, carregou certos aspectos ligados a práticas clientelistas. Essa face da política habitacional foi atestada por diversos autores, como Yoshimura (2004) e Azevedo e Andrade (2011), por exemplo. Esses dois campos de políticas públicas, hídricos e habitacionais, provocam a reflexão sobre política pública como instrumento de retornos materiais e de imagem para os formuladores e operadores da política ao manterem a “clientela” cativa e fiel aos valores e ideais

²¹ O Entidades do MCMV é a modalidade de enquadramento no programa destinada a qualquer entidade sem fins lucrativos, desde religiosas a movimentos sociais organizados. Entre tais agentes, incluem-se: ONGs, OSs, Fundações e associações e entidades de diversas origens (desde aquelas vinculadas a movimentos sociais até aquelas de origem empresarial, passando por entidades confessionais), coletivos culturais, funcionários públicos de diversas instâncias e grupos político-partidários, estabelecendo-se relações que remetem a práticas de assistência social, cultura, qualificação profissional, melhorias urbanas, regularização e acesso à moradia, entre outras. O Entidades configura uma dimensão política paradigmática, que se apoia na tradição de políticas habitacionais autogestionárias, que dão conta dos mais representativos movimentos de luta por moradia e reforma urbana do país e entidades dos mais variados espectros sociais e políticos.

²² “A ocupação Novo Pinheirinho de Taguatinga e sua singularidade e representatividade na história do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é parte de um processo de lutas, negociações, avanços e recuos do movimento desde sua instalação no Distrito Federal, em 2010. A ocupação sucedera outra, ocorrida oito meses antes, num terreno em Ceilândia, entre a Quadra Norte Q (QNQ) e a Quadra Norte R (QNR), em abril de 2012, também denominada Novo Pinheirinho” (MARTINS, 2015, p. 108).

²³ Para compreensão sobre as complexas relações entre movimentos e agentes institucionais nos processos de políticas públicas, ver “Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas”, de Márcio Barcelos, Matheus Mazzilli Pereira e Marcelo Kunrath Silva (2016).

²⁴ Programa Um Milhão de Cisternas em Catolé do Rocha, Paraíba.

de personagens políticos e ou partidos políticos, trocados por votos. No município de Patos, por exemplo, mais de oitocentas famílias foram sorteadas em janeiro de 2024 para morarem no mais recente empreendimento habitacional, o São Judas Tadeu I e II. Este contexto impõe a questão: “até que ponto este conjunto habitacional da política pública contribuirá para as campanhas eleitorais de candidatos a prefeitos e vereadores no município de Patos em 2024, ano de eleições municipais para o Executivo e Legislativo?” e “como conquistas e fracassos serão instrumentalizados no discurso dos líderes comunitários locais?” Certamente, estudos posteriores darão conta de acompanhar toda a dinâmica envolvendo política de habitação e a construção das imagens desses personagens. Em outros termos, a habitação é mais do que uma mercadoria, é um recurso político e social que, mobilizado, pode contribuir para a construção da legitimidade do mediador. Neste ponto, a questão que fica é como essas lideranças irão operar os recursos políticos e habitacionais promovidos neste contexto, nas eleições em 2024? e como ficarão as alianças (des)construídas por essas lideranças comunitárias nessas eleições? Provavelmente, a julgar por este episódio recente da política municipal de habitação e considerando possíveis candidaturas deles, estes tentarão ligar suas imagens às conquistas e ressignificarão os fracassos na “corrida pelos imóveis do São Judas Tadeu I e II.

São tópicos como estes (construção social de lideranças, relações de *brokerage* e movimentos sociais) apresentados nesta seção que contribuem para o que este estudo propõe debater: como e em quais circunstâncias concretas as lideranças comunitárias, nas figuras dos presidentes da UAC, foram e são construídas legitimamente no campo do movimento social comunitário, organizado em associações em Patos, sob escopo da UAC? Esta organização social é tomada na pesquisa como um modelo de redes de interações informais e formais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e associações ligados à causa comunitária, posicionando seus presidentes no centro do debate sobre a construção do próprio movimento social comunitário, de democracia e de acesso às políticas públicas como cristalização de interesses e direitos.

Os dois capítulos a seguir são uma dimensão do que esta pesquisa se propõe a debater: como uma liderança comunitária é construída legitimamente no movimento comunitário em Patos? Além desta introdução, será visto no capítulo 2 que a construção das lideranças comunitárias passa por uma busca por legitimidade dessa liderança no campo comunitário, que é constituída, por sua vez, pela atribuição de características “ideais” a seus pares. Esta construção de legitimidade criou uma dicotomia no movimento comunitário local, que como será visto, atravessa a aceitação e a rejeição de novos atores neste campo. Também serão registrados neste capítulo os esforços que os presidentes da UAC fazem para construir para si

a imagem ideal de líder comunitário como um recurso pessoal de autodefesa frente às críticas e aos questionamentos do movimento comunitário.

No capítulo 3, será discutido como o tempo de militância comunitária é operado como um recurso de poder e legitimidade nas relações pelos sujeitos, tomando o comportamento dos personagens como *broker* no movimento comunitário local, em nome da UAC e de si. Nesse enquadramento, registro a cobrança por um sentimento de pertencimento que o próprio movimento faz a seus líderes e os tensionamentos entre eles que dão o tom da reconfiguração do movimento comunitário. Esses elementos produziram um paradoxo entre esfriamentos e conquistas comunitárias no movimento comunitário em Patos. E, por fim, as referências e anexos da pesquisa.

2 (AUTO)RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM “IDEAL” DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA

As narrativas dos entrevistados dão conta de como a legitimidade do sujeito em falar pelo movimento comunitário faz parte da construção da imagem “ideal” de líder comunitário neste campo. A construção da legitimidade, como construção da própria liderança, poder e dominação no campo comunitário passa pelas conquistas de recursos como “prestígio” e “gratidão” na esteira do “reconhecimento” em torno do líder. Este capítulo se divide entre o reconhecimento da liderança comunitária, como um tributo às características idealizadas pelos entrevistados e a autodefesa do sujeito na autoconstrução de sua imagem frente às críticas e questionamentos do movimento comunitário local. Esta busca por uma legitimidade produziu uma dicotomia neste campo entre “aceitação” e “rejeição” de novos atores.

2.1 “O padrão dele é de ajudar as pessoas”: o reconhecimento da liderança comunitária

É no instituto do reconhecimento que se apresenta uma importante face de construção da legitimidade das lideranças comunitárias no âmbito da pesquisa. Como atribuições de características “positivas” que se encaixem nas de “verdadeiro” líder, esse comportamento possui dupla via: à medida que são reconhecidos tais valores ao sujeito, evidencia-se a “aceitação” daquela liderança desenvolvida. É a indicação de atributos positivos como “a pessoa certa”, “alguém capaz” ou “o mais indicado” que são captados, por exemplo, quando a UAC apontou para Viana no contexto de quando uma ONG de Cidadania veio ao município de Patos para trabalhar ajudando pessoas com suas aposentadorias. Viana relata que o grupo procurou primeiramente a UAC para formalizar parcerias de apoio, mas a organização não quis e o indicou para este trabalho. Segundo ele, “ao invés da UAC abraçar, veio pra mim e eu abracei”.

Entre todos os presidentes da UAC, é sobre José Gonçalves que repousa a maior parte das atribuições de liderança realizadas por Elizabete e José Ilton, justamente o trio que se alinhou no comando da UAC; e de forma indireta, também por Viana. Elizabete, atual tesoureira e ex-presidente da UAC, reconhece em José Gonçalves aquele que inseriu todos eles na luta comunitária, dando sentido de pioneirismo porque abriu as portas para eles: “acho que todos nós entramos por ele”. Nesse mesmo aspecto, José Ilton aponta em José Gonçalves aqueles elementos que um líder comunitário deve carregar. Quando provocado sobre o Conselho Municipal de Habitação, José Ilton recorre à atuação de José Gonçalves como um conselheiro

que “cobra muito”, em um movimento de construção da imagem de liderança do vereador e sindicalista no campo da moradia e no associativismo comunitário em Patos: “a gente tá na luta nessa questão da distribuição das moradias (São Judas Tadeu I e II) como tá sendo feito, a estrutura se tá bem feita, nas entregas da casa, mas muitas vezes a gente não é chamado *pra* olhar”.

Em um dos encontros com José Ilton na sede da UAC, enquanto ele descia pastas e pastas de uma estante antiga, contendo os documentos de vários Conselhos, em uma sala cheia de objetos utilizados no “campo da luta”, como, caixa de som amplificada, bandeiras do MST, bandeiras de sindicatos, violão e outros a perder de vista pelo esforço não recompensado completamente de organização da pequena sala; ao fundo, podia ser ouvida uma convocação para uma reunião nas dependências do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região (SINFEMP), que fica em frente à UAC, do outro lado da rua, presidido pelo vereador José Gonçalves, fundador da UAC nas campanhas pela implantação do piso nacional salarial da enfermagem e categorias correlatas. Na calçada da UAC, assistindo à reunião no sindicato, os relatos finais do que já não era mais a entrevista propriamente, José Ilton tece comentários soltos, porém conectados:

Agora, aí entra muito dinheiro, talvez mais que a prefeitura. Fizeram esse prédio ano *trasado* e estão fazendo um auditório aí, já está coberto e *tá* em acabamento. Entrar na presidência desse sindicato *dá* trabalho. Quem já *tá* no poder não [sai]. Vai construindo direitinho *pra* não sair *nunca*. Aí só entra quem Zé Gonçalves quer” (...) dizer a verdade, ele trabalha. Ele cobra mesmo. Vai conseguindo (José Ilton – Fragmento de entrevista).

Então ele muda o foco dos comentários para o Sindicato Rural de Patos indicando os retornos que não se restringem ao campo político: “o *caboclinho* que é do Sindicato Rural já tem *meio mundo* de coisa em João Pessoa”. Voltando a atenção para o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região (SINFEMP), presidido por José Gonçalves, fala que “entra muito dinheiro, talvez mais que a Prefeitura” e emenda indicando o medo do vereador de não se eleger nas próximas eleições. Em tom comparativo entre os presidentes dos respectivos sindicatos, como quem escolhe um lado para apoiar e outro não, aponta para o poder financeiro que o Sindicato Rural tem e o proveito que o “*caboclinho*” teria da posição que exerce: “o padrão de vida *dele* é outro”. Porém, mesmo atestando também o poder financeiro do SINFEMP, tenta construir uma imagem “positiva” de liderança para o José Gonçalves à medida que procura desfazer o aspecto “negativo” da fala anterior relacionada ao recurso financeiro do sindicato dos servidores, indicando o estilo de ajudar e lutar pelas pessoas: “o padrão *é* de ajudar as pessoas (...) de lutar pelas pessoas, [mas] o povo não ajuda”. E conclui

o raciocínio atestando o reduto eleitoral e a potencial vitória de José Gonçalves instrumentalizados pelo poder de alcance do sindicalismo: “Ele não precisava mais de ninguém com esse sindicato. Tem três mil *sócios* [sindicalizados]”. Essa avaliação sobre José Gonçalves se encontra com a influência do vereador e sindicalista junto ao movimento comunitário de Patos. Na 2ª reunião do Conselho Municipal de Habitação de Patos, a possível realização de um pleito geral para discutir a reestruturação do Conselho, ele teria condições de “colocar na reunião mais de 200 pessoas”, demonstrando influência junto ao movimento social, sua base, que ele representa no conselho municipal, já que ele ocupa um assento formal como conselheiro representante da Câmara dos Vereadores de Patos.

É nessa perspectiva que a posição construída por José Gonçalves no sindicalismo municipal em Patos e em outros municípios ajudando a fundar novos sindicatos de servidores municipais, concede a ele poder sobre as expectativas das diversas classes de servidores. Ele consegue “comprar” várias lutas de servidores municipais. Quando José Ilton se refere ao recurso material e simbólico do sindicalista com o SINFEMP, infere a influência de José Gonçalves. Esse quadro revela a disputa entre recursos como o prestígio, a capacidade de representar e a capacidade de captar recursos. O “poder” de José Gonçalves pode ser percebido nas expressões de José Ilton que denotam maior poder financeiro do sindicato em relação à Prefeitura. Uma evidência desse poder é a “assessoria” que ele presta junto às categorias municipais de servidores nos municípios circunvizinhos a Patos. A fundação de novos sindicatos municipais de servidores de prefeituras faz parte do rol de ações que José Gonçalves desenvolve junto à base de apoio, como pode ser visto em publicações recentes na sua rede social particular²⁵. Outra evidência desse poder são as falas que indicam o quão é difícil entrar na presidência do SINFEMP porque quem já está (José Gonçalves) constrói a posição paulatinamente para permanecer no cargo e só entra se ele, o vereador e sindicalista, permitir. É uma espécie de cama de segurança de José Gonçalves. Esse poder reconhecido é evidenciado também na avaliação que José Ilton faz sobre o reduto eleitoral do vereador, indicando que a quantidade de pessoas que o apoiam já seria suficiente para a vitória em uma eleição municipal.

De forma semelhante, Viana reconhece em José Gonçalves um poder que sustenta a UAC e a posição dos que estão alinhados ao vereador sindicalista. Quando o questionei sobre o porquê de ainda existir uma organização como a UAC, Viana foi direto e enfático: “Zé

²⁵ Um exemplo da atuação do vereador e sindicalista, José Gonçalves na fundação de sindicatos municipais e reuniões periódicas com outros sindicatos em diversos municípios podem ser acompanhadas em suas redes sociais, por exemplo, Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3xyJpKAjiN/>, <https://www.instagram.com/p/C3uyCHDg0E-/>.

Gonçalves é quem sustenta em tudo! Sustenta Zé Ilton e todo um... [ideia de abrangência expressiva]. Gonçalves é quem comanda”. A posição geográfica da UAC também foi criticada por Viana que, em sua avaliação, por ser na mesma rua, de frente ao SINFEMP, significa um encurtamento para maior domínio de José Gonçalves. Essa ideia de “controle” da UAC será discutida no 2º capítulo, quando será evidenciado o contexto de eleições e poder entre os sujeitos dessa pesquisa. De todo modo, ao apontar para José Gonçalves como alguém que detém certo poder e influência desde os primeiros anos da UAC até os dias de hoje, é possível entender como a imagem do sujeito foi construída no campo das reivindicações, tanto comunitárias, quanto aquelas ligadas a sindicatos.

2.1.1 Uma dicotomia no movimento comunitário local?

De certo modo, reconhecer o poder de falar em nome do movimento e a recepção de atributos de liderança comunitária pelos pares, que se aproxima de uma imagem “ideal” de líder, expõe a aceitação do poder e influência da liderança em questão. A importância do líder se faz não só em termos de capacidade de elaborar uma noção de problema que precisa ser resolvido, mas também na capacidade de indicar as vias de solução desse problema. Estas soluções construídas para os problemas construídos pelos líderes expõem a relação estreita entre economia e associativismo, ou seja, a ocupação de cargos como forma de acesso a recursos, e a capacidade de distribuir esses recursos como forma de resolução dos problemas. Isto está presente nas percepções sobre sindicalismo, movimento comunitário e associativismo apontados nas narrativas dos sujeitos entrevistados.

Este reconhecimento de liderança em terceiros, que produz legitimidade ao líder para falar em nome do movimento comunitário, produziu duas partes contrárias e complementares ao mesmo tempo, uma dicotomia do movimento comunitário local, por assim dizer, entre a aceitação e a rejeição de atores neste campo. José Ilton relembra o episódio que ocorreu na comunidade Mutirão a respeito da construção de um Posto de Saúde. Na inauguração do posto, afirma que “quatro vereadores queriam ser o pai da criança. Eles ficam se movimentando para cada um dizer que fez alguma coisa [pela comunidade]”.

Elementos como esse, de fora da “luta”, carregam consigo a dificuldade de aceitação por parte do movimento comunitário das figuras que não foram gestadas na luta e não carregam em si a internalização dos ideais comunitários de “base”. Elizabete relata a dificuldade de aceitação dos de fora pelo não envolvimento com a luta: “aí vem a questão dos políticos, dos vereadores na eleição. Eles vêm e dizem: eu te ajudo; mas, quando passa, desaparecem. Tu vai

apoiar, mas termina a eleição, somem. Não todos, mas *tem*”. Essa cobrança que o movimento comunitário faz em relação à gestação de lideranças do próprio movimento social revela a construção interna da legitimidade do líder comunitário.

A dicotomia produzida pela construção de legitimidade em falar pelo movimento comunitário está presente quando José Ilton relata que alguns presidentes de associações entram na política partidária nas eleições municipais, especialmente para os cargos de vereadores: “ultimamente, as associações, querendo entrar na política, até atrapalhou. Continua José Ilton, “os presidentes que se *candidatou*, nenhum foi eleito”. Ao passo que o presidente firma “compromissos partidários” durante as campanhas eleitorais, deteriora a luta comunitária das associações e o surgimento de novas lideranças: “quando entra na política...tem deles que nem pisam [nas associações]. Cada um tem um bairro [reduto eleitoral], mas eles não participam de uma reunião, de uma missa²⁶”. Esta aventura se aproxima do “projeto pessoal político” apontado por Velho (1981) para sujeitos em posição de liderança, pelo “distanciamento” do cotidiano, portanto, da base, que alguns líderes camponeses faziam ao se aproximarem de postos políticos hierarquicamente mais altos (Maresca, 1981).

José Ilton explica essa lógica quando questionado sobre o engajamento das associações à luta:

J: Esse envolvimento prejudica a luta comunitária?

Jl: Prejudicou [envolvimento com a luta comunitária]. Não tem como; porque, se eu sou candidato do lado do prefeito, o prefeito pode deixar de fazer tudo e eu não tenho moral *pra* cobrar. Se for contra e se vender *pro* prefeito, também é a mesma coisa. Aí fica aquele negócio: o *cabra* só quer arrumar *pra* ele e esquece a comunidade (José Ilton – Fragmento de entrevista).

Nesse aspecto, é atribuído às lideranças que tentam fazer essa virada adjetivos como “egoísta” e “ingrato” que minam o campo de atuação das novas lideranças. Esse ambiente de desconfiança corrói as expectativas de real envolvimento dos atores e de conquistas das comunidades no campo da luta, acabando por reduzir o engajamento das comunidades: “porque, se eu for pensar em mim, eu vou conseguir ajeitar minha casa. Aí, o que é dos outros, quero nem saber. Se tem ou não tem, *tô* nem aí. Fica sem moral *pra* cobrar as coisas”, avalia José Ilton. Novamente, recursos do tipo “reciprocidade” e “prestígio” aparecem como inversões para os presidentes da UAC, indicados pela tentativa de afastamento das adjetivações “egoísta” e “ingrato”. Ainda assim, o “mal exemplo” apontado não impediu que José Ilton colocasse sua

²⁶ Autores como Dabul (1984), Esterici (1984), Paiva (1985), Cardoso (1994), Comerford (1999) mostram que a Igreja Católica é uma importante mediadora social, sobretudo no campo das disputas rurais.

imagem à prova nas eleições. Talvez a avaliação que as associações fazem sobre líderes que percorrem esse caminho e posteriormente se afastam da luta comunitária tenha recaído também sobre José Ilton.

J: O Sr. se candidatou...

Jl: [foi] pelo PHS (Solidariedade). Eu tinha entrado a pouco tempo na associação, não tinha nada, nem nome e pouco dinheiro. Um contator meu amigo *me* deu 2.000 (dois mil) *santinhos*. Eu tinha R\$100 (cem) reais e gastei os cem (risos!). Tirei 68 votos, só na minha comunidade eu era conhecido (risos!). O povo fica cobrando. Pobre se meter em política só pra sofrer (risos!) (José Ilton – Fragmento de entrevista).

A busca pela legitimidade do líder, portanto, produziu os contrastes entre os de fora e os de dentro, uma dicotomia do movimento comunitário local. A aceitação/rejeição de atores passa justamente pela imposição que o movimento faz como requisito de legitimidade do líder, ou seja, falar em nome do movimento é um poder que somente é atribuído àqueles que apresentam um certo sentimento de pertencimento à luta, reconhecidos como tal pelo movimento liderando pela UAC. Isso é justificado pelo receio diante dos “aproveitadores” que surgem depois que as reivindicações são atendidas. Seguramente, essa perspectiva se relaciona à dificuldade de construção de novas lideranças no movimento, ou lideranças aceitas, reverberando no engajamento das associações às lutas da UAC.

2.2 “Gosto de trabalhar de graça”: a autoconstrução da liderança comunitária

No sentido dado por Goffman (1975), a autoconstrução da imagem de líder comunitário “ideal” é percebida a partir das entrevistas dos presidentes da UAC. Reconduzido em fevereiro de 2023 para ficar à frente da UAC até 2027, José Ilton constrói um relato de experiências vividas ao longo dos 17 anos como presidente da organização, à qual ele se refere naturalmente como “associação” ou “a associação”. A tarefa de “autoconstrução” da imagem pessoal realizada por ele de certo modo, é ajudada pelos elementos dispostos no ambiente em que se deu a entrevista, na sede da UAC. Os banners de eventos, objetos posicionados, o modo de se vestir, os chinelos nos pés e o jeito de falar estão dispostos no ambiente da entrevista como resultado da lida com o movimento comunitário. É uma imagem em construção, uma “célula” da luta que exemplifica o universo do movimento comunitário liderado pela UAC. Os elementos agregados aparentemente de forma “natural” pelo movimento social, na verdade, são posicionados intencionalmente pelos sujeitos, produzindo o sentido da construção deliberada desse universo pelos atores sociais.

Ele continua construindo na sua narrativa o que, para ele, seria o “ideal” de liderança para a UAC, como uma figura que, por “não ter nada”, se assemelharia à luta comunitária e à escassez de recursos de seus pares: “o presidente da associação tem que ser assim como eu: não ter nada”. Ao se referir à sua possível candidatura a uma vaga no Conselho do Orçamento Democrático do Estado, autoconstrói mais uma vez sua imagem em tom de risos: “eu gosto de trabalhar de graça, mesmo!”. Ele desabafa, apontando para sua bicicleta²⁷ estacionada dentro da casa sobre as dificuldades de transporte, segundo ele, único meio que dispõe para locomoção, como condição que prejudica seu trabalho na presidência da UAC: “(...), mas a gente não tem pernas pra ir, meu transporte é uma bicicleta”. Em outro momento, ainda expressando as dificuldades de exercer a presidência da UAC, José Ilton traz expressões que denotam uma “estagnação” da luta comunitária quando atribui aos presidentes das associações vinculadas à UAC a falta de interesse pelo cargo de presidente: “os presidentes querem não (...) eu ainda tô aqui há muito tempo, (...) a gente tá funcionando aos trancos e barrancos. Tá difícil esse trabalho”. Esse conjunto de imagens criado sobre si, combinado ao ambiente disposto e ao diagnóstico atual da luta comunitária são, portanto, elementos postos no processo de construção de sua imagem de liderança.

Na narrativa de José Ilton, há a tentativa de reivindicar a legitimidade da liderança comunitária, posicionando-se como “verdadeiro” presidente, como alguém ligado pelo sentimento de pertencimento comunitário. Um tipo de dignidade que interpreto como um recurso de poder. A fotografia atual da UAC é elemento que dá a José Ilton a oportunidade de se posicionar como um líder que segura as pontas, aparentando ser um sobrevivente da luta sempre com um olhar nostálgico da luta comunitária de tempos atrás, como ele relembra: “(...) a gente conseguiu tudo lá pela associação. A gente teve época aqui na UAC que a gente nem podia fazer uma reunião (...) a gente era reconhecido”, relata ele com a vista baixa. Esta performance do sujeito revela que a posição que ele ocupa (presidente) e a não remuneração pelo posto (“trabalhar de graça”) está relacionada há ganhos que não se restringem aos monetários/materiais, mas atravessam a economia de prestígio, reconhecimento, da “luta” e do “movimento”. Isso pode ser visto no “estilo” de liderança que José Ilton sustenta ao ser recompensado por Elizabete quando ela se expressa com lealdade e reconhecimento em relação ao atual presidente da UAC, como quem guarda partido pessoal: “estou sempre com ele”. Inclusive, os trechos das entrevistas de José Ilton e Elizabete possuem semelhanças nas questões

²⁷ A bicicleta de José Ilton estava dentro da casa, encostada na parede. Uma bicicleta simples (igual a que meu pai utiliza com transporte na sua cidade no Sertão paraibano) que segurava um saco pequeno de feijão no bagageiro, provavelmente, comprado mais cedo na feira livre do mercado público de Patos.

do trabalho da UAC, do movimento comunitário, das associações e outros pontos de congruência, o que interpreto como um alinhamento pessoal ao grupo que comanda a UAC. Esse sentimento de “dívida” introjetado na mente daqueles que se relacionam com José Ilton é uma das faces da dominação promovida pela legitimidade da liderança do sujeito.

Por sua vez, Viana também apresenta o comportamento autoconstrutivo da sua imagem de liderança quando ele se posiciona como alguém que “estava sempre visitando as associações” em uma tentativa de desvincular-se do quadro “debilitado” desenhado por José Ilton para o movimento comunitário na região. Também se apresenta quando ele relata que foi “um grande líder de curso, liderava 50 pessoas”. Ele também se vale da “imagem” criada pelo ambiente em que ele estava posicionado no momento da entrevista, como um quadro com elementos dispostos à sua volta: o Centro de Comercialização de Calçados de Patos resultado da parceria da Prefeitura de Patos com o Governo do Estado, idealizado e iniciado pelo ex-Governador Ricardo Coutinho, e que teve continuidade no Governo de João Azevedo (PSB). O espaço dispõe de 60 stands onde os fabricantes locais de calçados podem vender seus produtos. Este estabelecimento é tomado na sua narrativa como uma “conquista” liderada por ele, localizado no centro de Patos, em meio a diversos estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte onde se pode visualizar um fluxo intenso de pessoas a todo momento, sendo ele constantemente requisitado pelos que estão a sua volta para “tirar dúvidas” e “dar informações” sobre esse “sistema” construído.

Como liderança, Viana aloca em torno de si esses recursos que têm dimensões materiais e simbólicas que proporcionam influência no movimento comunitário em Patos. Os conflitos (analisados no capítulo 3) entre ele e o grupo que comanda a UAC deram ao ex-presidente da organização a oportunidade de alocar esses recursos, expandindo-se para outros segmentos, também inseridos na perspectiva de “organizações de base”, como são os casos da Associação dos Moradores Carentes do Santo Antônio e da Associação dos Sapateiros, dos quais ele é presidente.

No Centro de Comercialização de Calçados, local onde se deu a entrevista com Viana, antes de sua chegada, ele disse que estava com um empresário do ramo de couro e calçados e que chegaria em breve. Ao iniciar a entrevista, questionei sobre o que ele era naquele local, e, como resposta, ele enfatizou que o prédio era fruto dos esforços envidados por “eles”. O trajeto de ativismo desenvolvido por ele posicionou o centro de comercialização como um recurso significativo na construção de sua legitimidade neste movimento comunitário:

Aqui eu sou presidente da Associação dos Sapateiros de Patos, que eu sou presidente, Centro de Comercialização de Calçados de Patos. Projeto nosso! da Associação dos Sapateiros, feito o projeto de nossas ideias, como a Fábrica Escola, e Associação de Moradores que se reúne aqui (Viana – Fragmento de entrevista).

Ele exhibe como marcas de sua atuação como líder as “conquistas” para este segmento:

Hoje, pelo sapateiro, a gente tem o setor de habitação, indústria, curso de técnico de calçados. Colocamos um dos nossos em Campina Grande *pra* aprender. A luta que era do movimento comunitário, eu faço aqui nos sapateiros. Esse [prédio do polo de comercialização de calçados] último foi no tempo de Ricardo e chegamos com João Azevedo (Viana – Fragmento de entrevista).

Há, em Viana, o empenho de sempre apartar a imagem que ele construiu junto ao segmento dos sapateiros do movimento comunitário liderado pela UAC que pode ser visto, por exemplo, quando ele utiliza paralelos discursivos do tipo “o movimento comunitário está parado por várias questões, (...) eu estou sempre *no* movimento”. Esse esforço revela por um lado, que a UAC é instrumento de construção da imagem do sujeito mesmo distante dos trabalhos da organização social. Por isso mesmo posiciono Viana na análise, não como alguém apartado definitivamente da UAC, mas ainda ligado à organização, nem que seja pela memória de outros tempos de luta, pelo que ele ajudou a construir nesta organização e na luta liderada por ela, porque é justamente do contexto da UAC que ele se reposiciona no contexto couro-calçadista. Por outro, reivindica a categoria de “verdadeiro” movimento comunitário ao que ele desenvolve junto ao segmento calçadista em Patos. Viana continua elencando aquilo que constitui recursos de imagem e influência nesse movimento:

Eu levo palestra no dia do tabagista, sempre me agrego com o pessoal do Alcoólicos Anônimos, levo mensagem, prendo lá, trago pra cá, [para] deixar de fumar e beber..., na prostituição, a gente trabalha essas palestras também. Eu não saio de uma reunião [sendo avaliado como] ‘esse homem é chato’. Eu cobro muito. Mas quando eu vejo três ou quatro pessoas à minha procura, eu já *tô* satisfeito. Trabalho com *ópticas* com 50% de desconto para as associações, próteses, retirada de documentos, desconto em tudo. Todos esses processos a gente tem discutido aqui [Associação dos Sapateiros] *pra* melhoria. Até hoje, corremos pra aposentar as pessoas com uma ONG de Cidadania. O grupo quando veio, veio pra UAC. E a UAC me indicou e eu peguei. A gente abraçou. Ao invés da UAC abraçar, veio pra mim” (Viana – Fragmento de entrevista).

A construção da legitimidade da liderança de Viana passa pela ação do sujeito em procurar posicionar-se na diferenciação em relação ao presidente atual da UAC. À medida que a imagem de Viana se vincula intencionalmente ao sucesso do setor couro-calçadista, pelo autor, ele constrói sua influência no segmento e sempre está na posição desejada pelos atores que se relacionam com ele. Distanciar-se das adjetivações negativas atribuídas aos seus pares é

um comportamento padrão da autoconstrução de imagem, no caso concreto, da liderança comunitária.

O esforço de se diferenciar dos outros revela os investimentos na autopromoção do sujeito. Isso pode ser observado da mesma forma em José Gonçalves, quando “denuncia” a forma indevida com que estavam sendo realizados os cadastros junto aos interessados nos apartamentos do empreendimento São Judas Tadeu I e II²⁸, que foi inaugurado em 2024. As expectativas sobre esse conjunto residencial no município de Patos e o Novo Minha Casa, Minha Vida (2023) motivaram um encontro com 150 lideranças comunitárias de Patos, que aconteceu entre UAC, a Federação Paraibana de Movimento Comunitário (FEPACOM) e Cia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP), realizado em Patos. No encontro, José Gonçalves expõe que estavam havendo sucessivos pedidos para que famílias já cadastradas, atualizassem as informações e até mesmo, realizassem novos cadastros. Ele se queixa que há no município, um grupo de políticos “politiqueiros” que por “politicagem”, se aproveitam do imediatismo da solução para a problemática da moradia nas comunidades pobres, com as sucessivas promessas às comunidades de baixa renda relativas à conquista da moradia nesse novo empreendimento de habitação de interesse social. Segundo o vereador, esse tipo de “promessa” desacredita o movimento comunitário. Em relação à corrida pelos imóveis, questionei sobre o trabalho dele como líder comunitário:

J: Como o Sr. lida com o movimento de moradia? Que estratégia é utilizada?

JG: As pessoas querem uma resposta rápida, os politiqueiros se aproveitam, porque aí entra a politicagem e a gente vem observando isso, tem político que já chegou dizendo aí “não, você vai tá lá no conjunto!”, porque ele sabe que 856 pessoas vão ter seus apartamentos. E aí ele vai dizer “não, você vai ficar!”, se ficar tudo bem, se não ficar, ele vai dizer depois “é, lamentavelmente, mas eu disse que fulano ia ficar e ficou e tal”, então existe isso aí (...) aqui em Patos. Fizeram vários cadastros e de forma politiqueira. Então, [era] se aproximar uma eleição e fazer um cadastro de moradia em Patos. Só não fizeram no penúltimo, porque eu fui pra cima. Se fizer [novos cadastros] eu vou denunciar! Mas iam fazer mais um, quando não é o cadastro, é a atualização, aí quando tu *pega* a informação, aí diz que não tem cadastrado, não tem as informações (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

O trabalho de José Gonçalves diante da “politicagem” de seus colegas de Câmara de Vereadores coloca à prova os valores e a visão do próprio vereador do PT, não somente diante dessa questão, mas na sua atuação como parlamentar. A “politicagem” pode ser operada, pelo menos, em dois sentidos com valores distintos: positivamente, aceito como parte do jogo

²⁸ Empreendimento do Minha Casa, Minha Vida, localizado nas imediações do Aeroporto Brigadeiro Firmino Ayres, em Patos. É o maior residencial habitacional do Sertão da Paraíba com 848 apartamentos em um complexo de prédios de dois e três andares.

político ou negativamente, como uma característica que deve ser afastada do trabalho de um político. Meneses (2014), ao estudar esta categoria no contexto da política pública de leite caprino, em associações do Cariri Paraibano, identificou que os mesmos que criticavam o uso da politicagem como forma de fazer política, também utilizavam esse recurso em outros contextos, mas com outros sentidos e valores.

Nesses casos apontados, há a autoconstrução de uma imagem política em duplo caminho: tanto se igualando aos demais (pobres de comunidades carentes), como quem quer ser reconhecido como igual; quanto se diferenciando dos demais iguais (vereadores, políticos), como quem se coloca em uma posição moral superior. A autoconstrução da imagem desses sujeitos, portanto, além de indicar um dispositivo de defesa pessoal frente às críticas, aos questionamentos e às dificuldades encontradas nesse universo, revela a constante demanda por recursos que não estão inseridos somente no plano material, mas que são tão valiosos, quanto.

Recursos do tipo “reciprocidade”, “reconhecimento”, “dívida pessoal/gratidão”, “prestígio” e “amizade” estão presentes nas relações sociais que os presidentes da UAC imprimem no campo comunitário. Estes itens se ligam à liderança mediadora que eles desenvolvem enquanto presidentes dessa organização. Por vezes, o “trabalhar de graça” ou “não ter nada” indicam na verdade ganhos mais eficientes em outras esferas, como a das interações com outros indivíduos que pode proporcionar um recurso que mantém o sujeito na posição desejada, uma rede de proteção, um grupo que sustenta seus integrantes. Isto está claro no relacionamento entre José Ilton, José Gonçalves e Elizabete. Esse tipo de comportamento presente entre os presidentes da UAC funciona mais como uma tentativa de construir e projetar suas imagens como um constante argumento de merecimento de que podem “falar em nome da luta comunitária” e vai além do cargo ou título recebido. A influência se ramifica e atinge a todos que estão à volta do sujeito.

Este capítulo debateu alguns elementos que estão ligados à construção da liderança comunitária local, processo este carregado fortemente da noção de legitimidade do líder: duas estruturas que estão imbricadas neste movimento social. Entretanto, esses elementos não estão restritos tão somente aos processos de construção dessa imagem, estão associados também a um conjunto de valores morais compartilhados não somente por aqueles que pleiteiam a liderança da UAC, como também aos públicos relacionados a UAC, ou seja, os associados que esperam por melhorias em suas vidas. Essa construção é carregada de legitimidade, percebida quando são reconhecidos nos sujeitos atributos de “pessoa certa” para a tarefa de ser líder. Esse mesmo processo expõe uma forma de dominação e poder exercida por atores sociais nesse campo. “Um presidente tem que ser assim como eu” é uma frase do atual presidente da UAC,

José Ilton, mas poderia ser estendida aos demais presidentes desta organização. Todos eles, em alguma medida, cada um a seu modo, reivindicam para si, como uma defesa pessoal, a legitimidade de líder comunitário que luta pelo movimento.

No capítulo 3 a seguir, chamo a atenção para alguns recursos fundamentais para a construção da legitimidade das lideranças comunitárias. Como presidentes da UAC, eles tiveram oportunidades de liderarem a luta comunitária local em nome tanto dessa organização, quanto de si, situação que produziu uma contradição entre conquistas e engajamentos no movimento comunitário estudado. O tempo gasto na militância comunitária à frente da UAC como uma organização “mediadora” nesse campo se relacionou à busca pela legitimidade do líder e, por sua vez, à construção de suas lideranças. Nesta perspectiva, aproximo a construção das lideranças dos presidentes da UAC aos elementos característicos de um *broker* – sujeitos posicionados estrategicamente entre diversos campos e interesses. Também, na dinâmica das relações de poder, paralelas às amizades entre os sujeitos nos processos sociais em que suas lideranças estão sendo construídas, como repercussão de suas atuações como *brokers* no campo comunitário local, os tensionamentos entre os presidentes e organizações se mostraram importantes instrumentos de construção de suas lideranças. Ao fazerem uso de valores de outras esferas, como sindicalismo, vereança e segmento microempresário, as lideranças se reposicionam no campo do movimento comunitário local.

3 TEMPO DE MILITÂNCIA, RELAÇÕES DE *BROKERAGE* E TENSIONAMENTOS COMUNITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE DA LIDERANÇA COMUNITÁRIA

O tempo gasto na militância da luta comunitária é um recurso usufruído pelos presidentes da UAC na construção de suas lideranças no sentido de uma defesa pessoal do sujeito e é reivindicado também como fator de legitimidade para o líder ao conferir, em alguma medida, prestígio e reconhecimento aos personagens neste campo. Muito mais do que anos e meses, mas em dedicar-se à luta comunitária como projeto de vida e a ser apontado como lutador. As narrativas indicam que os sujeitos se mantêm ligados à luta comunitária por um sentimento de pertencimento à causa, como alguém que teve parte de sua vida reconhecidamente dedicada a um tema específico e por isso mesmo, de difícil desligamento, mesmo diante dos obstáculos narrados por todos os entrevistados e conflitos do campo.

Eles atuam também como sujeitos que usufruem de posições “privilegiadas” socialmente, que atuam como “tradutores” desses interesses, na medida que possam ser “traduzidos”, “atendidos” e “aceitos” pela classe política superior²⁹, perspectiva assinalada por Mayer (1967), Wolf (2003), Burt (2005), Jeremy Boissevain (1977) e outros autores como, Gluckman (1968, 2010); Mitchell (1969), Barnes (1968) e Meneses (2014). Ou seja, como *brokers* no campo comunitário construindo os sentidos da luta comunitária. Nesta atuação, os conflitos e as disputas entre os presidentes dessa organização se mostraram importantes instrumentos que contribuíram tanto para construir suas próprias lideranças por meio da realocação dos recursos de poder, quanto a reconfiguração do movimento comunitário local.

Este capítulo se divide entre demonstrar que o sentimento construído pelos/para os presidentes da UAC na luta comunitária é feito a partir das relações de *brokerage* em que os presidentes se inserem em nome da UAC e de si. Porque, à medida que suas imagens como personalidades de destaque no movimento comunitário vão sendo fortalecidas, a imagem ligada ao cargo de presidente da UAC vai se apagando (mas não totalmente) dos sentidos da liderança comunitária que está sendo construída. Este momento de “desprendimento” da UAC como “instituição” se dá muito em função do “projeto pessoal” Velho (1981) desenhado gradativamente pelas lideranças, utilizando a UAC como suporte, mas visualizando outros universos. O principal objetivo deles, captado pela pesquisa foi o cargo de vereador em Patos. Os tensionamentos entre eles, e entre eles e organizações neste campo, por fim, se mostraram

²⁹ Não no sentido moral, mas em termos de cargos políticos na administração municipal e na Câmara dos Vereadores dos municípios que possuem associações comunitárias com a UAC.

instrumentos que ajudaram os sujeitos a se realocarem no campo comunitário, expandindo suas posições e o poder de influenciar o coletivo no qual eles estão inseridos.

3.1 “Vai gostando, se adaptando, conhecendo mais”: o tempo de militância comunitária

José Gonçalves se vale desse recurso. Os “*turning points*” (“pontos de virada” tradução livre do inglês para o português) na trajetória do vereador e sindicalista, resumidos aqui, nos dão a noção de como os variados universos que este personagem percorreu, como importantes momentos de definição da formação de valores desse personagem, contribuíram para a construção de sua imagem e a busca pela legitimidade da liderança no movimento comunitário em Patos e região³⁰. Da origem das lavouras de algodão na região de Patos, devastada pelo *bicudo*, José Gonçalves fez o caminho natural deixando a zona rural em decorrência das grandes dificuldades e prejuízos na plantação, em direção à cidade em um contexto de inchaço urbano, e provou da falta de infraestrutura urbana nos primeiros anos no município:

(...) essa grande concentração nas cidades, as condições de moradia eram as piores e ainda continuam sendo, muitas pessoas morando nas maiores dificuldades (...) houve o inchaço das cidades e ao mesmo tempo não *tinha* a mínima infraestrutura *pra* atender as famílias, né? Eu mesmo fui vítima disso, eu cheguei em Patos em 1974, fui morar no Juá Doce, *numa* casa pequena, onde não tinha saneamento básico, os esgotos corriam a céu aberto, na frente das casas, né? Casas sem banheiro, uma dificuldade tremenda! (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

Em Patos, no início da década de noventa, ele esteve no movimento comunitário que reivindicou a intervenção do poder público para a resolução de problemas ligados à falta de água em uma comunidade do município. Em entrevista, José Gonçalves, relembra as primeiras lutas comunitárias em Patos: foi “(...) justamente no bairro das Sete Casas, em 1982, na luta *da* construção de um chafariz, porque não tinha água naquela comunidade (...) realmente havia uma grande carência”. Nas recordações feitas por ele, a luta por moradia em Patos com a participação dele se fez a partir do surgimento dos “programas sociais para a substituição [das] casas de taipa em virtude do barbeiro, que praticamente quem vinha da zona rural, que morava em uma casa de taipa, construída outra (de taipa) na cidade por não ter condições de construir uma de alvenaria”.

Dois outros episódios rememoram sua participação no campo da moradia. Quando um grupo de sem-teto ocupou uma área que ficou conhecida como “Vila Teimosa”, em alusão às

³⁰ A pesquisa é a nível municipal (Patos, PB). O termo “região” aqui se refere, por exemplo, a atuação de José Gonçalves na construção e fundação de sindicatos nos municípios vizinhos de Patos, como uma espécie de “assessoria” neste assunto.

várias tentativas de reintegração de posse sem sucesso promovidas pelo poder público municipal, narrado por José Gonçalves:

(...) a Vila Teimosa, que fica vizinha ao Bivar Olinto, foi uma ocupação dos sem tetos na época. Inclusive, eu participei dessa atividade. E por que “Vila Teimosa”? Porque os barracos foram derrubados três vezes, quatro vezes e o pessoal resistindo e permaneceu, por isso que ficamos com esse nome de Vila Teimosa (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

No outro episódio, José Gonçalves relembra a ocupação do Conjunto Manoel Nascimento em que ele também fez parte junto com os sem-teto:

(...) ali foi uma ocupação de uma área que pertencia a escola Dom Fernando Gomes, um bairro do Morro, no bairro Liberdade, Morro, onde a murada caiu e os sem-teto também fizeram uma ocupação em 1992 e lá hoje moram 95 famílias. Inclusive, eu também participei dessa ocupação, da organização desses trabalhadores e trabalhadoras (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

Foram quatro décadas dedicadas a movimentos sociais, sobretudo ligados à luta por melhores condições de moradia que criaram um cinturão em torno de si na “militância ininterrupta” do associativismo comunitário, experiência que proporcionou a José Gonçalves (e a José de Oliveira Pio) a fundação de uma organização que viria a “congregar” todos no movimento comunitário em Patos e região em 1994, a UAC, e em 2019, a UMAC, constituindo assim dois instrumentos de poder e influência do sujeito no movimento comunitário em Patos. Não é somente o tempo grafado em anos, mas a dedicação e o ligamento às comunidades que ele realiza muito mais em função do cargo de vereador do município. Esse aspecto se liga à construção da legitimidade por meio das estruturas permeadas na sua figura como *broker* no movimento comunitário local. Alguém que capta valores de diferentes universos para a construção das relações de poder nas quais ele se insere e comanda.

Já José Ilton é presidente da UAC há 17 anos. Ele foi presidente entre 2002 e 2006 e entre 2009 e 2016. Em 2016, foi a última edição das eleições para presidente da UAC. Em 2020, por conta da Pandemia de Covid-19, não foram realizadas eleições e a UAC o reconduziu até 2023 quando, em fevereiro do mesmo ano, ele foi reeleito para mais quatro anos. Essa dificuldade do surgimento de novas lideranças no movimento comunitário exposta pela baixa motivação entre os presidentes das associações que compõem a UAC em se candidatarem à presidência da organização possui alguns fatores apontados por José Ilton, como o nível de “cobrança” sobre o presidente da UAC que se confronta com a dificuldade de “conseguir as coisas” e, por isso, “não há interesse dos presidentes das associações em disputar a presidência da UAC”. Essa descontinuidade em relação à sucessão de presidentes, ou rodízio, passa não só pela acomodação dos presidentes das associações, como indicado, mas, em algum momento,

por “terem conseguido saneamento básico, calçamento, escola, [para sua comunidade]” e deixando de participar, ou porque “não prepararam outras pessoas *pra* assumir”, ou ainda por questões de falecimento do presidente e não haver motivação para realizar eleições nas associações, continua ele. “É outra luta” alguém querer ser presidente de associação. José Ilton expõe as dificuldades do cargo em resposta a uma das primeiras perguntas que o fiz relacionada à presidência que ele desenvolveu todos esses anos.

J: Como é ser presidente da UAC?

Jl: rapaz, é meio difícil. Presidente não ganha dinheiro. Só recebe pedrada. Muitas vezes não tem o apoio dos sócios [associados] para a luta. Os sócios [associados] querem que o *cara* consiga, mas eles querem ficar só *numa* reunião no mês no máximo. Ultimamente, não sei como vai ficar, vejo que se não melhorar a situação, não tem como caminhar, não (José Ilton – Fragmento de entrevista).

Não somente José Ilton reivindica o tempo gasto na militância, também Elizabete, ao se referir ao “trabalho” na UAC, reproduz a motivação que a “prende” na luta comunitária: “quando você entra, parece um vício, quanto mais você entra, mais você vai gostando, se adaptando, conhecendo mais. Faz mais de 20 anos na luta”. O sentimento relatado por Elizabete é comum nas expressões dos demais presidentes da UAC. Algo que os prende ao movimento comunitário e dá sentido às suas ações neste campo. Uma questão pertinente seria o porquê que estes sujeitos não abandonam os postos mesmo diante do trabalho árduo, segundo eles, que é a luta comunitária. Talvez a resposta passe justamente pelo fator tempo na luta que produz um sentimento de pertencimento, constrói amizades e proteção, estima e encorajamento mútuo. As poucas críticas relatadas são dadas em tom ameno, sempre acompanhado de um conformismo e aceitação, diferente das críticas que Viana fez em questionar as outras lideranças, os ganhos, as reais ações e a relevância da UAC.

Em se tratando de Viana, as atas de 1996 constam que antes de sua eleição como presidente ele já atuava nas discursões e no planejamento junto à UAC na luta comunitária, no 2º Congresso da UAC, como tema “União e Independência”. Dos desligamentos da UAC até os dias dessa pesquisa, um importante centro de comercialização de couro e calçados no município foi erguido em função dos trabalhos liderados por ele. Mais do que os anos gastos na militância é a identificação com a luta que faz o sujeito permanecer ligado às causas sociais comunitárias.

3.2 “A gente tenta conversar com eles”: as relações de *brokerage* na luta comunitária

A ligação do sujeito à luta comunitária no tempo gasto como militante comunitário constrói o pertencimento deles à causa e essa constatação se apresenta como um fator de legitimidade da liderança comunitária local em poder falar em nome da luta comunitária. A imagem criada pelos personagens dessa pesquisa a partir das funções estatutárias da UAC em fazer uma “ponte” entre os interesses das comunidades e as conquistas comunitárias vai dando lugar à imagem de liderança no movimento comunitário nas relações de *brokerage* em que eles se inserem, ou seja, aquelas em que o sujeito, ao levar o nome da organização, também constrói para si uma imagem pessoal na luta comunitária neste campo. Mesmo que ela tenha sido criada para fins “mediadores”, a análise que aqui se propõe não poderia tomar os presidentes dessa organização como *brokers* pelos motivos das funções típicas da UAC, tão somente. Também, o debate em torno de quem, de fato, possuiria ou apresentaria características de *broker* como liderança comunitária local ficaria prejudicado.

Dessa feita, o que a literatura socioantropológica postula sobre *brokers* é encarado nesta dissertação como alguém que constrói um projeto pessoal para si, de uma posição “privilegiada” inicialmente, mas que incorpora outros valores e recursos à sua imagem e posteriormente, passa a ser identificado como um sujeito “mediador”, “intermediário”, “alguém ideal”, “melhor indicação” ou como “porta-voz” da luta comunitária, não somente pelo cargo na presidência da UAC que ocupou/ocupa, mas pela imagem construída junto ao movimento comunitário como um todo, “administrando” as expectativas de seus públicos.

Neste contexto, as oportunidades são criadas ou aproveitadas para manterem ou expandirem suas posições políticas. Esta seção descreve, nos tópicos a seguir, a atuação desses presidentes ao longo do tempo de militância deles à frente dessa organização sem a pretensão de dar conta de toda história deles e nem diminuir a importância da UAC nas vidas dos entrevistados. Mas, como argumentado anteriormente, este cargo não produz automaticamente legitimidade como liderança comunitária local, tanto porque o movimento comunitário em Patos é maior do que a UAC e a consequente parcela desse movimento que ela lidera, quanto pelos elementos que os sujeitos utilizam/utilizaram para construir suas lideranças neste campo. Esta seção, finalmente, se divide assim: na primeira parte, debato situações em que identifico as ações dos presidentes ao falarem em nome da UAC; na segunda parte, focalizo a perspectiva de que eles também falam de si, sempre sob o escudo da organização e da luta comunitária. Na terceira parte, apresento uma contradição deste campo: as conquistas comunitárias, no longo

prazo, se revelaram não suficientes para manterem o engajamento comunitário por melhorias nas comunidades, como eram nos períodos iniciais dessa organização.

3.3.1 Quando falam em nome da UAC: as lutas passadas e presentes

As narrativas dos presidentes constroem o sentido da mediação atribuída à UAC. José Ilton, por exemplo, assinala que “o trabalho da UAC é (...) fazer um elo maior *pra* conversar com o prefeito, deputado, governador...”. Essa expectativa de mediação, nutrida pelo movimento comunitário em relação à UAC, posicionada intencionalmente como uma “ponte” entre reivindicações de melhorias nas comunidades e as conquistas, ou entre associações e o poder público, recai sobre os líderes que a presidiram ao longo de sua existência. Ou seja, ao liderarem a UAC nas lutas comunitárias, os presidentes “absorvem” o sentido da mediação construído para esta organização no campo comunitário. Essas experiências à frente da organização marcam suas militâncias e constroem as relações de *brokerage* nesse movimento social.

José Ilton recorda de um tempo em que o movimento comunitário dispunha de uma certa expressão tanto em quantidade de adeptos, quanto em força política.

J: Como era a luta antigamente?

Jl: Lá no meu bairro onde eu moro mesmo, a gente fazia a reunião e não conseguia (...) numa sala dessa, tinha que fazer na escola, no pátio da escola porque era muita gente (...) a gente conseguiu tudo lá pela associação. A gente teve época aqui na UAC que a gente nem podia fazer reunião na política [período de eleição] com tanto comício, passeata, a prefeitura querendo envolver a UAC. A gente era reconhecido, o prefeito dizia... [reconhecia]. Eu lembro que no posto médico [PSF], no início, a gente não tinha nada no Mutirão. Onde eu moro, era novo, sem galeria, tinha água e energia, não tinha escola, creche e a gente foi reivindicando e quando tinha a inauguração a gente era chamado: ‘aqui foi uma luta da associação!’ E o povo ficava satisfeito e participava. Estavam vendo [os resultados] no posto médico (...) a gente lutou e o prefeito disse que não iria fazer a reforma do Alto da Tubiba e iria construir um novo no Mutirão (José Ilton – Fragmento de entrevista).

O sentido de grandeza, expansão e poder que a UAC dava à luta comunitária, chegando a rivalizar em expressão com comícios políticos produzia reconhecimento às lideranças dessa organização social. Na mesma linha, Viana também recorda na sua entrevista, a força da atuação da UAC, lembrando os projetos e as frentes em que eles atuavam como lideranças comunitárias em Patos nas campanhas reivindicativas.

J: Como era quando o Sr. foi presidente da UAC:

V: a gente tinha vários projetos *pra* melhoria do movimento comunitário feitos pelo PNUD [que era um] grande projeto, fortalecendo, trazendo contador e advogados gratuitos, aposentando pessoas no tempo que têm dificuldades de acesso (...) advogado que a gente tem até hoje no Santo Antônio [Associação que ele preside], e programa de rádio de 2h na Itatiunga rádio sertão AM, no domingo de manhã (...) projeto de rádio que denunciava galerias e calçamentos que precisavam, e também trazendo cultura *pra* dentro das associações, levava sanfoneiro *pra* palestras (...) a gente tinha vários projetos que envolviam tudo (...) a gente tinha curso de artesanato. A gente viajava *pra* são Paulo, Brasília, discutir (...) atrás de benefícios (Viana – Fragmento de entrevista).

V: Já teve um movimento grande antigamente. A gente, pacífico, sem prisões, conquistava casas populares invadidas, sem tocar fogo, sem depredação, entrava dentro do município com aquela força [no sentido de número expressivo ajuntamento de pessoas], ajeitava uma comissão e ia falar com o prefeito. Tudo ia pelo movimento comunitário organizado. Hoje não existe parceria com nada (Viana – Fragmento de entrevista).

Na sala da UAC, onde a entrevista se deu com José Ilton e Elizabete, havia um banner na parede que indicava os municípios da região circunvizinha que faziam parte da UAC. José Ilton relata que, do início da UAC até 2008, a participação comunitária das associações da região era bastante ativa, como foi nas campanhas junto aos assentamentos do Serrote Liso e Sapateiros em Patos: “a gente conseguiu construir umas casas pela prefeitura com os vereadores no 1º governo de Lula”.

A UAC possui assento em vários Conselhos Municipais em Patos. José Ilton recorda que, em um período passado, não muito distante, a participação da UAC nesses Conselhos era bastante significativa, não somente para compor os Conselhos, mas em posição política. Quando requisitado na entrevista para citar alguns exemplos dessa atuação, José Ilton desenha um quadro de participação que vai desde o período “aguerrido”, como no trecho a seguir, até o recente “esfriamento” da UAC nessas frentes, quando se refere às “barreiras” impostas ao movimento comunitário pela Prefeitura.

J: Como é a UAC nesses Conselhos?

Jl: a gente [UAC] foi muito participativo (...) a gente [UAC] conseguiu contactar desvio de verba. Até *teve* diretor que a gente tirou do Conselho. Teve uma diretora (...) que o marido dela era agiota e *tava* agiotando com o cheque do Conselho. Nessa época o secretário era rígido, quando a gente achava um problema, ele resolvia (José Ilton – Fragmento de entrevista).

A estrutura burocrática introduzida pela Prefeitura nos funcionamentos dos Conselhos, segundo o atual presidente da UAC, reduz a expectativa do movimento social e limita a participação da sociedade.

J: Como o Sr. vê esses Conselhos atualmente?

Jl: Ultimamente, esses conselhos só *é pra* cumprir...[tabela] (...) hoje é só o povo do prefeito. Antigamente, a gente tinha uma boa participação e hoje eles [Prefeitura] limitaram (...) a maior parte que era *pra* ser da Sociedade Civil, eles [Prefeitura] colocaram contratados como Sociedade Civil (José Ilton – Fragmento de entrevista).

Esse tipo de burocracia também foi relatado por José Gonçalves, que tem assento em alguns Conselhos Municipais, representando a Câmara dos Vereadores de Patos. Ao ser questionado sobre a participação popular nesses Conselhos, ele foi enfático em resumir as dificuldades enfrentadas para exercer a soberania da participação popular nas deliberações dos Conselhos.

J: Como o Sr. avalia a atuação dos Conselhos e a participação popular?

JG: Existe uma certa ciúmeira dos governos em não colocar esses Conselhos *pra* funcionar. O governo sempre (...) dificultam a participação da sociedade civil organizada nesses Conselhos. Nós sempre somos escanteados, o *escanteamento* faz parte dos governos. E o que a gente observa hoje aqui em Patos é que existe o controle social em todos os Conselhos por parte da prefeitura. Antes, não acontecia. Hoje a prefeitura criou uma estrutura, isso é uma coisa nova, que não existia, *pra* ter o controle desses Conselhos, inclusive, criando a própria Casa dos Conselhos. Com estrutura com advogados *pra* minar as leis, *pra* fazer alteração nas leis, *pra* deixar o Conselho ainda mais adequado a gestão. Isso tem enfraquecido os movimentos sociais (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

Outro episódio que limitou a participação da organização nos canais de participação social e que, ao mesmo tempo revela uma posição contrária à atuação da Prefeitura foi o ofício que a UAC recebeu da Prefeitura, solicitando apenas um nome para a participação da Conferência da Assistência Social 2023, o que, na avaliação de José Ilton, é muito pouco diante da importância do evento: “vai ser uma conferência da maior parte do pessoal do município, contratados, os que o prefeito quer. Fica difícil”. Mas não parece ser somente uma ação da burocracia da Prefeitura em amarrar, deliberadamente, as forças do movimento comunitário da UAC. O próprio José Gonçalves diz que a razão para a estagnação do movimento comunitário pode ser explicada porque todos esperam que “a solução para os problemas da comunidade [venha da] gestão (...) do institucional”. Falas como essas se conformam às de José Ilton, quando diz que ninguém quer mais ser presidente da UAC, que estão acomodados. Identifico um vácuo de poder nas relações de poder entre Estado e movimentos sociais deixado pela UAC e que esse quadro contribui para atuação recente da Prefeitura. Esta lacuna tem sentido de pouca atuação reivindicativa, ou um tipo de esfriamento no ímpeto das campanhas do movimento comunitário local, ou ainda, uma conformidade entre as duas estruturas políticas como resultado da relação entre Prefeitura e UAC.

As dificuldades de “representatividade” e “deliberação” que a UAC enfrenta nos Conselhos Municipais em Patos, tanto pelos relatos anteriores, quanto por resistências da

Prefeitura, podem ser percebidas também no contexto de criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Patos (CONSEA). Segundo José Ilton, o então prefeito de Patos, Dinaldo (DEM), dificultou a criação do Conselho, mas “juntou o povo e conseguiu”. A atuação da UAC nesse Conselho, segundo José Ilton, é forte nos projetos do CONSEA ligados à área rural.

A Prefeitura precisa muito. Ela manda o projeto *pro* Conselho e se a gente *ver se tá* bem elaborado, a gente aprova. A gente faz uma emenda se não *tá* bom e volta [para a Prefeitura]. Mas, geralmente a gente aprova porque beneficia a zona rural e o produtor e não tem como a prefeitura desviar (José Ilton – Fragmento de entrevista).

O CONSEA é um exemplo de conquista da atuação da UAC. Outro, é caso também do Conselho da Mulher, segundo José Ilton, derivado de “grande luta”. Ele anota também o caso do Conselho do Direito do Idoso como um fracasso, resultado de um descompasso de interesses entre a UAC e a falta de vontade do “povo”. Ao mirar na falta de vontade do povo, José Ilton procura ressignificar o sentido da derrota, diminuindo a responsabilidade da UAC nesta missão. Mesmo assim, a organização está presente como entidade representativa na maioria dos Conselhos Municipais de Patos “tentando fazer sua parte”, como anota José Ilton. Para além das funções típicas dos Conselhos de deliberação, fiscalização, formulação, promoção e defesa das políticas públicas, mas às realizando, também às exerce em forma de “mediação” entre os interesses das associações comunitárias e os diversos e divergentes interesses do poder público e das outras entidades da sociedade civil. A participação da UAC em diversos Conselhos Municipais expõe uma das características da liderança: a capacidade de criar, ampliar e sustentar uma rede de mobilizações em torno de sua imagem.

A atuação multidirecionada da UAC pode ser registrada nas reivindicações para realização de obras de extensão em largura da ponte que dá acesso ao bairro Jatobá, em Patos, com sinalização de atendimento por parte do poder público municipal. O atual presidente da UAC informou durante as entrevistas que houve uma reunião com o vice-governador da Paraíba e que foi garantido à organização que o pedido oficial foi da UAC, documentado em ofício do Governo do Estado da Paraíba. Outra direção de atuação dessa organização é nas frentes de defesa das áreas verdes nos arredores dos conjuntos habitacionais populares. Segundo José Gonçalves, as ocupações estão sendo feitas “não [por] pobres, mas empresários”. Recentemente, a UAC se reuniu com a FEPACOM e CEHAP para cobrar um posicionamento no sentido de impedir que essas ações continuem. Como resultado, o posicionamento da presidente da CEHAP foi no sentido de nenhuma área verde, nenhuma área de preservação ocupada seria legalizada.

Ao olhar para o funcionamento interno da UAC, a situação administrativa e financeira que esta organização apresenta, desafia seu presidente a manter a organização em posição de liderança comunitária local. Essa dimensão repercute diretamente no próprio movimento comunitário, uma vez que, diante dos grandes desafios internos, a motivação para a sucessão presidencial é precarizada. Essa fotografia expõe uma autoalimentação entre a UAC e o movimento comunitário e um estado de conformidade entre organização e movimento da seguinte forma: o esfriamento das associações comunitárias em relação à UAC (relatado pelos entrevistados) constrói o problema da sucessão de presidentes desta organização. A evidência neste caso é o cargo de presidente ocupado por uma única pessoa por todo esse tempo, no caso de José Ilton, que, por sua vez, constrói o tipo de engajamento comunitário das associações ou um “estilo” de militância à luta atualmente. Como exemplo das dificuldades internas, as mensalidades atrasadas, as inadimplências das associações e os atrasos relativos à ajuda de custo concedida pelo poder público municipal, aprovada em lei, em forma de subvenção social, compõem o desabafo de José Ilton:

J: Que dificuldades são essas?

Jl: ultimamente não tem ajuda que *dê*. A gente não tem dinheiro *pra* bancar as despesas e muitas associações fecharam porque não puderam pagar o aluguel da sede. A UAC é alugada. Paga R\$600,00 (seiscentos reais) de aluguel. Só em 2016, a gente conseguiu uma subvenção de R\$1.000,00 (mil reais) e continua o mesmo valor até ninguém sabe quando, porque a lei é só de R\$1.000,00 (mil reais) mesmo. Vai chegar um momento que R\$1.000,00 (mil reais) não vai dar. Ainda dá pra pagar aluguel, água...(José Ilton – Fragmento de entrevista).

A subvenção social paga à UAC enfrentou gargalos. Quatro meses em 2021 ficaram sem ser pagos e a União teve que recorrer às doações de “amigos” para se manter. Às associações, é requerido uma mensalidade de R\$10,00 (dez reais), “mas nem todas pagam, aliás, umas 3 associações estão em dia”. José Ilton explica que, quando a UAC realiza congresso (como o que ocorreu dia 4 de fevereiro de 2023 sobre moradia), para que as associações possam participar, é necessário a quitação das mensalidades atrasadas. Mesmo assim, “outras não querem participar. Elizabete, ex-presidente e também secretária da UAC atesta para essas dificuldades. Ela mostra em sua entrevista como realiza o controle das mensalidades das associações. Uma das formas de construir o engajamento dos associados para os debates promovidos pelos presidentes nos congressos da UAC é justamente essa imposição em relação à participação nos congressos e a distribuição de alimentos. Este último, funciona como ajuda humanitária e, ao mesmo tempo, contrapartida para assiduidade dos associados nas reuniões.

A descrição das experiências das lideranças à frente da UAC serve para posicionar esta organização como condições de construção do próprio movimento comunitário local. Nos relatos dos presidentes, há o contato com valores sociais em diferentes contextos e a construção dos principais universos de referência, além da construção de sua identidade política. Tudo isso passa pelos momentos de conquistas e fracassos dessa organização no campo comunitário, bem como pelos desafios internos e colocam à prova as habilidades desses sujeitos à frente da UAC.

3.3.2 Quando falam em nome de si: as lutas pessoais

Inicialmente, ser presidente da UAC impõe ao sujeito as tarefas de levar a luta comunitária por esta organização social. Mas, a compreensão sobre as relações de *brokerage* em que os presidentes da UAC se envolvem, exemplificadas nesta dissertação, evoca o sentido dado por Velho (1981) sobre a ótica de “projeto” que esses sujeitos desenvolvem para si. É a dicotomia de intencionalidades entre investir-se na causa comunitária, como nos cenários apontados, construindo um “cinturão” de legitimidade junto ao movimento, ao mesmo tempo que constroem para si um “projeto” a partir da posição que ocupa na UAC. Esse aspecto é observado tanto em José Ilton, que perdeu as disputas às quais se submeteu nas eleições municipais para vereador, quanto na de José Gonçalves, que conseguiu se eleger recentemente, depois de três tentativas anteriores. Mesmo liderando a frente couro-calçadista em Patos, Viana não se elegeu nas eleições de 2002. Ele relata que tentou eleger o filho ao cargo de vereador em uma das eleições recentes, mas não conseguiu, mesmo com “todo trabalho” que ele empregou.

São evidências como essas que indicam o “projeto” que os presidentes da UAC desenvolveram para si, que passa por acessar cargos políticos na Câmara de Vereadores de Patos. Uma escalada sociopolítica que José Gonçalves conseguiu. Também é apontado quando outros presidentes de associações de bairro, que “pertencem” à UAC, se lançaram nas disputas político-partidárias nas eleições municipais, avaliado negativamente por José Ilton. Os presidentes das associações, ao seguirem por este caminho, “dão mal exemplo” e “abandonam a luta”, nas palavras do atual presidente da UAC. Ao firmarem “compromissos partidários”, acabam por desacreditar a luta comunitária, situação que prejudica também o surgimento endógeno de lideranças. Aparentemente, os personagens “externos” não provam de aceitação imediata, já que o apoio à causa comunitária é negociado à ligação do nome do político ao sucesso da jornada e não à “luta”, à “UAC” ou ao “movimento de base”. Esta avaliação do atual presidente da UAC provoca reflexões no campo das relações entre Estado e movimentos sociais. Esses “compromissos” ensejam alinhamentos entre movimentos sociais e políticos e

condicionam a atuação reivindicativa desses últimos em relação ao Estado. E também, a própria benevolência do Estado em relação aos possíveis desvios de legalidade dos movimentos sociais e seus repertórios de ação.

3.3.2.1 *Um paradoxo no movimento comunitário local?*

Como já assinalado, o movimento comunitário local prova um certo esfriamento. José Ilton atribui esse aspecto às conquistas locais das comunidades: “o povo participava mais, mas foi conseguindo as coisas (...) e deixando de participar”. À medida que as associações foram obtendo êxito nas suas reivindicações, foram se distanciando da luta comunitária: “das trinta [associações], *tem* 15 que acompanham a gente e as outras estão aí: umas correndo o risco de *ser* fechada, outras que não vão fazer eleição [para presidente] e vão abandonar [a UAC]”, pontua o atual presidente da UAC. Levando em consideração o sentido criado em expressões como “abandonar”, ao se referir tanto à UAC (organização social), quanto à luta comunitária, há a construção de unicidade nessas duas estruturas sociais, ou seja, a luta seria a própria UAC, nesse campo, por parte dos sujeitos.

Diante disso, é de se pensar que o movimento social da UAC, que estamos lidando, é a própria luta social, neste contexto e nos sentidos construídos nas entrevistas; e, como a UAC é o que seus presidentes foram/é, também vale a reflexão de que a luta comunitária foi construída em grande parte pela atuação dos presidentes da UAC e se a luta está “estagnada”, a atuação dos presidentes da UAC tornou-a assim. Entretanto, o atual presidente da UAC não reflete sobre essa “autoalimentação” entre UAC e movimento comunitário. A permanência de José Ilton tanto tempo à frente da organização é sintomática. Ou seja, neste caso específico, o tipo de presidência produz o tipo de engajamento comunitário que produz, por sua vez, o tipo de liderança comunitária. Essa tomada será ampliada quando nos depararmos com os elementos expostos por Viana que se relacionam tanto ao “estilo” de presidência do atual líder da UAC, quanto ao relacionamento político entre José Ilton e José Gonçalves.

Além disso, o fraco engajamento comunitário tem outra face tão importante quanto, que desafia os presidentes da UAC. As conquistas comunitárias reivindicadas pela UAC na figura de seus presidentes indicam um duplo efeito que interpreto como um “paradoxo” no movimento comunitário local. Em outras palavras, o trabalho dos presidentes da UAC produziu esta situação paradoxal entre conquistas e esfriamentos das comunidades. Tal constatação está muito próxima da assinalada por Sidney Tarrow (2010) em *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político* no aspecto “cristalizado” dos movimentos sociais após

terem suas reivindicações atendidas pelas estruturas de poder dominante que os movimentos sociais se deparam.

Se, por um lado, as reivindicações das comunidades por serviços públicos do tipo “galerias de esgoto, calçamentos e fornecimento de água”, itens que denotam um imediatismo na solução já que a ausência proporciona um impacto extremamente negativo na comunidade (esgoto a céu aberto na porta do morador, lamas e buracos nas ruas prejudicando a locomoção das pessoas, ausência de água potável) produz forte engajamento das associações sobre campanhas como essas; por outro lado, após a conquista, vê-se um fraco engajamento comunitário na demanda de itens do tipo “posto de saúde, posto policial e escolas”, necessidades que podem ser supridas acessando-os em bairros próximos pelos moradores da comunidade. Uma vez, ao que tudo indica, alcançado o objetivo de necessidade imediata que tem impacto elevado, a “luta comunitária” tende a se esfriar. O enfraquecimento da luta pode estar relacionado a uma espécie de “saciedade da necessidade” por elementos de impacto imediato nas comunidades e a avaliação de que os outros itens são mais difíceis de conseguir e que podem ser acessados nas proximidades. É nesse aspecto que José Gonçalves reflete sobre a dinâmica e resultados do movimento comunitário em Patos e na região, que também aponta para um “enfraquecimento dos movimentos sociais” estando eles “aquém” da luta social.

J: Como estão?

JG: Estão acomodados, numa certa inércia (...) desacredita até as pessoas. Muitos acreditando, inclusive, que a solução para os problemas da comunidade vai ser a gestão, vai ser o institucional. Eles não querem mais fazer a luta como nós fazíamos antes, de botar realmente o povo na rua, o bloco na rua. Essa rua pertence a nós trabalhadores e trabalhadoras (José Gonçalves – Fragmento de entrevista).

Diante das conquistas comunitárias comandadas pelos presidentes à frente da UAC e as resignificações que eles empregam diante de fracassos, novas expectativas de conquistas recaem sobre eles. Como um movimento de defesa, tanto José Ilton, quanto Elizabete e José Gonçalves, cada um em entrevistas e momentos diferentes, apontam para as dificuldades encaradas no movimento comunitário local e o reflexo no baixo engajamento comunitário das associações da UAC. José Ilton e Elizabete, conjuntamente, relatam a falta de apoio das associações vinculadas à organização e José Gonçalves, em sua entrevista, ao se referir ao “institucional” (classe política municipal), é taxativo: “não é o que vai resolver”. É “botar realmente o povo na rua, o bloco na rua” como “fazíamos antes” e para voltar às conquistas para as comunidades, necessário se faz “organizar” e “constituir” as mobilizações sociais. É o sentido dominante entre os entrevistados: a luta comunitária era aguerrida em tempos atrás,

diferentemente dos dias atuais. Novamente a tensão entre movimentos sociais e Estado se revela. Já Viana aponta outros elementos que contribuem para o fraco engajamento na luta comunitária atualmente. Em sua entrevista, quando o questionei sobre sua visão em relação ao movimento comunitário, ele aponta para o enfraquecimento dos congressos da UAC como forma de “discutir o movimento” e para o fraco relacionamento entre UAC e as comunidades, que, segundo ele, deveria partir do presidente da organização:

Ele [José Ilton] não viaja. Ele não procura diálogo, e Zé Gonçalves, que migrou *pra* política e ficou sem tempo, tem o sindicato que ele não larga mão, e a política (...) faltou tempo dentro das comunidades. A UAC tá pecando agora, com Zé Ilton. Falta ele participar mais de dentro das associações. Ele não vai (Viana – Fragmento de entrevista).

Isto é, como adiantamentos anteriormente, não somente as conquistas com valores imediatos tendem a “esfriar” as reivindicações das comunidades como uma “saciedade” de interesses, mas as “condições” atuais do comando da UAC (17 anos como presidente) acabam por afastar parte do movimento comunitário do engajamento desejado por esta organização. Isso porque, é esperado dos presidentes da UAC a condução do movimento. Nessa tarefa, os exemplos das campanhas dessa organização foram e continuam sendo oportunidades para que os sujeitos se posicionem como intermediadores entre interesses diversos, dos comunitários aos particulares, introjetando suas imagens de líderes no imaginário do movimento social comunitário como destaques que fazem à luta.

Esta seção revelou as faces da luta comunitária sob escopo da UAC. Enquanto presidentes, ao passo da promoção da luta comunitária por meio dessa organização, eles constroem a imagem de liderança comunitária no imaginário do movimento comunitário. Os desajustes entre os presidentes, iniciados nesta seção, serão impressos na próxima. Os conflitos funcionam como (re)configuradores do movimento comunitário local.

3.3 “Ele não combinava com algumas coisas que a gente fez”: os tensionamentos como dinâmica de construção da legitimidade da liderança comunitária

A legitimidade da liderança comunitária neste estudo passa não somente pelo pertencimento à causa ou pela representatividade de uma organização social da expressão da UAC no movimento comunitário local. Pode ser entendida também como um reposicionamento do sujeito frente aos tensionamentos e à realocação de recursos neste campo. Como lideranças, eles provam dos conflitos e disputas construídos no campo comunitário. Estes tensionamentos,

de modo geral, são determinantes para a marcação de novas fronteiras e, no caso específico desta dissertação, eles estavam e estão presentes nos relacionamentos entre os presidentes da UAC. Como consequência, os presidentes da UAC reconfiguraram o movimento comunitário local a partir de tensionamentos pessoais, de projetos políticos e de recursos. Dois exemplos nesse sentido foi a filiação da UMAC à UAC e o surgimento de um importante centro de comercialização de couro e calçados em Patos. No caso da UAC, os tensionamentos se processaram internamente, quando das disputas eleitorais pela presidência desta organização e das divergências pessoais e de projeto entre as lideranças. Externamente, nas disputas entre os personagens e a própria organização por recursos para seus públicos. Portanto, os elementos de legitimidades também estão presentes nos ambientes de tensionamentos entre lideranças comunitárias.

Esta seção acaba por atravessar o objeto de pesquisa definido anteriormente e redefinido pelas limitações da pesquisa que objetivava analisar as disputas entre os agentes no contexto da política municipal de habitação em Patos. Como será possível observar, as lideranças comunitárias se esforçaram para conquistarem acesso aos apartamentos do São Judas Tadeu I e II em uma verdadeira “corrida”. Aqui são apontados alguns episódios descritos pelos entrevistados em suas narrativas que dão os tensionamentos criados no movimento comunitário local durante o “tempo de militância” entre eles, e está dividido da seguinte forma: primeiramente, procuro posicionar uma disputa entre UAC e outros presidentes de associação pelo mesmo espaço social e político; no segundo momento, aponto um conflito entre José Gonçalves e Viana em um contexto de eleições para presidente da UAC que revelaram um quadro de poder que José Gonçalves imprimiu nas relações entre eles. No terceiro, a partir das diferenças de “estilos” de lideranças entre José Ilton e Viana, aponto essas divergências entre presidentes da UAC. No quarto momento desta seção, analiso o embate e a posterior filiação da UMAC à UAC como um exemplo emblemático de poder que José Gonçalves desenvolve junto à UAC, sobretudo em relação a José Ilton. E por fim, na quinta tomada das disputas entre os presidentes, percorro sinteticamente a corrida pelos apartamentos do São Judas Tadeu I e II, em que os líderes eivaram esforços para acessarem certa quantidade de imóveis e destiná-los a seus públicos. Os objetivos dos líderes passam pela avaliação da necessidade pessoal e comunitária de acesso aos recursos materiais e simbólicos das respostas e soluções do poder público que dão formas ao universo social em construção.

3.3.1 UAC, os presidentes das associações e as disputas pelo mesmo espaço sociopolítico

José Ilton, ao se referir às disputas eleitorais nas quais os presidentes das associações se inserem, indica um certo embaraço na luta comunitária: “ultimamente, as associações, querendo entrar na política, até atrapalhou, (...) os presidentes que se *candidatou*, nenhum foi eleito”. Essas falas indicam uma certa disputa por um mesmo espaço de poder sociopolítico. O objetivo da UAC é “agrupar” as demandas do campo do associativismo comunitário e “aumentar a força” reivindicativa junto a vereadores, deputados, prefeitos, governadores etc., e finalmente, fazer um “elo” entre os desejos das comunidades e a realização deles. Não é necessário haver a vitória de um presidente de associação nas eleições para desencadear um ponto de tensão entre interesses, mas somente a decisão de fazer o percurso já indica uma disputa entre os objetivos principais dos personagens e a organização social. O “projeto”, consciente ou não, do presidente de associação é se tornar uma “ponte” entre os desejos comunitários, sobretudo da sua comunidade, e a satisfação das necessidades comunitárias. Dito de outro modo, há nesse processo, a tentativa de substituição da imagem da UAC, como instituição criada para ser mediadora, pela imagem do ator político que reivindica para si as “funções” da organização na disputa pelas recompensas políticas e de prestígio entre as comunidades nesse jogo³¹. Estritamente, é a disputa entre presidentes.

Nesse ponto, ainda que se admita, por óbvio, que, para ser eleito vereador ou prefeito, não basta ser presidente da UAC, José Ilton, mesmo sendo presidente por vários anos, não conseguiu construir uma imagem que pudesse emplacar uma candidatura que rivalizasse com os demais. Ao afirmar que a aventura dos presidentes das associações nas disputas eleitorais do município prejudica a luta comunitária pela via do engajamento, estar-se diante de uma disputa por poder e espaços políticos e uma estratégia de sobrevivência dado que esses presidentes das associações procuram ocupar o espaço da UAC no campo comunitário, criando uma via alternativa para o depósito dos interesses das comunidades. Assim, partindo da percepção de que a UAC não faz mais a “ponte” (pelo menos, não como antes) e que há um “buraco” no campo da luta comunitária e o conseqüente um “isolamento” das associações, a julgar pelo nível de engajamento, os presidentes das associações se lançam nas eleições. A ausência da característica principal da UAC é, portanto, um fator de motivação para os presidentes das associações se candidatarem. Neste caso, os presidentes das associações tentam construir relações de *brokerage* ao se posicionarem entre as comunidades e o poder público, construindo

³¹ Quando se trata de disputa entre agentes de um determinado campo social para “falar em nome” desse campo, ou seja, poder de controle, as “Questões de Sociologia” (2003) de Pierre Bourdieu são valiosas.

para si tal “projeto”. Esta fotografia atual pode estar ligada também aos “estilos” de ativismo impressos pelos personagens, ou de modo geral, por diferentes gerações nos movimentos sociais.

3.3.2 Viana, José Gonçalves, eleições e poder

Os conflitos não se restringem à disputa pelo mesmo espaço político entre a UAC e as suas associações no campo do associativismo comunitário, eles se processam também internamente, entre os presidentes da UAC. Assim, quando questionado sobre a participação dos ex-presidentes da UAC na luta comunitária, José Ilton responde que todos participam e que somente Viana (ex-presidente da UAC) havia se desligado: “Ele teve adoentado e também não combinava com algumas coisas que a gente fez”. Elizabete por sua vez, comentou que ele havia ficado “independente”. Provavelmente, essa é uma palavra de ordem de Viana no contexto atual. O próprio Viana repete na sua entrevista que “prefere ser independente”.

A expressão “independência” carrega alguns sentidos no contexto dessa pesquisa e rapidamente se propõe a questão: “independente de quê ou de quem?”. Interpreto que, para Elizabete e José Ilton, a independência de Viana significou o afastamento dele da própria organização e do grupo que comanda a UAC. Para Viana, sua independência representou a liberdade política em relação à UAC e, principalmente, em relação a José Gonçalves. É desse ponto que o incômodo de Viana se processa e tem raízes antigas. Seu desligamento pode ter se dado em um contexto de disputas eleitorais dentro da UAC, quando o grupo de José Gonçalves não apoiou a chapa em que ele sairia como presidente da organização. Este episódio, sem dúvidas, configurou um “*turning points*” na vida de Viana, uma vez que a partir daí, ele reconfigurou o movimento comunitário local naquilo que, posteriormente, viria a ser um importante centro de comercialização de calçados de couro de Patos.

Segundo Viana, “Zé Gonçalves é quem comanda (...) só é presidente, se Zé Gonçalves aceitar”. Quando questionado sobre a existência política e administrativa da UAC no contexto atual, ele continua:

J: Porque ainda existe uma organização como a UAC?

V: Se você chegar hoje com uma linha dentro da UAC, você tem uma barreira grande, um boicote dele [José Gonçalves]. Eu era cabeça de retornar como presidente e Creuza como vice. Uma chapa boa. Fui boicotado dentro do Congresso. E todos que se metem na linha dele, ele tira porque tem maioria. Se eu quiser hoje, na reunião da UAC (...) eu não consigo. Posso conseguir só se for agregado a eles, ou faz o que ele quer e eu não sou mais assim (Viana – Fragmento de entrevista).

O “boicote” e “barreira” indicados na narrativa de Viana, apontam para o poder entre paredes de José Gonçalves na UAC. Expressões do tipo “agregado” e “o que ele quer” denotam que qualquer associado que deseje “ser presidente da UAC” precisa estar agregado pessoal e politicamente a José Gonçalves. Esse aspecto tem ligação com o problema da sucessão da presidência da UAC que José Ilton apresenta como resultado da “falta de vontade dos presidentes das associações ligadas à UAC”. De fato, o tempo na presidência de José Ilton (17 anos) e o nível de engajamento das associações mantém relações estreitas. Os recursos de poder que José Gonçalves dispõe junto à UAC produz a sujeição que José Ilton apresenta na relação entre eles, no contexto dessa organização.

O alinhamento entre personalidades é fundamental para a manutenção de poder e massificação dos valores e objetivos dos atores políticos nas suas ações e funciona como um crivo de compartilhamento para a manutenção dos antigos atores e aceitação dos novos na direção da UAC, fazendo emergir outra reflexão na linha do que se propõe esta dissertação: nos congressos da UAC, são eleitos novos presidentes e vices e são definidas novas bandeiras de luta por meio de eleições “livres” e “democráticas”. Ocorre que as relações de poder construídas pelos sujeitos reverberam nos resultados das eleições uma vez que a influência política e pessoal exercida por uns pode significar desproporcionalidades nas intenções dos votantes. O aspecto democrático da eleição poderia impor a legitimidade do sujeito, mas, como defendemos nesta pesquisa, a legitimidade é construída por outros elementos que não estão postos no plano das “escolhas livres” nas eleições da UAC.

O conflito entre essas personalidades que lideravam a UAC por certo tempo é exemplificado quando Viana narra na sua entrevista o contexto da criação da UAC. Dentro de um assunto não relacionado, ele não citou nominalmente José Gonçalves como um dos fundadores ao lado do presidente Pio: “aí fundamos a União das Associações de Patos e Região (UAC). Fundada por Pio, radialista, com apoio da igreja, deu suporte³²”. A relevância da UAC no campo do movimento comunitário também foi pano para Viana expor seu descontentamento com os rumos da organização, mais uma vez indicando a influência de José Gonçalves como instrumento que não faz a UAC fechar as portas de vez: “Zé Gonçalves é quem sustenta em tudo! Sustenta Zé Ilton e todo um... [ideia de amplitude da influência]”. Estes são exemplos de uma antiga aliança entre essas lideranças, desde os primeiros anos da UAC, quando Viana foi presidente da organização junto de José Gonçalves, até os desalinhamentos de objetivos pessoais que dão novos contornos ao movimento comunitário em Patos. Porém, o próprio Viana

³² Pode ter sido um lapso de memória ou uma construção social intencional de não atribuir à figura de José Gonçalves o “prêmio” pela cofundação da UAC.

pondera que “saiu sem briga” da UAC, apontando o processo normal de discordância em um ambiente com muitas vozes: “É normal a discordância de opiniões, aí não aceita a minha e aceita a deles. Nunca houve brigas. Tenho respeito e carinho pela UAC”, e que saiu “parcialmente, porque foi só da diretoria”, não da organização e que queria ir mesmo para o sindicato dos barraqueiros porque era “outro perfil”. A partir desse ponto, Viana se fortaleceu junto ao segmento couro-calçadista da região.

3.3.3 Viana, José Ilton e os “estilos”

No desenrolar da entrevista, Viana continua construindo a relação atual com o grupo que comanda a organização expondo sua insatisfação que vai desde o estilo de liderança do atual presidente, passando pelas conexões políticas e a fraca luta que a UAC encabeça no movimento comunitário regional até um possível “conformismo” da organização no campo das reivindicações. Mas, é sobre o atual presidente da organização que ele mantém seu forte desconforto e por isso mesmo, um choque de objetivos e de “estilos” na forma de como ser líder comunitário na comparação que ele emprega. Repetidas vezes, Viana resume com ímpeto a atual presidência e, por conseguinte, a própria atuação da UAC em que “Zé Ilton não se mexe!”. Quando questionei Viana sobre o tempo dele na presidência da UAC, ele fez um balanço comparativo expondo os pontos negativos que ele enxerga hoje na organização:

J: Quando o s.r. foi presidente da UAC, como era?

V: No meu tempo *pra* trás... só a UAC hoje tá pecando *agora*, com Zé Ilton. Zé Ilton, apesar de ser administrador, não é um grande administrador. Falta o debate dentro das associações, falta ele participar mais de dentro das associações, ele não vai. Acabou-se. Ele não viaja. Ele não procura esse diálogo. Faltou tempo dentro das comunidades. Como é que está Condado hoje? (...) Santa Luzia, São Mamede, Junco, Areia de Baraúna, Quixaba? é isso que tá faltando da UAC. [Eu] insistir, mesmo fora da UAC, mas Zé Ilton não reage. Falta só um pouquinho de força e cabeça: ir na comunidade, fazer com o que o presidente acredite. Muitas associações estão isoladas. Falta trazer um líder *pro* setor comunitário, novas ideias. Eu quero ver Zé Ilton em uma associação à noite. Nem em confraternização. É interessado a ficar na sede, e você não pode ficar somente na sede (Viana – Fragmento de entrevista).

A liderança de um movimento social é fundamental para construção de pautas, engajamentos, manutenções administrativas, assim como para produção e compartilhamento ideológico de sentidos entre seus membros. Não é diferente no recorte proposto à pesquisa. Quando Viana diz que “falta trazer um líder *pro* setor comunitário, novas ideias”, além da necessidade de abertura e aceitação de sujeitos externos ao movimento (na perspectiva debatida no capítulo 2, em que o próprio movimento impõe a necessidade de gestação interna de novas

lideranças), questiona a capacidade de José Ilton de levar o movimento adiante, principalmente em trechos do tipo “falta um pouquinho de força”, “Zé Ilton não reage” e “falta ele participar mais de dentro das associações, ele não vai”. Mesmo assim, Viana compreende o difícil trabalho de “ser presidente da UAC”. Tem que “dar conta” de quase todos os municípios que fazem parte da organização. Ele não fecha as portas para uma possível união de forças, quando diz que José Ilton “falta (...) ir na comunidade, fazer com o que o presidente [os presidentes das associações] acredite, até mexer com minha cabeça também”, continua ele: “Passei 4 anos [na presidência da UAC]. Agora é Ilton. Porque ninguém quis mais. É muito trabalho. Você pega de Junco do Seridó à Cajazeiras, de Princesa Isabel à Patos”.

O movimento comunitário atual é avaliado por Viana de forma negativa. Em sua narrativa, ele remete a sistemas que parecem se conectar em um processo de implicações e autoprodução como já apontados anteriormente: estilo da atual presidência, grupo que comanda a UAC atualmente, fraco desempenho dessa organização no campo reivindicativo e o baixo engajamento das associações à luta comunitária. A reflexão de Viana sobre a inação do atual presidente da UAC é negativa. Quando procurei saber sua opinião sobre o atual movimento comunitário, ele explica:

J: como o senhor ver o movimento?

V: Hoje é negativo. Os congressos *se* acabaram. *Era* onde se reunia *pra* discutir o movimento [comunitário], nos congressos, e tirava um plano para a cidade. Se o congresso fosse em um município, a gente produzia um plano *pra* ele no movimento comunitário. Era vivo! Deve fazer o projeto e fortalecimento das entidades. Não tem mais nem aqui [Patos]. Tem uma diretoria com 23 pessoas da UAC. porque não sai *pra* dá uma palestra [pelo menos]. Precisa de um projeto de ajuda ao movimento comunitário, palestra, convivência, ensinar a comunidade. Falta de projeto dentro da própria comunidade. O que é que tem no Zé Mariz? o que pode funcionar dentro de lá *pra* fortalecer a associação. O Morro tem uma sede, e ainda doada por um advogado, quase abandonada, nove ou dez numa reunião. Tem que trazer a comunidade e discutir, porque até maquinário lá tinha de costura. [Qual] o perfil da comunidade? o que falta? Isso que fortalece, mas não *tá* tendo. Nem tem na igreja, nem tem na comunidade. Falta se unir todos e fazer um projeto com os associados. Quem são os perdidos, porque não vem? Hoje tem muitas associações funcionando por causa do SESC distribuição de alimentos, falta os cursos de manicure, depilação, cabelo, costura, fazer cocada, brigadeiro de festa, fazer cooperativismo e ganhar tudo junto. Tudo é *pra* trazer investimento, *pra* ter retorno dentro da comunidade, feirinha dentro das associações. A UAC deveria liderar isso daí. Era *pra* escolher uma comunidade e fazer um projeto piloto, se fizer isso, cresce. Volta como era (Viana – Fragmento de entrevista).

As conexões político-administrativas do movimento comunitário liderado pela UAC são criticadas por Viana: “*pra* que serve a CONAM (Confederação Nacional das Associações de

Moradores³³)? A UAC é associada à CONAM? O que ela já trouxe *pra cá*? Só a camisa dos congressos. Mas o dinheiro, ela quer”. Tudo isso remete a um descontentamento gerador de conflitos entre as lideranças do movimento social, com resultados de cisões e redimensionamento das forças internas da UAC e no associativismo comunitário na região.

Esses estilos diferentes de liderança comunitária podem ser entendidos como variados estilos de ativismo debatidos por autores como Mische (2008), ao estudar os diferentes estilos de ativismo entre os estudantes no período da redemocratização, e Alonso e Mische (2016), na análise dos manifestantes que organizaram e participam de uma série de protestos nas Jornadas de Junho de 2013. Em estudo sobre diferentes “estilos de ativismo e mobilizações pela defesa da vida em contexto de pandemia”, focalizado no Estado de Sergipe, Santos (2021) identificou três tipos de ativismo: o filantrópico, que era realizado por grupos de voluntários; o ativismo de base, das organizações comunitárias e movimentos sociais; e o ativismo trabalhista, realizado por centrais sindicais. Contraditoriamente, apesar de ser presidente da UAC, uma organização comunitária, o “estilo” de liderança de José Ilton pode estar mais próximo do ativismo de “gabinete/comitês” e o “estilo” de liderança/ativismo de Viana se apresenta como “de base”.

3.3.4 José Ilton, José Gonçalves, UAC e UMAC

Denotando a influência e controle que José Gonçalves tem sobre a UAC, na perspectiva de Viana, ele contextualiza o desentendimento entre José Gonçalves e José Ilton em um episódio envolvendo a UAC e a UMAC, relevante para o movimento. Segundo Viana:

V: Já houve uma briga grande entre eles [Ilton e Gonçalves]. “Uma confusão enorme. Eu era vice-presidente da UMAC. Zé Ilton ficou isolado pelo grupo de Zé Gonçalves. Isolemos Zé Ilton, eu era do grupo de Gonçalves. Foi briga nas rádios. Pouco mais, fez uma grande diretoria com mais de 50 pessoas. Cadê a UMAC hoje? Funciona dentro da UAC. Era uma briga com Zé Gonçalves e Zé Ilton. Zé Gonçalves fundou a

³³ A Confederação Nacional das Associações de Moradores, fundada no dia 17 de janeiro de 1982, presente no movimento nacional popular e comunitário, tem como seu papel organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares. A CONAM defende a universalização da qualidade de vida, com especial atenção às questões do direito a cidades, incluindo além da luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça e democratização em todos os níveis. A Confederação participou do processo de coleta de assinaturas para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular e defende a aplicação do Estatuto da Cidade. Atualmente, a CONAM congrega mais de 550 Entidades Municipais e 22 federações estaduais, marcando presença em 23 estados da Federação e no Distrito Federal, é associada a *Frente Continental de Las Organizaciones Comunales* (FCOC), que reúne as entidades comunitárias do continente americano compondo a sua diretoria executiva. Participa do Movimento pelo Direito ao Transporte (MDT), do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), da Frente Nacional de Saneamento Ambiental e do Fórum Mundial do Direito a Energia. Compõe o Conselho Nacional das Cidades e o Conselho Nacional de Saúde. Disponível em <https://landportal.org/pt/organization/confedera%C3%A7%C3%A3o-nacional-das-associa%C3%A7%C3%B5es-de-moradores>.

UMAC. Zé Ilton estava perdendo lideranças nessa briga e recuou. Ele [José Ilton] foi contra, mas depois se juntou (Viana – Fragmento de entrevista).

A UMAC é a União Municipal das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas de Patos, fundada em 8 de junho de 2019, em congresso que contou com a participação de lideranças comunitárias das associações rurais e dos bairros de Patos, que atenderam ao chamamento à organização de uma entidade que “organize a luta no município” (UMAC, 2019). O evento contou com o apoio do então fundador da UAC, José Gonçalves. O presidente da UMAC, José Roberto de Lima, eleito no congresso, resumiu o momento como uma “necessidade de a fundação de uma entidade que congregue apenas o movimento comunitário de Patos”. Estavam dadas as configurações do conflito entre as “uniões” que disputariam o mesmo espaço social, comunitário e político a nível municipal.

A abrangência da UAC é Patos e região circunvizinha, a da UMAC é somente o município de Patos. O vácuo de poder deixado pela UAC todos esses anos, como apontamos anteriormente, nas carências de lideranças apontadas por Viana e o débil movimento comunitário apontado por José Ilton, motivou parte daqueles que se identificam com a luta comunitária a criarem outra organização ao invés de fortalecer a já existente. No dia 14 de setembro de 2019, houve a filiação da UMAC à UAC como resultado dos esforços de José Gonçalves: “não podemos nos perder em picuinhas, coisas miúdas, precisamos tomar iniciativas, pois o povo está sofrendo e esperando a nossa ação e luta no dia a dia”. A união das “uniões” não agradou a José Ilton que, a contragosto, “compreendeu” a existência das duas entidades.

3.3.5 A corrida pelos apartamentos do São Judas Tadeu I e II

No dia 25 de janeiro de 2024, foi inaugurado um complexo habitacional de interesse social no município de Patos (entrega das chaves aos moradores sorteados), um empreendimento vertical do programa Minha Casa, Minha Vida, que conta com 848 apartamentos. As disputas entre lideranças do movimento comunitário local se processaram a partir das tentativas de acesso aos recursos materiais da política de habitação como um próprio campo em disputa. As conquistas proporcionarão aos personagens principais dessa pesquisa a construção positiva de suas imagens junto ao movimento comunitário liderado por eles. Os fracassos, por sua vez, não serão absorvidos por eles ao passo da construção do discurso de continuação da luta, um processo de ressignificação.

Em linhas gerais, considera-se o conceito de políticas públicas como uma construção social e histórica, na qual todos os atores sociais têm o seu peso de influência e também seus próprios interesses, o que invariavelmente resulta em conflitos e contradições (Gomes, 2011). Esse conflito, de forma específica, produz expectativas e posiciona os líderes no imaginário como aqueles que “correm atrás”, “fazem a luta” e “assegura a transferência de recursos”. É assim que, no movimento comunitário liderado por essas personalidades, com certo acesso às outras instâncias da política, as lideranças das associações reivindicaram o atendimento do interesse da disponibilização de uma certa quota das unidades habitacionais do São Judas Tadeu I e II para ser distribuída junto aos segmentos que eles lideram.

O segmento liderado por Viana trabalhou na questão da moradia em algumas frentes. Nas palavras dele, ele conseguiu na “marra” duas casas para duas famílias em contato com a Secretária de Habitação e com o Governador do Estado da Paraíba. O ex-presidente da UAC deseja ser atendido com “134 casas do São Judas Tadeu”. A UAC também “está em cima dos políticos” para o acesso às moradias do novo empreendimento, segundo José Ilton: “a gente *tava* cobrando uma melhor distribuição das moradias [referente ao São Judas Tadeu I e II]. Os vereadores ficam colocando quem quer e os que precisam, ficam de fora. Na realidade, hoje em Patos, se *tivesse* 10 (dez) mil casas, *era* pouco”. Como resultado, a Prefeitura se comprometeu com a UAC, com a construção de outro empreendimento social. Segundo José Ilton “vai ser construído outro conjunto, parece [que] 500 (quinhentas) casas, fora as do São Judas Tadeu I e II. É perto do São Judas Tadeu I e II. Aí, disse que a associação [UAC] vai ter a oportunidade de *dá* algumas indicações”, conclui José Ilton. Em relação às tentativas de Viana, quatro famílias³⁴ de idosos conseguiram “ser sorteadas” para este residencial. A tentativa de conseguir as unidades habitacionais para seus públicos acaba entrando em contradição com as falas da então Secretária de Desenvolvimento Econômico e Habitação de Patos, Mila Nóbrega³⁵. Segundo ela, os “critérios” para acesso já estão elaborados e vêm “do federal para o municipal”, indicando, com isso que a Prefeitura não faz a escolha de quem será beneficiado fora dos critérios de seleção.

³⁴ Essa informação foi captada em conversas recentes com Viana por celular. Não houve gravação como as outras ocasiões. Desta feita, a responsabilidade pela informação na dissertação é integralmente minha. Dentre outras coisas, Viana criticou o modelo de entregas realizado pelo governo. Segundo ele, como os moradores já se tornaram proprietários dos apartamentos, alguns deles já colocaram à venda seus imóveis no São Judas Tadeu. Uma contradição, segundo ele, com a real necessidade de moradia dessas pessoas.

³⁵ ANEXO H. A entrevista com a então Secretária se deu em um contexto de estudo sobre o CMH, os conselheiros, a política de habitação executada pelo município e os desafios em termos de moradia social.

Este contexto da política municipal de habitação em Patos³⁶ mostra como as lideranças trabalham com os anseios dos seus públicos, as necessidades e promessas, como verdadeiros “negociadores de expectativas” (Meneses, 2014). Na oportunidade criada neste contexto, eles se posicionam como sujeitos que podem levar os interesses de suas bases às instâncias mais altas da política municipal, a saber, Secretaria de Habitação e Prefeitura, que podem desde “solucionar os problemas”, até “tirar dúvidas” dos demandantes. São exemplos como esses que proporcionam oportunidades para estes sujeitos de se posicionarem no campo do movimento comunitário em Patos e com isso, construir suas imagens. Os tensionamentos entre atores e organizações, então, são instrumentos desse processo, transitando entre o pessoal, a estima, o campo político, os projetos, o poder, as ideias e as perspectivas individuais dos líderes. O interesse das comunidades (seus públicos) é reivindicado como justificção pelos sujeitos e acabaram por redimensionar as forças do movimento comunitário.

³⁶ A pesquisa não alcançou os momentos finais e atuais relacionados à política municipal de habitação em referência ao São Judas Tadeu I e II. Isso se deu porque as entrevistas/contatos com as lideranças comunitárias foram realizados enquanto o residencial do MCMV estava sendo sorteado pelo poder público municipal. Seguramente, estudos posteriores darão conta do desenrolar social e econômico relativos à conquista do imóvel, os preâmbulos e efetivação do direito à moradia, bem como a construção da política de habitação a partir das lideranças comunitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

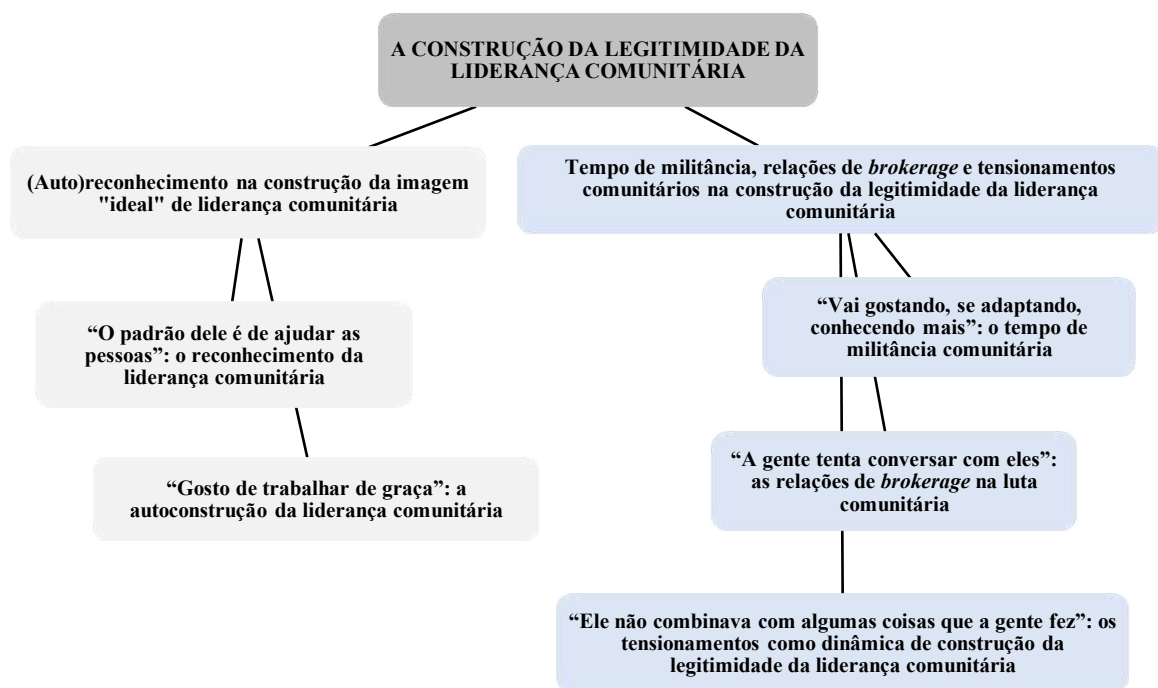
Como apresentado nesta dissertação, a construção da legitimidade da liderança comunitária, no movimento social comunitário em Patos, na Paraíba, pode ser entendida por duas grandes linhas de análises propostas neste estudo: o (auto)reconhecimento da imagem construída e o tempo de militância dos presidentes da UAC. Para além do cargo de presidente dessa organização, a legitimidade para falar pelo movimento comunitário local é construída não somente pelo instituto do reconhecimento coletivo como uma liderança legítima, mas quando o sujeito diz que “trabalha de graça” e que “presidente não ganha dinheiro”, diante de falas do tipo “é muito difícil ser presidente” e “ninguém quer mais”, ele autoconstrói a visão de verdadeira liderança pela via da não remuneração pelo que faz e que ligação à luta comunitária pela via do pertencimento e voluntarismo que são características intrínsecas desse tipo de estrutura de base. Mesmo que a legitimidade mereça ser ratificada no coletivo, a pesquisa aponta para uma economia imaterial de recursos transacionados neste universo, que giram em torno de “gratidão”, “dívida emocional”, “lutador”, “batalhador”, “sofredor”, “respeito”, “reciprocidade” e podem produzir “reconhecimento” e, com isso, “poder” para o sujeito neste campo.

Já o tempo de militância na luta comunitária, muito mais do que anos e meses, proporcionou a construção de um cinturão de legitimidade e imagem para os personagens dessa pesquisa ao se comportar como um dispositivo de construção de pertencimento deles à causa comunitária, uma cobrança que o próprio movimento faz para a gestação interna do líder, de e para o movimento; e a ressignificação dos tensionamentos entre esses atores, que foram importantes instrumentos para a realocação de recursos e reposicionamentos de personagens nesse campo. Os conflitos e disputas se processaram tanto internamente, indo desde as disputas eleitorais pela presidência desta organização, até as divergências pessoais e de projeto entre as lideranças; quanto externamente, onde há as disputas entre outros personagens e a própria organização, a saber, o grupo que comanda a UAC por recursos para seus públicos. Um exemplo da reconfiguração desse campo é o surgimento e crescimento do Centro de Comercialização Couro-calçadista em Patos e a filiação da UMAC à UAC.

A busca por uma legitimidade da liderança em falar pelo movimento comunitário local revelou um quadro dicotômico entre aceitação/rejeição no movimento comunitário em questão, que dificulta, dentre outras coisas, o surgimento de novas lideranças para a UAC já que elas precisam estar alinhadas aos interesses do grupo que comanda esta organização atualmente. Esta situação, por sua vez, produziu um quadro paradoxal entre conquistas comunitárias e

esfriamentos na luta comunitária, quer dizer, o engajamento comunitário é produzido inicialmente pela expectativa de conquistas imediatas, sendo arrefecido posteriormente com o atendimento dessas demandas. Não somente isso, a pesquisa apontou também para um tipo de autoalimentação entre engajamento e liderança: é possível que o atual quadro de desmotivação da luta comunitária seja reflexo do estilo atual de presidência impresso por José Ilton, a julgar pelo tempo no cargo e pelas conexões políticas que ele teceu ao longo desses anos como presidente. Este voo geral sobre a pesquisa é demonstrado no diagrama a seguir:

Diagrama 2 – Estruturas da construção da legitimidade da liderança comunitária



Fonte: Elaboração própria (2024)

O “ser presidente da UAC” não configurou, portanto, um recurso automático de legitimidade nesse processo construtivo de liderança. Apesar dessa organização ter sido utilizada, de modo geral, como importante instrumento de construção do próprio movimento social em Patos a partir de 1994, ano de sua criação. A legitimidade da liderança é construída socialmente nas relações de poder entre os indivíduos. Neste sentido, José Gonçalves dispõe de bastante influência nos rumos e configurações da UAC, ainda que tenha sido presidente uma única vez e por pouco tempo, dois anos. Por outro lado, José Ilton e Elizabete, mesmo com 17 anos de presidência do primeiro, têm suas atuações condicionadas em grande medida à atuação de José Gonçalves, como pode ser visto no quadro 1. Neste ponto, o tempo medido em anos e

meses não tem condições de se tornar um recurso de poder nas relações construídas entre eles, embora tenha sido reivindicado com este sentido por todos.

Viana, por sua vez, por não se alinhar ao grupo que comanda a UAC, desvinculou-se da organização e construiu sua legitimidade como liderança reconhecida no segmento couro-calçadista do município. É um exemplo da importância da divergência em ambientes coletivos, com potencial para realocação de recursos e reposicionamentos de personagens neste campo. Dentro de uma mesma estrutura de “base”, que é o comunitarismo em Patos, dois grandes campos comunitários são mantidos por suas lideranças, como demonstrado neste trabalho e exemplificado no diagrama 1 sobre as interdependências e conexões sociais e políticas entre atores, organizações e instituições políticas municipais.

Embora todos eles tenham oportunidades de projeção no movimento comunitário estudado, não se pode estender a todos a aproximação das características que identificam um *broker* neste campo. Considero na pesquisa, portanto, que José Gonçalves e Viana possuem elementos mais próximos aos de um *broker*, ao passo que Elizabete e José Ilton estão mais distantes dessa noção. Essa avaliação se contrapõe às funções estatutárias da UAC e atesta para o argumento que esta pesquisa desenvolveu: que o cargo de presidente somente não confere automaticamente legitimidade ao presidente da UAC no movimento comunitário que esta organização lidera. Também, não é por ser presidente que as características de *broker* se mostram, mesmo que a UAC tenha nascido com o dever de mediar, construir “pontes” (Burt, 2005) para conectar grupos e superar distanciamentos que prejudicam a vida das pessoas envolvidas, e por conseguinte, intermediar interesses das associações comunitárias e poder público. Ainda que isso pudesse dar aos seus presidentes condições de se lançarem nas campanhas reivindicativas dessa organização ao se posicionarem estrategicamente como “intermediários” entre atores, instituições, situações de conflitos, de interesses diversos (Wolf, 1956), assumindo, assim, o papel “institucional” da UAC, não conferiria legitimidade ao presidente como líder para liderar a luta comunitária, uma vez que a atuação dessas lideranças deve ser chancelada pelo instituto do reconhecimento que gera “gratidão”, “reciprocidade”, “prestígio” e “poder” e outros recursos dessa natureza para influenciar os rumos do movimento.

Esta relação sobre *broker* no movimento social estudado se liga à legitimidade do sujeito enquanto liderança local como elemento da construção das relações de poder entre eles. O “ser presidente da UAC” não se revelou como um recurso de poder neste campo, automaticamente. A liderança de José Ilton está ligada (sustentada) ao suporte político e de carisma que José Gonçalves alimenta e emprega junto à UAC. Como evidência, cito a aceitação de José Ilton à filiação da UMAC à UAC, já que, como analisado, José Gonçalves fundou ambas as

organizações e elas possuem o mesmo espaço de atuação que é o município de Patos. Já a liderança de José Gonçalves é construída pelo contato com outras estruturas sociais no município de Patos e região, como a fundação de sindicatos municipais de servidores públicos, lideranças nas diversas campanhas de categorias e exercício da vereança. Elizabete se posiciona como alguém que ajuda a “sustentar” a UAC administrativamente no contexto atual de baixo engajamento das associações. Viana, a exemplo de José Gonçalves, conseguiu expandir seu universo de referência e influência a partir dos conflitos com o grupo da UAC construindo sua imagem de liderança junto ao sucesso do segmento couro-calçadista local. Portanto, ao presidente da UAC é cobrada uma legitimidade para liderar a luta comunitária local, para além das expectativas das funções administrativas e jurídicas sobrepostas neles, além da responsabilidade dos resultados “positivos” das lutas comunitárias e do consequente fortalecimento da luta comunitária na região ao proporcionar palpabilidade à presença social dos associados, de suas comunidades e de suas lutas.

Escrever sobre indivíduos e suas narrativas é perigoso. A todo instante, a análise baseada nos achados no campo, confrontados com os objetivos e recortes da pesquisa é tensionada com a opinião pessoal do escritor (e suas preferências) em relação ao que vê, como uma visão própria do pesquisador. Embora pesquisar sobre um tema específico e promover minimamente um debate sobre ele seja também o construir, a neutralidade política do pesquisador deve ser buscada a todo instante, deve ser uma preferência sempre. Ou seja, mesmo dando visibilidade às ações dos atores de um movimento social e com isso promover o próprio movimento, mantendo suas pautas sempre em debate, os “juízos de valor” devem ser afastados do empreendimento científico não por significarem um julgamento ou ainda, uma valoração da realidade estudada; mas por dar contornos científicos às opiniões políticas pessoais. Em outros termos, sob uma capa de cientificidade, defende-se preferências pessoais e políticas e inclinações ideológicas.

Embora não haja neutralidade absoluta na pesquisa científica, e a prova disto são as preferências deste pesquisador configuradas nos caminhos metodológicos desta dissertação, procurei não engajar politicamente nas redes que estudei. Talvez este ponto merece atenção: pesquisar relações de poder entre indivíduos no contexto de construção de suas lideranças sem envolvimento político entre pesquisador e pesquisados. Para isso, a palavra dos entrevistados foi o principal elemento da pesquisa. Não cabe a mim, por último, o julgamento das narrativas dos sujeitos como verdadeiras ou dissimuladas, corretas ou incorretas, coerentes ou incoerentes. Mas, diante do que foi posto por eles e falado livremente em entrevistas com autorização de gravação, em lugares certos e conhecidos (SINFEMP, UAC, Centro de Comercialização Couro-

calçadista de Patos, PB, CMH), relaciono essas narrativas enquanto valores à construção da legitimidade de suas lideranças no movimento comunitárias em Patos, na Paraíba.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula. Dados, **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALEGRIA, P. ; BULGARELLI, L. ; PINHEIRO-MACHADO, R. . Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2008-2018). BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 93, p. 1-27, 2020
- ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 5-31, 1998.
- AVRITZER, L. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova, p. 149-174, 1997.
- AZEVEDO, S; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.bvce.org> Acesso em: 1 nov. 2015
- BAGNO, Marcos. Marcos Bagno fala sobre preconceito linguístico. **Stella Bortoni** [online]. Acessado em: <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/entrevistas/1414-maaios-bagoo-fala-sobai-paiiooiitolioguistiio-78894042>.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como de faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BARCELOS, M.; PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 82, p. 13–40, 2016. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/419>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- BARNES, J. A. Networks and political processes. In: SWARTZ, J. (Ed.) **Local-level politics: social and cultural perspectives**. Aldine Publishing Company, Michigan, p. 107-130, 1968.
- BECKER, H. S. STRAUSS, A. Careers, Personality and Adult Socialization. In: BECKER, H. S. **Sociological Work: method and substance**. Chicago, Aldine, 1970.
- BOISSEVAIN, J. Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. Global Universitária, p. 195-226, 1987.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1997.
- BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 7ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. In: PEREIRA, M. S. (Tradução). Editora Fim de Século, 2003.

BOSCHI, R. R. Associativismo urbano e democratização: algumas reflexões teóricas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, p. 107-120, 1982.

BOSCHI, R. R. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Ed. **Revista dos Tribunais**, Vértice, Rio de Janeiro. IUPERJ, 1987.

BOSCHI, R. R. Lemarché des biens symboliques. **L'Année Sociologique**, v.22, p. 49-126, 1971.

BRASIL, **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de maio de 1964.

BURT, R. S. **Brokerage and closure**. Oxford University Press, 2005.

CARDOSO, R. C. L. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS, F.W.; O'DONNELL, G. (Org.) **A democracia no Brasil - dilemas e perspectivas**. São Paulo, Vértice, 1988.

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais, in: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90, política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bila e ALMEIDA, Maria Hermínia T. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, p. 215-239, 1983.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy, in J. Bohman e W. Rehg (Org.), **Deliberative democracy, essays on reason and politics**, Cambridge, MA, MIT Press, 1999.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção das organizações camponesas**. Rio de Janeiro, Relume-Dumara: Nucleo Antropologia da Política, 1999.

DABUL, L. Missão de Conscientização-agentes e camponeses em experiências comunitárias. In: ESTERCI, Neide (Org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. **Cadernos do ISER**, nº 16. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984.

DIANI, M; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos, **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 220-249, 2010.

DIANI, M. **The concept of social movement**. The Sociological Review, Keele, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DOIMO, A. M. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume Dumará, 352 páginas, 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTERCI, N. (org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. **Cadernos do ISER**, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, nº 16. 1984.

FUNG, A. Associations and democracy: between theories, hopes, and realities. *Annual Review of Sociology*, p. 515-539, 2003.

GLUCKMAN, M. Inter Hierarchical roles: Professional and party ethics in tribal areas in South and Central Africa In: SWARTZ, J. (Ed.) **Local-level politics: social and cultural perspectives**. Aldine Publishing Company, p. 69-94, 1968.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, A. M. **Políticas públicas e gestão da educação**. Capinas, São Paulo, Mercado das Letras, 2011.

KUSCHNIR, K. **Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. (Dissertação de mestrado), 1993.

LAGARES, Xoán Lagares. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

LOCKS, P. **Usos teóricos do associativismo na ciência política**. São Paulo. BIB, n. 82, p.57-80, set. 2017

LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. RBCS Vol. 29 nº 85 junho, 2014.

MATOS, A. G. de. **Organizações Sociais de Base; Reflexões sobre Significados e métodos**. 1. ed. Brasília, Editorial Abaré, v. 4, 102p . 2003

MAYER, A. C. Patrons and brokers: rural leadership in four overseas indian communities. In: FREEDMAN, M. **Social organization**. Essays presented to Raymond Firth. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 167-188, 1967.

MAYER, A. C. A importância dos "quase-grupos" no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. Global Universitária, p. 127-158. 1987.

MARESCA, S. La representation de la paysannerie. In: **Actes de Recherche em sciences sociales**, V. 38, p. 3-18, 1981.

MCADAM, D; MCCARTHY, J. D; ZALD, M. N. Opportunities, mobilizing structures, and framing processes: toward a synthetic, comparative perspective on social movements (introdução). In: **Comparative perspectives on social movements**. Nova York, Cambridge University Press, 2008.

MEINEM, Ê; PORT, M. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios: De cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado**. Editora Confebrás, 2014.

MENESES, A. S; GOMES, R. A. Deslocamentos sociais provocados pelo ensino superior: as ações e percepções de mediadores formados no curso Educação do Campo da Transamazônica e Xingu. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Brazilian Journal of Rural Education. Tocantinópolis/Brasil, v. 6, e12939, 10.20873/uft.rbec.e12939, ISSN: 2525-4863, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12939>.

MENESES, V. F, **Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no Cariri paraibano**. 2014. PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. 2014.

MITCHELL, J. C . The concept and use of Social Networks In MITCHELL, J.C (Ed.) **Social Networks in urban situations: analyses of personal relationships in central Africa Towns**, p. 1-50, 1969.

NEVES, D. P. **O associativismo e a imposição do agricultor solidário**. Congresso Brasileiro de Sociologia/XI Congresso Brasileiro de Sociologia/Grupos de Trabalho/GT11 - Movimentos Sociais Rurais em Múltiplas Dimensões. 2003.

NUNES, E. Inventário de quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981. In: **VÁRIOS. Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, nº 5, p. 92-108, 1982.

PAIVA, V. (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PARAÍBA. João Azevêdo participa de sorteio de 856 apartamentos dos Residenciais São Judas Tadeu I e II e entrega escrituras de imóveis em Patos. 2023. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-participa-de-sorteio-de-856-apartamentos-dos-residenciais-sao-judas-tadeu-i-e-ii-e-entrega-escrituras-de-imoveis-em-patos>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

PATOS, **Lei nº 4.798 de 25 de novembro de 2006**. Concede subvenção mensal à União das Associações Comunitárias do Município de Patos e Região (UAC), situada na cidade de Patos-PB e dá outras providências.

PERUZZOTTI, E. Civil society, representation and accountability: restating current debates on the representativeness and accountability of civic associations. In: L. Jordan e P. van Tuijl (Org.), **NGO accountability: politics, principles and innovations, Londres, Earthscan**. (2008), Representative democracy as mediated politics: rethinking the links between representation and participation. Londres, London School of Economics. Disponível em www.academia.edu/4988214/Representative_Democracy_as_Mediated_Politics_Rethinking_the_Links_between_Participation_and_Representation, acesso em 18 de agosto de 2023.

PRATTES, C. M. **Associativismo: o princípio do fortalecimento das profissões**, 2013. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindirepag/News3263content205461.shtml> Acesso em: 22 agosto 2023.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

ROSA, M. C. Mas eu fui uma estrela do futebol! as incoerências sociológicas e as controvérsias sociais de um militante sem-terra sul-africano. **MANA** 17(2): 365-394, 2011.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

SANTOS, J. V. “**A cidade é nossa**”: ocupações culturais e performances na reivindicação do direito à cidade em Sergipe, Ponto Urbe [Online], 27, 2020, posto online no dia 28 dezembro 2020, consultado 18 de dezembro de 2023. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/9906>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9906>.

SANTOS, J. V. Entre comitês e quebradas: estilos de ativismo e mobilizações pela defesa da vida em contexto de pandemia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 57, N. 1, p. 122-130, jan/abr 2021

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, p. 109-130, 2006.

SILVA, A. A. Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/IPEA, 1994.

SILVA, J. B, GUERRA, L. D, IORIS, A. GOMES, R. A. **Conflitos sociopolíticos, recursos hídricos e programa um milhão de cisternas na região semiárida da Paraíba**. Novos Cadernos NAEA. v. 18 n. 2. p. 69-92. jun-set, 2015.

SPOLSKY, Bernard. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge, 2004.

SPOLSKY, Bernard. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

TARROW, S. **Poder em Movimento**. São Paulo. Editora Vozes.2010.

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago, University of Chicago Press, 2006.

TILLY, C. **Movimento sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE PATOS E REGIÃO. **Estatuto Social**. 15 de Julho de 2006, Patos, Paraíba.

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro, DP&A: Fase, 2001.

VELHO, G; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 344 pp, 2001.

VELHO, G; KUSCHNIR, K. Mediação e metamorfose. *Mana: estudos de antropologia social*, v. 2. N. 1. p. 97-107, 1996.

VELHO, G; KUSCHNIR, K. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahat, 1981.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton, NJ, Princeton University Press, 2001.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**. São Paulo: Ática; 1991.

WEISS, R. **Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica**. Revista de Sociologia e Política, v. 22, nº 49, p. 113-137, março de 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ncsQKC3XZjnGD4Qw4f3pwyw/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

WOLF, E. Aspecto das relações de grupos em uma sociedade complexa: Mexico. In: FELDMAN - BIANCO, B; RIBEIRO, G.L (Org.). **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Editora Unicamp, p. 72-93, 2003.

WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: UNB, p. 93-113, 2003.

WOLF, E. Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico. American Anthropologist, **New Series**, Vol. 58, Nº 6, p. 1065-1078, 1956.



YOSHIMURA, M. T. **Análise das tendências de financiamento público para habitação social: o caso de Jaboticabal/SP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ARQUIVOS DE ÁUDIO DAS ENTREVISTAS E ATAS DE REUNIÕES
[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/DRIVE/FOLDERS/1PXEKFLANID6AUHBD8VO1ZWP](https://drive.google.com/drive/folders/1PXEKFLANID6AUHBD8VO1ZWP4JPAHB7FB?usp=sharing)
[4JPAHB7FB?USP=SHARING](https://drive.google.com/drive/folders/1PXEKFLANID6AUHBD8VO1ZWP4JPAHB7FB?usp=sharing)

ANEXOS

ANEXO A – Fotos dos presidentes da UAC

<p>José de Oliveira Pio <i>16/12/1999</i> (1994-1996, 1996-1998)</p>	 A portrait of José de Oliveira Pio, a man with dark, curly hair and a mustache, wearing a red zip-up sweater. He is looking directly at the camera with a slight smile.
<p>José Gonçalves da Silva Filho (1998-2000)</p>	 A portrait of José Gonçalves da Silva Filho, a man with glasses and a white goatee, wearing a red polo shirt. He is looking directly at the camera.
<p>Veridiano Martins da Silva (2000-2003)</p>	 A portrait of Veridiano Martins da Silva, a man wearing a white baseball cap and a light-colored polo shirt. He is standing in front of a metal mesh fence, and shelves with shoes are visible in the background.

José Ilton Oliveira Batista

**(2003-2006,
2006-2009,
2013-2016,
2016-2023,
2023-2027)**



Elizabete Barreto de Oliveira
(2009-2013)



Aldo Xavier

**Serviço Notarial
e
Registral**



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

TITULAR
Ioneide Xavier César

SUBSTITUTO
Arlene Moura Xavier Dantas

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE PATOS E REGIÃO UAC

Reforma dos Estatutos e ampliação da Base Territorial da União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC), conforme 6º Congresso Regional, realizado no dia 15 de julho de 2006, no Centro de Treinamento Maria Martins Maniçoba, no Município de Patos – Paraíba.



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA UNIÃO

Art. 1º - Sob a denominação de União das Associações Comunitárias de Patos e Região – UAC, criada no dia 1º de maio de 1994 por tempo indeterminado, sendo uma sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, sem discriminação política, de raça, gênero ou condição social, autônoma, com sede social e foro na cidade de Patos, localizada à Rua José Gomes Alves, 368, Cep: 58700-250, Centro, Patos - PB. Parágrafo Primeiro – A União das Associações Comunitárias de Patos e Região, está registrada no Livro A-1, de Registro de Pessoas Jurídicas, fls. 91 a 93, sob nº 65, em 06 de setembro de 1994.

Parágrafo Segundo - A UAC, é uma entidade filiada à Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM.

Art. 2º - A UAC terá personalidade jurídica de caráter privado e será regulamentada pelo presente Estatuto Social e pelas normas de Direito que lhes forem aplicadas.

Art. 3º - **A UAC tem como objetivo:**

- a) Congregar as associações de Moradores, Associações Comunitárias, Sociedades de Amigos de Bairros, Associações de Favelas, Cortiços, Loteamentos Clandestinos, Entidades Comunitárias, Movimentos e Organizações Populares e Entidades Comunitárias em geral, dos Bairros e vilas dos Municípios de Patos, Malta, Condado, Vista Serrana, São José de Espinharas, São Mamede, Várzea, Santa Luzia, São José do Sabugi, Junco do Seridó, Quixaba, Cacimba de Areia, Passagem, Areia de Baraúnas, Salgadinho, São José do Bonfim, Mãe D'água, Santa Terezinha, Catingueira, Emas, Olho D'água, Teixeira, Maturéia, Imaculada Desterro e Cacimbas, da zona rural e urbana.
- b) Estimular e ajudar na formação de entidades comunitárias onde estas não existirem.
- c) Lutar pelo direito à moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, cultura, lazer, esporte, emprego, contra as discriminações de gênero, raça, portadores de deficiências, idosos, criança e adolescentes.
- d) Fortalecer as entidades comunitárias na luta pela qualidade de vida.
- e) Buscar formas de unificação dos moradores em nível de cada bairro ou município, evitando a multiplicidade de entidades num mesmo local.
- f) Promover encontros, palestras, debates, seminários e outras iniciativas que tratem de assuntos de interesse das entidades e lideranças comunitárias como forma de colaborar e enriquecer o conhecimento das lideranças.
- g) Realizar levantamentos, pesquisas, estudos e outras iniciativas que auxiliem na solução dos problemas da comunidade.
- h) Incentivar e organizar atividades educativas, culturais, esportivas, recreativas e sociais.
- i) Participar, junto com outros setores sociais de atividades que visem o interesse comum.

Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

- j) Se relacionar com entidades comunitárias de outros Municípios, Estados e das ações e eventos da CONAM.
- k) Encaminhar as lutas das entidades comunitárias aprovadas em Congressos e fóruns próprios.
- l) Representar suas filiadas política e juridicamente em ações públicas, convênios, assessorias, consultorias e parcerias com órgãos públicos, privados, ONG's, e outros.
- m) Promover ação civil pública na defesa dos direitos de seus filiados e associados, bem como de toda a população, em especial atenção o direito à moradia, a um meio ambiente saudável, ao acesso à água, luz, saneamento, transporte, enfim, toda infraestrutura básica para se viver com dignidade na cidade.



CAPÍTULO II – DAS FILIADAS

Art. 4º - Podem filiar-se a UAC:

- a) Associações de Moradores, Associações Comunitárias, Sociedades de Amigos de Bairros, Associações de Favelas, Cortiços, Loteamentos Clandestinos, Entidades Comunitárias, Movimentos, Organizações Populares e Entidades Comunitárias em geral, dos bairros e vilas de todos os municípios da sua base territorial da zona urbana e rural.
- b) Uniões Municipais, Conselhos e congêneres de caráter municipal de todos os municípios da sua base territorial, da zona rural e urbana de cada município;
- c) Entidades comunitárias de lazer, recreação e de esportes.

Parágrafo Primeiro – Nos municípios em que a entidade de caráter municipal for afiliada a UAC, ficam automaticamente filiadas as entidades locais do referido município.

Parágrafo Segundo – As Entidades e Organizações Populares que não puderem se filiar à Entidade Municipal poderão se filiar diretamente a UAC.

Parágrafo Terceiro – No município em que a União, Conselho ou congêneres de caráter municipal não for filiada, a entidade local pode filiar-se diretamente a UAC.

Art. 5º - A União, Conselho ou congêneres Municipal filiada passará a cada doze meses encaminhar a UAC a relação das entidades filiadas a ela e a situação da contribuição mensal de cada uma.

Parágrafo Único – No caso da União, Conselho ou congêneres Municipal não cumprir com o artigo 5º, a mesma será desconsiderada como filiada e a filiação das entidades locais passará a ser com a UAC.

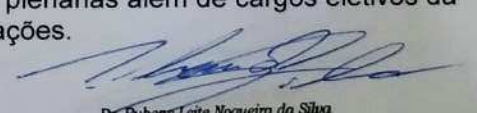
Art. 6º - Para sua filiação, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia do estatuto já registrado;
- b) ficha de filiação devidamente preenchida.

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E DEVERES DAS FILIADAS

Art. 7º - São direitos das filiadas:

- a) Votar e ser votada em congressos, encontros e plenárias além de cargos eletivos da UAC desde que em dia com seus deveres e obrigações.


Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

- b) Requerer a convocação em caráter extraordinário do Congresso Regional da UAC e do Conselho de Representantes nos termos dos artigos 15º e 20º deste estatuto.
- c) Participar das diversas atividades da UAC.
- d) Apresentar moções, propostas e reivindicações aos órgãos competentes da UAC.
- e) Representar a UAC sempre que possível em consonância com as deliberações das instâncias da UAC.
- f) Receber materiais informativos sobre a UAC.
- g) Participar de convênios, assessorias, consultorias e parcerias com órgãos públicos, privados, Bancos, ONG's, e outros que venham a ser celebrados pela UAC.

Art. 8º - São deveres das filiadas:

- a) Trabalhar, defender, divulgar e respeitar os objetivos e o nome da UAC.
- b) Respeitar os dispositivos estatutários, regulamentos e deliberações das instâncias dirigentes da UAC.
- c) Pagar a contribuição que for afixada pela Diretoria da UAC.

CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DA UNIÃO

Art. 9º - Os **órgãos da UAC** são em número de 04 (quatro) e tem as seguintes denominações:

- a) Congresso Regional
- b) Conselho de Representantes
- c) Diretoria Plena
- d) Diretoria Executiva

Art. 10º - O Congresso Regional é o órgão de decisão máxima da UAC, será constituído pelos delegados representantes das entidades filiadas eleitos de acordo com o regimento de convocação do Congresso.

Art. 11º - **Compete ao Congresso Regional:**

- a) Eleger e empossar a Diretoria Plena e Executiva da UAC.
- b) Determinar as linhas de atuação da UAC entre um Congresso e outro.
- c) Atualizar os objetivos da UAC.
- d) Avaliar e reformular os estatutos da UAC.

Art. 12º - O Congresso Regional será realizado ordinariamente a cada 03 (três) anos, será convocado pela Diretoria Plena com antecedência mínima de 03 (três) meses.

Art. 13º - O Congresso Regional terá para cada um de suas realizações um Edital de Convocação e um Regimento Interno próprio nos quais estarão definidos os objetivos, temários, prazos, dinâmica de participação das filiadas e os mecanismos de deliberação.

Art. 14º - O Regimento de convocação deverá ser aprovado pelo Conselho de Representantes.

Art. 15º - O Congresso Regional Extraordinário poderá ser convocado por:

- a) 1/3 das entidades filiadas
- b) pelo Conselho de Representantes
- c) Pela Diretoria Plena


Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

Art. 16º - O Conselho de Representantes é um órgão deliberativo da UAC formado pelos membros da Diretoria Plena da UAC e por representantes dos municípios, de acordo com o artigo 19º deste Estatuto.



Art. 17º - A mesa diretora do Conselho de Representantes será composta da seguinte forma:

- a) A Presidência do Conselho será exercida pelo (a) Presidência da UAC.
- b) A vice-presidência do Conselho de Representantes será eleita na primeira reunião do Conselho.
- c) A Secretaria do Conselho de Representantes será exercida pelo (a) Secretário Geral da UAC.
- d) Serão eleitos na primeira reunião do Conselho, dois de seus membros, para exercerem a função de auxiliares na mesa do Conselho de Representantes.

Art. 18º - A representação dos municípios no Conselho de Representantes será feita por representantes eleitos em cada município, por reuniões convocadas pela Diretoria da UAC.

Art. 19º - Não poderão participar do Conselho de Representantes na qualidade de representantes dos municípios:

- a) Diretores da UAC
- b) Diretores de entidades não filiadas.

Art. 20º - O Conselho de Representantes se reunirá a cada 12 meses e será dirigido por uma mesa composta por 5 (cinco) membros:

- a) Presidente da UAC
- b) Secretário-Geral da UAC
- c) 3 (três) membros eleitos na primeira reunião do mandato do Conselho de Representantes.


Art. 21º - **Compete ao Conselho de Representantes:**

- a) Dirigir a UAC entre um Congresso Estadual e outro.
- b) Garantir as linhas de atuação da UAC, baseado nas deliberações do Congresso Regional.
- c) Planejar a atuação da entidade no período de 12 meses.
- d) Definir ações da UAC entre a realização de seus Congressos Regionais
- e) Convocar quando necessário o Congresso Regional Extraordinário.

Art. 22º - O Conselho de Representantes se reunirá ordinariamente 01 vez por ano, quando convocado pela Diretoria da UAC com antecedência mínima de 30 dias.

Art. 23º - **A Diretoria Plena** é um órgão deliberativo e executivo da UAC que deve reunir-se a cada 02 meses e terá a seguinte composição:

- 1. Presidente
- 2. Vice-Presidente
- 3. Primeiro Secretário
- 4. Segundo Secretário
- 5. Primeiro Tesoureiro
- 6. Segundo Tesoureiro
- 7. Diretor de Patrimônio
- 8. Diretor de Formação
- 9. Diretor de Comunicação


Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

10. Diretor de Desenvolvimento Urbano
11. Diretor de Desenvolvimento Rural
12. Diretor de Ação Social
13. Diretor de Saúde
14. Diretor de Direitos Humanos e Combate às Discriminações
15. Diretor de Habitação
16. Diretor de Transporte
17. Diretor de Esporte e Lazer
18. Diretor de Educação e Cultura
19. Diretor de Saneamento e Meio Ambiente
20. Diretora da Mulher
21. Diretor de Seg. Pública e Violência Urbana
22. Diretor de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego
23. Diretor da Regional I – (São Mamede, Santa Luzia, Várzea, São José do Sabugi e Junco do Seridó).
24. Diretor da Regional II – (Quixaba, Cacimba de Areia, Passagem, Areia de Baraúnas e Salgadinho).
25. Diretor da Regional III – (Santa Terezinha, Catingueira, Emas e Olho D'água).
26. Diretor da Regional IV – (São José de Espinharas, Malta, Condado e Vista Serrana).
27. Diretor da Regional V – (São José do Bonfim, Mãe D'água, Teixeira, Maturéia, Desterro e Cacimbas).



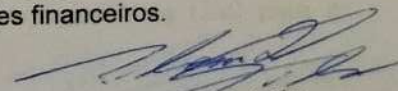
Art. 24º - Compete a Diretoria Plena:

- a) Dirigir a UAC entre as reuniões do Conselho de Representantes.
- b) Garantir as linhas de atuação da UAC, baseado nas deliberações do Congresso Regional e no Estatuto Social da entidade.
- c) Avaliar politicamente as deliberações e encaminhamentos feitos pela Diretoria Executiva.
- d) Definir ações da UAC entre as reuniões do Conselho de Representantes.
- e) Executar o planejamento elaborado pelo Conselho de Representantes.
- f) Elaborar seu próprio regimento interno.
- g) Elaborar a política de finanças e o orçamento da entidade.
- h) Apresentar o balancete e a prestação de contas anualmente.
- i) Aprovar admissões de novas filiadas, respeitando os dispostos estatutários.
- j) Aplicar sanções às filiadas quando necessário, "ad referendum" do Conselho de Representantes.
- k) Buscar realizar, consultas, assessorias, convênios e parcerias junto à ONG's, órgãos públicos, privados, entidades dentro dos objetivos políticos e estatutários da UAC.
- l) Convocar os Congressos Regionais e Ordinários da UAC.
- m) Convocar, quando necessário, o Congresso Regional da UAC.

Art. 25º - Será considerado em vacância a função da diretoria cujo diretor eleito não comparecer a 03 (três) reuniões por ano sem justificativas.

Art. 26º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a UAC, ativa e passivamente em ações políticas e jurídicas sempre que necessário.
- b) Defender o Estatuto e as deliberações das instâncias da UAC.
- c) Assinar com o Tesoureiro, cheques emitidos e balancetes financeiros.


Dr. Rybers Leite Noqueira da Silva
OAB / PB 12.421

- d) Assinar quaisquer outros documentos que impliquem na responsabilidade da UAC junto a terceiros.
- e) Convocar a reunião da Diretoria Executiva da UAC.
- f) Convocar a reunião da Diretoria Plena da UAC de acordo com deliberação da Diretoria Executiva da UAC



Art. 27º - Compete ao Vice-presidente:

- a) Representar o Presidente em caso de sua ausência ou impedimento.
- b) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 28º - Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Supervisionar os serviços administrativos da Secretaria Geral.
- b) Guardar os livros sociais e neles lavrar os termos de posse dos membros da Diretoria bem como as atas das reuniões de Diretoria Plena e Executiva da UAC.
- c) Assinar a correspondência de rotina.
- d) Exercer as demais atribuições inerentes ao cargo.

Art. 29º - Compete ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Primeiro Secretário em caso de sua ausência ou impedimento.
- b) Auxiliar o Segundo Secretário.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 30º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, os cheques emitidos, contratos firmados e balancetes financeiros.
- b) Assinar recibos e documentos relativos a recebimentos e pagamentos feitos.
- c) Superintender os serviços de caixa e contabilidade.
- d) Preparar e apresentar os balancetes e as prestações de contas anuais a serem apreciados pela Diretoria.

Art. 31º - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em caso de sua ausência ou impedimento.
- b) Auxiliar o Primeiro Tesoureiro
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 32º - Compete ao Diretor de Patrimônio:


- a) Zelar, relacionar e elaborar mecanismos para ampliar o Patrimônio da UAC.
- b) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 33º - Compete ao Diretor de Formação:

- a) Elaborar e organizar cursos, palestras, debates e seminários que visem enriquecer o conhecimento das lideranças comunitárias.
- b) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 34º - Compete ao Diretor de Comunicação:

- a) Elaborar e implementar a política de divulgação e propaganda da UAC para a sociedade e para as entidades filiadas.


Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

b) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 35º - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Urbano:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria

Art. 36º - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Rural:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 37º - Compete ao Diretor de Ação Social:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 38º - Compete ao Diretor de Saúde:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 39º - Compete ao Diretor de Direitos Humanos e Combate às Discriminações:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 40º - Compete ao Diretor de Habitação:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 41º - Compete ao Diretor de Transporte:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 42º - Compete ao Diretor de Esporte e Lazer:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 43º - Compete ao Diretor de Educação e Cultura:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.



Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.



Art. 44º - Compete ao Diretor de Saneamento e Meio-Ambiente:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 45º - Compete a Diretora da Mulher:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 46º - Compete ao Diretor de Segurança Pública e Violência Urbana:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 47º - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC na área afim.
- b) Coordenar comissões e grupos de trabalho ligados à área.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 48º - Compete aos Diretores Regionais:

- a) Elaborar a política de intervenção da UAC em sua região geográfica.
- b) Coordenar eventos e atividades em conjunto com as entidades filiadas localizadas em sua região geográfica.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.


Art. 49º - Compete aos Diretores Plenos:

- a) Colaborar na elaboração da política de intervenção da UAC em sua área de atuação.
- b) Compor comissões e grupos de trabalho que venha a ser formados pela Diretoria.
- c) Exercer as atribuições e missões que lhe forem apontadas pela Diretoria.

Art. 50º - A Diretoria Executiva será composta pelo Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Diretor de Formação, Diretor de Comunicação e Diretor de Patrimônio da UAC.

Art. 51º - Compete a Diretoria Executiva da UAC:

- a) Dirigir a UAC entre as reuniões da Diretoria Plena.
- b) Encaminhar as deliberações da Diretoria Plena.
- c) Representar a UAC na assinatura de convênios e ações públicas política e judicialmente sempre que necessário.
- d) Responder pela organização política, material e organizativa da entidade, em consonância com as deliberações das instâncias superiores da entidade.


Dr. Rubens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

- e) Planejar a atuação da entidade quotidianamente.
f) Convocar e propor a pauta das reuniões de Diretoria Plena.



CAPÍTULO V – DAS ELEIÇÕES

Art. 52º - As entidades filiadas só poderão votar e ser votadas em pleno gozo de suas prerrogativas.

Art. 53º - Só poderão pertencer à Diretoria delegados de filiadas presentes ao Congresso.

Art. 54º - As eleições de Diretoria deverão ocorrer em Congressos Regionais ordinários, explicitamente convocados para esse fim.

Art. 55º - A eleição será feita por voto direto e secreto, salvo no caso de Chapa Única ou quando a Plenária de delegados poderá deliberar, por maioria simples, que a eleição seja por levantamento do crachá.

Art. 56º - As chapas deverão conter candidatos para o número da Diretoria Plena, constando o nome, os cargos correspondentes e a entidade a qual pertença.

Parágrafo Único – O candidato só poderá participar de uma única chapa.

Art. 57º - As inscrições de chapa deverão ser processadas mediante ofício encaminhadas à Comissão Eleitoral até às 14:00 horas do primeiro dia do Congresso.

Art. 58º - A Comissão Eleitoral deverá ser composta por 03 (três) pessoas que não poderão ser candidatas e deverão ser eleitas na Plenária do Congresso.

CAPÍTULO VI – DO PATRIMÔNIO

Art. 59º - O Patrimônio destina-se, única e exclusivamente, às finalidades da UAC e será assim formado:


- Pelos bens móveis, imóveis que vierem a ser incorporados por compras, doações, legados ou outras formas legais;
- Pelo produto da venda de publicações da realização de eventos de qualquer natureza.
- Pelas contribuições das filiadas.
- Por rendas eventuais decorrentes de convênios, aplicações de fundos ou da alienação de bens.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução da UAC, os bens serão doados a uma Entidade do mesmo caráter dela, com sede e fórum na sua base territorial.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60º - Todos os cargos diretivos da UAC serão exercidos em caráter de gratuidade.

Art. 61º - A UAC somente poderá ser dissolvida em Congresso Regional convocado especialmente para este fim, onde estejam presentes pelo menos 2/3 de suas filiadas, em pleno gozo de suas atribuições estatutárias, devendo tal decisão ser tomada por no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.


Dr. Rubens Leite Nogueira da S.
OAB / PB 12.421

Art. 62º - O presente Estatuto só poderá ser alterado em Congresso Regional com a presença de no mínimo 50% das entidades filiadas, por deliberações aprovadas por metade mais um dos delegados presentes.



Aprovado na Plenária Geral do 6º Congresso Regional no dia 15 de julho de 2006



José Ilton de Oliveira Batista
José Ilton de Oliveira Batista
Presidente

Elizabete de Oliveira Batista
Elizabete de Oliveira Batista
Primeira Secretária

Dr. Rúbens Leite Nogueira da Silva
OAB / PB 12.421

Aldo Xavier
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

3º OFÍCIO DE NOTAS
3º TABELADO DE PROTESTOS
Rua Pedro Firmino, 111 - Edif. Edoardo Center
Sl. 2 e 3 - CEP: 58700-070 - Patos - PB
Fone/Fax: (83) 421-3438

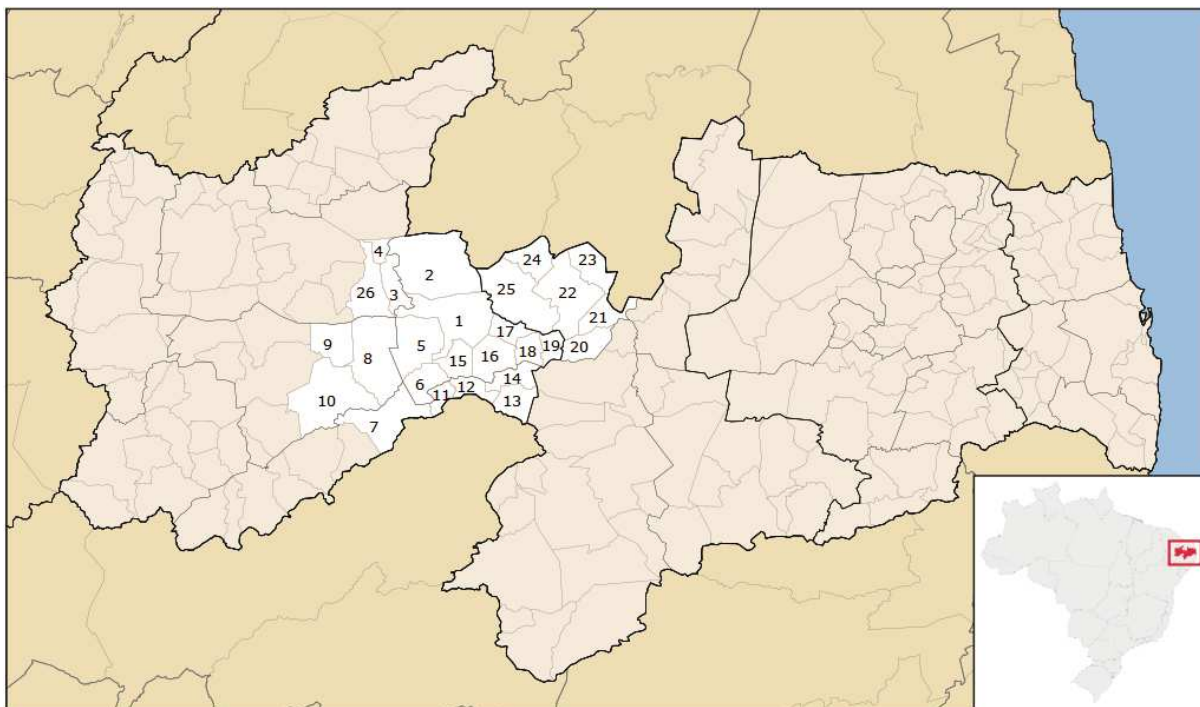
Ioneide Xavier César - Titular -
Arlene M. Xavier Dantas - Substituta -

190571 11491 *****
Reconheço como autêntica e verdadeira a(s) Fim(s) de TÍTULOS E
JOSE ILTON OLIVEIRA BATISTA *****
conforme autógrafo arquivado neste Ofício.
Patos, 16/08/2006. Em Testemunho da verdade.
Djalma de Souza Santos - Escrevente

ALDO XAVIER
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TITULAR Ioneide Xavier César
SUBSTITUTA Arlene Moura Xavier Dantas
Apresentado hoje para Registro Protocolado sob
Nº 3051 no Livro A-Nº 008 e Registrado sob
Nº 358 no Livro A-Nº 006 ficando cópia arquivada
nesse Serviço.
Patos-PB 16.08.2006
O que Certifico
Ioneide Xavier César
O OFICIAL DO REGISTRO



ANEXO C – Abrangência geográfica da UAC



Fonte: IBGE (2023, destaques nosso)

- | | | |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| (1) Patos | (10) Olho D'água | (19) Areia de Baraúnas |
| (2) São Jose de Espinharas | (11) Maturéia | (20) Salgadinho |
| (3) Malta | (12) Teixeira | (21) Junco do Seridó |
| (4) Vista Serrana | (13) Desterro | (22) Santa Luzia |
| (5) Santa Teresinha | (14) Cacimbas | (23) São José do Sabugi |
| (6) Mãe D'água | (15) São José do Bonfim | (24) Várzea |
| (7) Imaculada | (16) Cacimba de Areia | (25) São Mamede |
| (8) Catingueira | (17) Quixaba | (26) Condado |
| (9) Emas | (18) Passagem | |

ANEXO D – Transcrição da entrevista com José Gonçalves da Silva Filho, realizada no dia 9 de março de 2023 na sede do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região, Patos, Paraíba

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Olhe, a correlação de força hoje aqui em Patos é totalmente desfavorável a gente, totalmente desfavorável [trecho incompreensível]. Na câmara é essa desgraça que todo mundo vê, ele tem maioria absoluta lá. Na prefeitura, ele não tem oposição [trecho incompreensível]. Terminou a eleição com 20 mil votos de maioria, aí foi pra onde? Foi ser candidato a estadual, tirou 6. Depois de 20 mil votos, dava entrevista a prestação, de 3 em 3 meses, aí pronto. Essa é a situação. Sim, mas aí o que é que tu quer saber?

JORGE SOARES PINTO: A ideia é o seguinte, pra minha pesquisa, esse primeiro contato que eu tive com algumas pessoas, que eu pretendo ter com todos os conselheiros, de forma breve e preliminar, digamos assim. E aí depois com o andar da carruagem da própria pesquisa, eu quero tentar aprofundar as coisas, o que eu puder aprofundar, principalmente participar das reuniões, eu gostaria muito de participar de todas as reuniões e que tivesse reunião esse ano. Umas 5 a 6 esse ano, por exemplo, e pra mim pessoalmente, pra minha pesquisa ia ser excelente, reuniões daquelas. Pode ser que nem tenha, pode ser que tenha. Se tiver, tá muito bom pra mim. Na verdade, esse contato aqui com o senhor e com aquele outro conselheiro, e até com a secretária também, sobre a temática de habitação, política de habitação, moradia, no município de Patos. Aí tem o Conselho no meio, mas é mais a política em si. Mas, assim, eu acho que a primeira pergunta que eu deveria fazer ao senhor é a sua trajetória de modo geral dentro dessa temática de moradia, ou dentro dos movimentos, ou dentro da participação social, ou dentro de enfim reivindicações. Qual é a sua trajetória até aqui?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Quer gravar logo?

JORGE SOARES PINTO: Já tá gravando aqui. Aí eu vou só anotar alguns pontos, mas a gravação é o principal.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Tá certo. Não, tranquilo. Meu nome é José Gonçalo da Silva Filho, estou na militância ininterrupta há 40 anos. Iniciei aqui em Patos, a primeira luta nossa do movimento comunitário foi justamente no bairro das 7 casas, em 1982 na luta da construção de um chafariz, porque não tinha água naquela comunidade. E de lá pra cá as coisas

foram se organizando, se constituindo associações comunitárias, foi também desenvolvidas muitas lutas por moradia popular, porque realmente havia uma grande carência. Mas até naquela época, um detalhe importante, as pessoas construíam casas de taipa mesmo nos bairros, aí depois veio os programas sociais para a substituição dessas casas de taipa em virtude do barbeiro, que praticamente quem vinha da zona rural, que morava em uma casa de taipa, construída outra na cidade por não ter condições de construir uma de alvenaria. Essa luta em Patos, ela surge nesse período aí, pelo menos com a minha participação, em seguida já com um grande número de associações comunitárias, nós fundamos em 1994 a UAC [?], que é a União das Associações Comunitárias e Patos e Região. A UAC, ela é uma entidade regional, inclusive, chegamos aqui em Patos a criar o movimento dos Sem Teto aqui no município. Fizemos, inclusive, manifestações, fizemos uma grande assembleia na Associação Comercial que, na verdade, não coube o pessoal, aí a gente teve que ir pra o meio da rua. Inclusive, eu acho que tenho algumas fotos, posso até fazer um esforço pra passar pra você.

JORGE SOARES PINTO: Gostaria de receber essas fotos...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Eu acho que é importante essa foto, porque registra esse lançamento que a gente fez. E aí foi desenvolvimento né, o movimento comunitário e a pauta principal sempre foi a moradia, porque sempre existiu aqui em Patos um déficit habitacional muito grande. E nós tivemos um inchaço da cidade e esse inchaço ele se deu em virtude do aparecimento do bicudo na zona rural, que combateu sistematicamente o algodão. Não tinha como produzir o algodão, que era o ouro branco que a gente chama aqui no sertão, e devido esse êxodo rural ocorreu essa grande concentração nas cidades e as condições de moradia eram as piores e ainda continuam sendo, muitas pessoas morando nas maiores dificuldades. Então, houve esse êxodo rural, houve o inchaço das cidades e ao mesmo tempo não tinha a mínima infraestrutura pra atender a essas famílias, né? Eu mesmo fui vítima disso, eu cheguei em Patos em 1974, fui morar no Juá Doce, numa casa pequena, onde não tinha saneamento básico, os esgotos corriam a céu aberto, na frente das casas, né. Casas sem banheiro, uma dificuldade tremenda. E aí, essa falta de moradia ela sempre existiu, não apenas na cidade, mas também na zona rural, porque muitas casas... diversos programas da FUNASA, não foram substituídas as casas de taipa por alvenaria. Então em Patos, a nossa avaliação, já trazendo pra os dias de hoje, há um déficit habitacional aí de 15 mil moradias, mas o que tivemos de Patos de moradia? Nós tivemos aqui o conjunto Bivar Olinto, tivemos a ocupação da Vila Teimosa, a Vila Teimosa que fica vizinha ao Bivar Olinto, foi uma ocupação dos sem tetos na época.

Inclusive, eu participei dessa atividade. E por que “Vila Teimosa”? Porque os barracos foram derrubados 3 vezes, 4 vezes e o pessoal resistindo e permaneceu, por isso que ficamos com esse nome de Vila Teimosa. Depois veio o Conjunto Geraldo Medeiros, que fica lá próximo, tivemos aí a construção do maior conjunto, que foi justamente o Residencial Itatiunga I e II, Residencial Itatiunga no caso né, que chega a 706 moradias, que é um grande conjunto, né. E naquela região ali praticamente isso. E nós tivemos também a construção do Conjunto Nova Conquista pela SEAP, o chamado mutirão, que fica na região sul, na área sul do nosso município. E ele, esse conjunto, ele foi construído em parceria com o governo, tipo assim uma corresponsabilidade, o pessoal também entrou nessa construção e mora um grande número de pessoas lá. Depois disso aí nós tivemos a construção de algumas casas lá no Conjunto Batuel Palmeira, que fica por trás do SESI, nós tivemos a construção Hardman [?] Cavalcanti e do Vista da Serra 1 e 2, que fica também naquela região do Monte Castelo, Jatobá, né. O Hardman Cavalcanti e o Vista da Serra 1 e 2 contemplou muito os “sapateiros” aqui no nosso município, né? E agora o que tem de novo é justamente o São Judas Tadeu 1 e 2, com 156 apartamentos, foram construídas algumas casas, poucas casas em algumas comunidades, mas, assim, de programa mesmo de governo, Minha Casa Minha Vida, o grande conjunto foi o Residencial Itatiuna com 706 [casas ou apartamentos]. Governos anteriores, o Bivalorinto, a Vila Teimosa, que foi uma ocupação, e também nós temos outra ocupação aqui em Patos que é justamente a ocupação do Conjunto Manoel Nascimento, ali foi uma ocupação de uma área que pertencia a escola Dom Fernando Gomes, um bairro do Morro, no bairro Liberdade Morro. Onde a murada caiu e os sem tetos também fizeram ocupação em 1992 e lá hoje moram 95 famílias. Inclusive, eu também participei dessa ocupação, da organização desses trabalhadores e trabalhadoras, né. Tem outras iniciativas, mas eu, digo assim, medíocres de construção de casas populares aqui em Patos, mas mesmo com tudo isso, o que a gente observa que a luta pela moradia ela é a principal e também pelo saneamento básico. E tivemos a construção também de algumas casas no distrito de Santa Gertrudes, que é um distrito aqui de nosso município, chamado Conjunto Novo, mas de novo só tem o nome, porque o saneamento ainda não chegou a essa comunidade. Entendeu? Um histórico assim pra você...

JORGE SOARES PINTO: É um resumo muito bom!

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não sei se é isso que você quer...

JORGE SOARES PINTO: Não, com certeza! Em termos de Conselho, alguma proposta concreta sua já foi aceita? O senhor já teve propostas no Conselho, em termos de políticas de moradia que foram aceitas pela gestão municipal ou nunca teve uma proposta? Ou já teve e foi negada? Mais ou menos nesse sentido, eu gostaria que o senhor explorasse agora.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Certo. Essa questão dos Conselhos, eu vou falar aqui no geral os Conselhos. Esses Conselhos, eles são fundamentais, porque nós podemos dizer que o Conselho é controle social, ele é controle social. Acontece que pra você fazer o controle social não é fácil, nem aqui em Patos, nem em outro município, nem em outro estado. Por que? Porque sempre o governo ele tem maioria nesses Conselhos, mas de toda maneira é um espaço para que a gente possa discutir, possa levar nossas reivindicações, mesmo que não sejam, assim, atendidas, aceitas as propostas da maneira que a gente leva. Então existe uma certa, eu digo assim, ciúmeira dos governos em não colocar esses Conselhos pra funcionar. Eles sempre, sempre o governo, isso independentemente de questão política, de partido, mas sempre os prefeitos eles dificultam a participação da sociedade civil organizada nesses Conselhos, a gente entende que existe uma corresponsabilidade, a gente também quer ser corresponsável por esses projetos. Mas, no entanto, nós sempre somos escanteados, o escanteamento faz parte dos governos. E o que a gente observa hoje aqui em Patos, é que existe o controle social em todos os Conselhos por parte da prefeitura, a prefeitura, que antes não acontecia isso, vale salientar. Nós tínhamos o Conselho de Orçamento Democrático, o Conselho de Saúde, o Conselho de Habitação, tem vários Conselhos, do assistente social, do idoso, mas hoje a prefeitura criou uma estrutura, isso é uma coisa nova, que não existia, pra ter o controle desses Conselhos, inclusive, criando a própria Cada dos Conselhos. Porque são Conselhos independentes, né? Mas hoje existe realmente essa estrutura com advogados, especialmente com esse campo jurídico e eu me sinto, assim, num campo jurídico pra, inclusive, minar as leis, pra fazer alteração nas leis, pra deixar o Conselho ainda mais adequado a gestão. Então essa crítica, inclusive, eu tô colocando aqui publicamente, já coloquei em algumas ocasiões. Então o Conselho, além dos movimentos sociais, do movimento de moradia, das associações, não terem maioria, ainda existe esse controle no sentido desse Conselho não avançar, não andar, não progredir, não fiscalizar. Então existe realmente essa grande dificuldade aqui em Patos e é isso que a gente tem observado e o exemplo é agora do Conselho de Habitação, que nós realizamos uma reunião faz mais de 30 dias, colocamos uma proposta de um projeto lá pra câmara e até agora não saiu, não foi encaminhado para a câmara. Eu sou vereador e não foi encaminhado esse projeto para a câmara, né. Então realmente existem essas dificuldades. A gestão tem uma visão enviesada

da participação popular, eles gostam muito de sentar no ar-condicionado e decidir a participação do povo. E aí tem maioria na câmara, aprova tudo, né? Por praticamente não existir essa oposição, eu acho também que há uma defasagem, do enfraquecimento dos movimentos sociais, eu acho que isso é um ponto nevrálgico da nossa atuação. Os movimentos sociais estão muito aquém...

JORGE SOARES PINTO: Estão acomodados...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Estão acomodados, estão numa certa inércia. Muitos acreditando, inclusive, que a solução para os problemas da comunidade vai ser a gestão, vai ser o institucional. Eles não querem mais fazer a luta como nós fazíamos antes, de botar realmente o povo na rua, o bloco na rua, essa rua pertence a nós trabalhadores e trabalhadoras, pertence a luta pela moradia, da saúde e por aí vai. Essa rua não pertence a essa turma que tá ocupando aí. Então eu acredito muito na organização do povo, essa frente institucional é um grande engodo, essa frente institucional se não tiver participação popular, não vai a lugar nenhum. É mais uma e dificulta ainda mais, desacredita até as pessoas, é de se fazer a luta e de se organizar. Então eu acho que o movimento de moradia sofre muito, agora nós tivemos avanço nessa política nacional, tivemos esse prejuízo nesse período dos últimos 4 anos, mas eu acho que agora tem como avançar. Esse novo Minha Casa Minha Vida tem como avançar e talvez seja o momento de dar uma sacudida no movimento aqui na Paraíba. Inclusive, a gente compõe também a Federação Paraibana de Movimento Comunitário, fizemos um excelente encontro da moradia em Patos com 150 lideranças comunitárias aqui de Patos. Inclusive, com a presença da SEAP.

JORGE SOARES PINTO: O senhor tem documentos?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Tenho! Tenho, eu passo pra você. Tenho documentos, tem tudo, fotos, tudo.

JORGE SOARES PINTO: Fotos? Relatórios?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: É! Dia 25 de março, a gente fez esse encontro aqui em Patos no auditório da Associação Comercial e foi muito importante, porque nós discutimos essa questão do São Judas Tadeu 1 e 2 e tinha uma previsão de ser entregue agora em abril, mas não vai pra isso, vai só pra o segundo semestre. E discutimos a questão dos cadastros, porque a

menina dos olhos tá aí, a questão das pessoas que são beneficiadas. Há uma reclamação geral, pessoas que já tem casas são beneficiadas e as que não tem ficam de fora. Nós tivemos até pessoas com aluguel social que ficaram de fora do Residencial Itatiunga, isso é inadmissível! Se a prefeitura paga aluguel social e se essa pessoa ficar de fora, não faz sentido. Aí esse encontro também foi importante, estaremos realizando outro no município de Souza, dia 22 de abril, a gente vai também, que é a Federação Paraibana do Movimento Comunitário, FEPAMOC, que a gente tá articulando, fazendo esses encontros em toda a Paraíba. O primeiro foi em Patos, por ter já esse conjunto aqui prestes a ser entregue.

JORGE SOARES PINTO: É... essa, voltando a questão da gestão, fazer um certo controle nos Conselhos, no de habitação, fora essa Casa dos Conselhos que acaba concentrando todos ali, de certa forma, você acaba, a gestão visualiza onde estão os Conselhos e quem está nos Conselhos. Essa questão que o senhor falou dos advogados, a gestão ter advogados até pra saber lidar melhor com as propostas dos Conselhos, fora isso aí tem outro exemplo? Outro exemplo concreto que o senhor possa apontar “olha, isso aqui travou o Conselho. Eu acho que a gestão, a gente quis seguir um canto, a gestão travou a gente nesse sentido, nesse ponto?” O que o senhor poderia apontar de concreto?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Eu acho que o maior “entramento” é essa morosidade em mandar os projetos de lei pra cá [câmara]. Eu acho que isso aí é prejudicial, de ter minoria a gente sabe que sempre vai ter minoria, isso não avança. O aspecto, assim, que eu coloco, por exemplo, a forma de eleição, você colocar entidades só por colocar, entidades que não tem nenhuma participação na luta, que a gente observa em muitos Conselhos aqui em Patos. Tem entidade que não tem nada a ver. Nós temos Conselhos aqui controlados por uma única categoria, única categoria, que eles se dividem da associação, do sindicato, da comunidade tal, né. Há esse controle, há essa...

JORGE SOARES PINTO: Pluralidade.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: É, essa pluralidade favorece a um campo só e isso é ruim. Isso é o exemplo, por exemplo, do Conselho Municipal de Saúde, né. Estou colocando aqui e já coloquei, inclusive, publicamente. Isso é ruim, quer dizer, não ter participação. Alguns Conselhos eles avançam, porque tem participação popular, outros não, são engessados. Eles só se reúnem muitas vezes pra assinar...

JORGE SOARES PINTO: E isso aí dificulta até o próprio debate do Conselho...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Com certeza! Há um distanciamento programado, eu digo que é programado, já definido. Olha, não interessa discutir com esse pessoal uma determinada coisa, vamos discutir por aqui, senão vai burocratizar. E eu acho que tem, nós estamos presenciando nesses últimos anos aqui em Patos uma coisa muito séria, nós tínhamos Conselhos que tinham uma participação de 20 membros, do governo e dos movimentos sociais, aí diz que não reunia dos 20 e por não reunir, reduz. Mas, na verdade, quem não participava era a parte governamental [risos], então é uma grande contradição, mas fica a culpa dizendo praticamente que você tem um Conselho, aí empurra a secretaria, secretaria tal, bota 10 secretarias, tudo governo, aí bota 10 associações, aí vem 8 associações e não vem nenhuma secretaria, aí não dá o quórum. Mas a culpa não é nossa! A culpa é da gestão. Além disso, eles colocam muitos membros nesse Conselhos comissionados, aí os comissionados quando muda de governo se cria toda uma confusão. Aí outra coisa, um pretexto, inclusive, pra reduzir o número de membros no Conselho tá sendo esse, ou seja, a prefeitura faz o boicote, os membros não participam, aí eles “não, o Conselho não tá funcionando”, aí manda uma lei pra câmara reduzindo a participação. É isso que também tá acontecendo e tá reduzindo a participação popular, porque se reduz da prefeitura, vai reduzir também dos movimentos sociais. É esse o quadro.

JORGE SOARES PINTO: É... muito bem. Em relação ao plano, plano local de habitação, que é um plano que existe, um projeto de 2013, existe no papel, digamos assim, existe que foi elaborado, contrataram uma empresa pra elaborar, enfim. Não sei se o senhor estava nessa época ou se o senhor tem conhecimento dessa época.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Na verdade, nós não fomos nem convidados pra esse plano, porque aqui terceiriza as coisas. Contrata o escritório tal, que não sabe a realidade de Patos e até alguns projetos de lei nesse sentido também, às vezes vem até o nome da cidade errado, eles esquecem de botar Patos e vem outra cidade. A gente já sabe que é ctrl+c, ctrl+v, é cópia, é cópia. Os movimentos sociais não têm conhecimento do plano de habitação de Patos, porque não foi discutido com essa população. Alguém elaborou, apresentou e pronto, mas não tem conhecimento. Até o orçamento participativo, o orçamento... eu acho que piorou com esses 2 anos muito forte da pandemia da covid-19, praticamente a discussão foi reduzidíssima e

também, uma participação do povo, deu um melhorado ano passado, mas aí você, o que o povo apresentou praticamente não foi cumprido pela gestão municipal. Diferentemente do Estado, do orçamento do Estado, não nesse governo agora, mas no governo anterior, por exemplo, de Ricardo Coutinho, nós tivemos aqui nesses 8 anos investimentos extraordinários. Nós tivemos aqui a construção da escola técnica estadual, nós tivemos aqui a construção do Cidade Madura, nós tivemos aqui a construção da ponte do Jatobá, se não fosse essa ponte onde nós estaríamos? Nós tivemos aqui a construção do Hospital do Bem, que tá sendo a salvação não só pra Patos, mas pra região. Nós tivemos aí Corpo de Bombeiros, nós tivemos o asfalto dessas cidades vizinhas aqui, só do que eu tô lembrando agora, quer dizer, investimentos fundamentais. Nós tivemos a conclusão, inclusive, do Rodoshopping Edvaldo Mota, porque ele não foi concluído, foi Ricardo que concluiu na época, então nós tivemos uma presença muito forte das políticas públicas aqui em Patos, que desapareceu. Esses últimos 4 anos, pra se ter uma ideia, o que foi construído aqui em Patos? Foi colocado as câmeras, essas câmeras do Estado, essa central, e uma escola que foi construída lá em Campo Comprido, fora isso não tem outra não!

JORGE SOARES PINTO: Será que isso era só da questão da pandemia que não podia se reunir ou tem uma questão política?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Questão política, né. Porque às vezes as coisas passam diretamente, vai pra Souza, Cajazeiras, porque há um empenho maior dos políticos, fica João Pessoa, Campina Grande, e passa mais uma vez, apesar de muito aí encherem o peito “a capital do sertão!”, mas os benefícios não vêm pra cá. Nós perdemos, inclusive, o curso de medicina, que foi pra Cajazeiras e pela nossa localização aqui, Rio Grande do Norte, Pernambuco, uma cidade polo né, com mais de 70 municípios aqui na região, perdemos pra Cajazeiras, porque não tivemos essa articulação política. É um município, inclusive, que nós não temos um centro de zoonoses, não temos um centro de zoonoses aqui em Patos.

JORGE SOARES PINTO: A UFCG sofre muito com isso aí, porque lá tem os animais que entram lá. Não a questão do curso, mas os animais em si a universidade não pode fazer, digamos, não pode fazer quase nada com eles, porque tem que proteger, na verdade... não pode, né. E aí, tem até um acordo, acho que até mais verbal, pra controlar a questão da...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: As cirurgias? As castrações...

JORGE SOARES PINTO: As cirurgias! Aí tem as questões de saúde, se tem um cachorro muito doente, enfim, mas não tem um centro próprio que cuide geral de todos.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Exato! Tem aqui um canil municipal que, na verdade, é um depósito de animais, na antiga Escola Gregola [?], pegaram a Escola Gregola e transformaram num depósito de animais, cachorros e gatos. Como se aqui a nossa agricultura não fosse importante, nosso semiárido aqui a gente tem muita produção, a gente tem 2 assentamentos aqui em Patos que produz muito, que é o Campo Comprido e o assentamento Patativa do Assaré, lá no distrito de Santa Gertrudes. Que você envolve mais de 1000 pessoas que moram nesses 2 assentamentos, que produzem, só de famílias assentadas nós temos uma média de 200. Aí você tem o Tubarão, já que é o município vizinho, aí você tem São Mamede que tem assentamento também e toda essa produção vem mais pra Patos, mas aí fecharam a escola agrícola, né. E, na verdade, não tem políticas para os animais aqui, política pública, né? O centro de zoonoses, veio o primeiro recurso de 600 mil e devolveram, porque disse que não tinha como construir, aí depois veio 1 milhão, devolveram de novo, certo? E demonstra a incapacidade, até uma irresponsabilidade de gestores municipais para com isso, porque quando chegou 1 milhão era pra prefeitura investir 700 mil, aí “não, não tinha como investir 700 mil”. Uma prefeitura que recebe mais de 20 milhões por mês, então é porque não quer resolver, que é uma questão de saúde pública, né? Os animais que estão aí com fome, com sede, doentes, atacando as pessoas e por aí vai.

JORGE SOARES PINTO: Então, a gente voltando ao plano. Partindo do agora, como o senhor vê a lei de participação popular no plano? Como é, ele foi aprovado, tá aprovado, chegou até 2023. O que tem de plano que possa ser abordado como algo que prejudicou a luta por moradia?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Eu acho que o maior prejuízo foi justamente a população, as organizações da sociedade civil não terem conhecimento do plano.

JORGE SOARES PINTO: Então eles não conhecem?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não conhecem! Segundo...

JORGE SOARES PINTO: Então eles não conhecem? Não tem uma publicação, não tem um direcionamento do tipo “olha, meu povo”?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não tem!

JORGE SOARES PINTO: Esse grupo, esse pedaço do plano faz parte de vocês, vamos decidir esse pedaço aqui, porque já foi decidido, não vai se eliminar, pode-se até modificar, mas partindo do ponto que já existe um plano e agora pra frente isso aqui é com vocês...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: A ideia era justamente fazer um encontro pra discutir o plano de habitação de Patos com a participação de toda sociedade civil organizada, principalmente os movimentos de moradia, chamar a Caixa Econômica, chamar as instituições que aqui financiam. Porque nós temos outro grau de problema aqui em Patos, qual é? A construção em locais impróprios, por exemplo, como é que a Caixa, o Banco do Brasil libera um financiamento pra construção de casas dentro de riachos? Isso é uma questão séria! Como é que se constrói aqui em Patos? Quem chegar primeiro que leva, pode observar aí na saída pra Santa Terezinha, você pode observar aí na saída pra Malta, você pode observar aí na saída pra Campina Grande, na saída pra São José do Bonfim e observe como estão construindo na BR, às margens da BR. Se tem um riacho, se tem um açude, faz o aterramento daquele açude, daquele riacho, resolve a situação dele e quando vem a água, vai pra onde?

JORGE SOARES PINTO: Pra onde tem o riacho.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Exatamente! E aí vai inundar, como já tá uma área resolvida lá, vai invadir as residências. É o que tá acontecendo aqui em Patos!

JORGE SOARES PINTO: Se não vier por cima, ela vem por baixo.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Por baixo! Exatamente. Tão colocando tubulação, aí tá resolvendo o problema. Outra coisa séria, que faz parte do Conselho e o Conselho tem que discutir, é a construção de posto de combustível, é outra questão grave aqui em Patos. Estão construindo postos de combustível colados as residências e nós temos muitos aqui em Patos, liberados aí só Deus sabe como. É outra questão grave, é a questão de habitação, que prejudica. E o Conselho deveria se debruçar sobre isso, por que? Porque você tem sua casa, ao se construir um posto de combustível ao lado, quem é que vai morar ao lado de um posto de combustível? “Ah, não! Mas hoje tá tudo moderno”. Mas o que tem lá dentro é combustível! Então é outra

dificuldade. Então no meu entendimento a gente tem que pegar esse plano de habitação, ele também tem que estar adequado ao plano diretor do município, né. E qual a discussão que nós tivemos do plano diretor? Nenhuma também. Então precisamos “que plano diretor nós temos?”, inclusive, estamos no momento de discutir que plano de habitação nós temos, porque aqui em Patos também tem essas grandes contradições. O Corpo de Bombeiros tem que ter participação, né? CAGEPA, ENERGISA, Caixa Econômica, Banco do Brasil, gestão municipal, governo do Estado, então a gente tem realmente que fazer essa grande discussão que tá faltando no momento. Por isso que o plano é uma coisa específica do município, mas ele tem que contemplar as leis existentes a nível municipal e estadual, a nível estadual e federal, especificamente a nível federal, certo? E o plano diretor, mas, no entanto, não tá acontecendo isso. No tocante a questão do plano de habitação de Patos temos que fazer essa discussão, que até hoje não foi feita.

JORGE SOARES PINTO: Então, desde o dia que o senhor chegou no Conselho de lá pra cá nunca foi falado de plano?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não!

JORGE SOARES PINTO: Nunca teve uma pauta do plano?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não!

JORGE SOARES PINTO: Assim, “olhe, tem um plano que é pra fazer isso. Vamos discutir!”.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não! A pauta é reunião, reunião rápida como você observou que tava lá, reunião de 1h, 2h, todo mundo ocupado. O lógico seria fazer o quê? Vamos fazer um encontro do Conselho de Habitação de Patos, um dia vamos esmiuçar isso aqui? O lógico é isso, mas não! É reunião beija-flor.

JORGE SOARES PINTO: Em relação ao fundo de habitação?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Esse aí é que é distante da gente. Se a gente não tem a legalização, inclusive, do Conselho.

JORGE SOARES PINTO: Como assim a legalização?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: De já compor, quais as entidades que vão compor, a lei pra câmara aprovada, sancionada e vem a questão do fundo, né? Do fundo de habitação. O fundo vai ser decorrente da lei. Aí também é outra questão séria, porque sempre tem a contrapartida do município. O governo federal, por exemplo, manda um projeto de 1 milhão, a contrapartida do município é 100 mil, é 10% daquele valor.

JORGE SOARES PINTO: Tem que ir pra o fundo?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Tem que ir pra o fundo, o correto é ir pra o fundo, não é? E aí é outra discussão que a gente vai fazer logo após essa aprovação.

JORGE SOARES PINTO: Como é em termos dos movimentos? Como o senhor faz essa ponte com os movimentos de moradia de modo geral? Associações e movimentos. Qual é a estratégia pra que eles participem de forma reivindicativa em relação aos recursos do fundo? Como o senhor faz essa ponte com os movimentos de moradia... Qual é a estratégia pra que eles participem de forma reivindicativa

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Primeiro, a gente faz um esforço pra não criar nenhuma expectativa, porque é muito difícil você trabalhar com movimentos sociais, trabalhar com o movimento de moradia especificamente. As pessoas querem uma resposta rápida, os politiquinhos se aproveitam, porque aí entra a politicagem e a gente vem observando isso, tem político que já chegou dizendo aí “não, você vai tá lá no conjunto!”, porque ele sabe que 856 pessoas vão ter seus apartamentos. E aí ele vai dizer “não, você vai ficar!”, se ficar tudo bem, se não ficar ele vai dizer depois “é, lamentavelmente, mas eu disse que fulano ia ficar e ficou e tal”, então existe isso aí. Primeiro, é não criar expectativas e conscientizar as pessoas de que a luta por moradia tem que ser feita de forma consciente e a gente tem que realmente ocupar esses espaços. Ou seja, aqui em Patos fizeram vários cadastros e de forma politiquinha, então se aproximar uma eleição e fazer um cadastro de moradia em Patos. Só não fizeram no penúltimo, porque eu fui pra cima, inclusive. Se fizer eu vou denunciar! Mas iam fazer mais um, quando não é o cadastro, é a atualização, aí quando tu pega a informação, aí diz que não tem cadastrado, não tem as informações. É desse jeito que acontece. Então, veja bem, eu acho que essa questão da moradia, ela tem, na verdade, que ser feito um trabalho muito consciente na base, certo? Pra

que essas pessoas possam reivindicar de forma consciente, pra não ser o oba-oba e ainda acontece muito isso. Aí é importante essa participação, que eles tenham essa participação desde o início, por exemplo, a gente não pode ter um Conselho de Habitação somente com aquela representação. O Conselho pelo menos de 6 em 6 meses deve fazer uma plenária popular em Patos de habitação, com uma determinada comunidade, é isso que eu, inclusive, defendo. O Conselho de Habitação tem que ir pra comunidade, pra não ficar só os representantes se reunindo. Essa questão do fundo é difícil falar agora, porque ainda não foi concretizado o projeto na câmara municipal, a gente não sabe como vai ser a composição. Estamos até aguardando que enviem esse projeto pra câmara.

JORGE SOARES PINTO: Pra gente encerrar, o senhor falou muito da... acho que o senhor já contemplou essa parte dos problemas, dos desafios do município de Patos na atualidade em relação à habitação. Agora o Conselho, na última reunião já havia uma dificuldade, que o senhor já apontou, a questão dos participantes, se todos participassem os debates poderiam ser mais qualitativos, poderia ficar uma coisa mais densa, com mais conteúdo. Agora qual é a estratégia, qual é a dificuldade, o que poderia fazer pra colocar-se as entidades que realmente tivessem interesse no objeto, que é a habitação? O que eu tô querendo dizer? Vai ter uma entidade, mesmo que não seja uma entidade do governo, uma entidade, uma associação que não seja do governo, secretaria que não seja. Ela pode ter também nenhum interesse ou grandes interesses que nem tem uma outra associação, como fazer pra que esse pessoal de fora do governo que eles reivindicam os seus espaços dentro do Conselho? Agora como o número de assentos, ele é fechado, à medida que um entra, o outro sai? Essa interação que tá tendo agora, de um entra, o outro sai, o que tá tendo de conversa antes pra chegar até agora... sendo, quero dizer o seguinte, tá se debatendo hoje a nova lei, vamos dizer assim, a alteração da lei, em relação a essas que tão entrando e que tão saindo, como fazer as entidades que tem realmente interesse na matéria da habitação, tenha espaço dentro do Conselho? Vai ter que sair uma procuradoria, vai ter que sair uma secretaria de, não sei...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: De planejamento...

JORGE SOARES PINTO: De planejamento! Vai ter que sair, como é que faz? Tirando essa secretaria, o que é que acontece de impacto? Não, a secretaria tem que ficar. O que o senhor sente no ambiente de conflito em relação a isso? O senhor quer que entre as entidades, tudo bem. Mas quando chega no Conselho tem o entrave do governo que tem as suas cadeiras, seus

assentos, pra entrar alguém tem que sair outra pessoa, outro Conselho, entidade. Como o senhor vê essa estratégia de conseguir esse objetivo?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Olhe, eu acho que essa questão do Conselho tem uma questão interna, que é essa que você acabou de falar, que essas entidades realmente vão discutir e em outro campo, na parte externa, a gente vai ter que fazer a pressão pra que o Conselho se adeque as políticas públicas defendidas pelos movimentos de moradia, pelos movimentos sociais. E aí essa pressão, essa luta, ela tem que acontecer em cima de todas as entidades, seja governo ou qualquer outra entidade representativa. Eu acho que o papel dos movimentos sociais, deve ser isso “o que nós queremos na moradia, Conselho de Habitação, é isso!”, eu acho que tem que acontecer isso, essa mobilização popular, porque se não for assim a gente não vai a lugar nenhum. Por exemplo, esse encontro da moradia, nós discutimos uma questão importante, que foi justamente o espaço ocupado das áreas verdes, das áreas de preservação dos Conjuntos, as invasões que estão acontecendo e não é invasão dos pobres não, mas dos ricos! Porque um Conjunto desse, você vai num local desses e não tem uma escola, você não tem uma creche, você não tem uma UBS, você não tem uma praça. Esses 4 itens aqui devem contemplar qualquer conjunto habitacional. Ou seja, por não ser feito de imediato isso aqui, existem as ocupações, inclusive, muitos locais aqui com áreas de lazer. Então a gente vai ter que fazer essa luta com os movimentos sociais, pressionar o Conselho de Habitação pra também discutir isso. Nós estamos presenciando aqui em Patos a ocupação irregular do Rio Espinharas, que foi praticamente privatizado, tá morto e privatizado. A ocupação do Rio da Cruz e a ocupação do Rio da Farinha. Ocupação e poluição, né? O que justifica aqui em Patos, por exemplo, esses supermercados virem construir dentro do rio? Não tem outros espaços não pra construir esses mercados, esses grandes empresários? Eles só querem a beira do rio por que? Há que se discutir isso aqui em Patos. Por que eu quero “ah, construir na ponte Figueiredo”, por que, parece que o Assaí vai construir na ponte de São Sebastião? Não tem outras áreas aqui em Patos não? Inclusive, a questão da mobilidade urbana, tem a questão da mobilidade urbana, então o Conselho tem que discutir, o Conselho de Habitação, como está se construindo em Patos. Então realmente há essa disputa, não tenha dúvidas disso. Agora os movimentos sociais têm que se organizar, tem que se constituir. Eu tô falando com base nos movimentos sociais, porque o empresariado tá organizado, o governo tá organizado, eles defendem a mesma coisa, eles não têm quase conflito, o conflito que existe é entre os movimentos de moradia e os governos, os empresários, porque eles não têm visão coletiva, a visão deles é individual, é o lucro acima de tudo. Tudo bem, a gente sabe que tem que ter lucro,

porque nós vivemos no capitalismo, agora tem que ter também políticas públicas que não prejudiquem o povo, tem que ter algo coletivo pra favorecer a comunidade. Aí você fica imaginando aí o local, por exemplo, de estacionamento, quer dizer, você tem um supermercado construído entre uma ponte e outra, que poderia ser uma praça, mas não! É um mercado, um supermercado. Então tem tudo isso pra gente discutir, eu acho que logo após ser aprovada essa lei na câmara a gente tem que fazer essa grande discussão e o meu objetivo é chamar pra essa discussão, chamar realmente uma reunião do Conselho, “olha, vamos chamar as entidades aqui, as entidades de meio ambiente, as outras secretarias”. Você tem que envolver a secretaria de meio ambiente, você tem que envolver a secretaria de saúde, você tem que envolver a secretaria de educação, obrigatoriamente a gente não tem que tá no Conselho não, mas a gente tem que envolver o Ministério Público estadual e federal, tem que envolver as igrejas no geral, as religiões aí. É bom que se faça essa discussão com todo mundo. Tem que envolver o Sindicato Patronal, tem que envolver os trabalhadores rurais, tem que envolver os pequenos empresários, os pequenos agricultores, os empresários, tem que envolver os empresários, tem que fazer a discussão. Porque a gente não pode também sectarizar aqui e dizer “não, nós estamos certos e todo mundo tá errado”, então o que nós queremos pra Patos, é isso aqui? É o que a gente vem observando agora das ocupações e nesse encontro da moradia, a própria presidente da SEAP disse “eu não legalizo nenhuma área verde, nenhuma área de preservação ocupada, tá fora. A SEAP tá fora disso aí”. Pronto, não tem documento, não tem nada. Uma posição muito firme, correta.

JORGE SOARES PINTO: Uma posição forte!

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: É! Forte mesmo.

JORGE SOARES PINTO: Senhor Zé Gonçalves, em relação a própria lei, falar pra gente encerrar, essa alteração que tá havendo na lei agora... o senhor acha que a quantidade de membros que tá dentro do Conselho hoje pra debater a alteração da lei, ela contempla a coletividade ou ela precisaria ser um debate amplo para a lei específica? Eu já posso, já vendo na sua fala, que o senhor queria, que o ideal pra o senhor seria um debate mais amplo, com várias pessoas. Já que todos os planos que o senhor fala sempre tem uma organização maior, com mais pessoas, com mais entidades, mas e pra lei? O que é que está acontecendo no Conselho em relação a lei? O Conselho tá aqui debatendo a alteração dela, tem o problema da participação das outras, que eu vi o senhor ligando pra alguém pra ir pra uma reunião, que

deveria tá todo mundo lá. Mas onde está o gargalo desse pessoal não participar do debate da lei em si? Que vai favorecer todos eles, digamos assim.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Acho que...

JORGE SOARES PINTO: O interesse coletivo de todo mundo é a própria lei. Onde tá o gargalo deles não participarem, não estarem ali? E acaba ficando, digamos, entre 3 pessoas debatendo na reunião, por exemplo, 4 pessoas debatendo. Em uma reunião com 5, 3 debatem, digamos assim. Onde tá o gargalo? Se resolvesse isso todo mundo estaria aqui dentro.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Primeiro, falta de conhecimento do que é a habitação, do processo. Segundo, a reunião no horário do trabalho, isso é uma incompatibilidade, a gente presenciou na reunião lá. Terceiro, essas pessoas ainda que colocam, a entidade tal, não fizeram a discussão na própria entidade, às vezes aparece só o presidente aqui, não discute com a base, então fica solto, acha que é mais um Conselho e tá resolvido. E quarto, que a prefeitura quer agilizar pra dizer “pronto! Nós estamos prontos aqui, vocês que não participaram, tudo bem”, a prefeitura quer agilizar, porque vai vir recursos do Minha Casa Minha Vida, vai vir outros programas sociais e o Conselho tem que tá pronto, bonitinho, pelo menos juridicamente, certo? Então eu acho que existem essas contradições, os movimentos sociais, as entidades têm a sua parcela de culpa, não é só a gestão não. A corresponsabilidade tem que acontecer pra que as coisas funcionem bem, não é só massacrar um lado e dizer que o outro tá 100%, de maneira nenhuma! Eu acho que isso tudo vem acontecendo justamente pela morosidade, pela inércia, pela falta de consciência de muitas entidades, do papel importante que deveria cumprir no Conselho, muitos participam por participar. “Não, o que concordar aí eu concordo”, eu já vi isso! Meu amigo, a questão não é essa não, então não precisava fazer reunião, era só levar aí pra você assinar. Quer dizer, e também a falta de conhecimento, nós temos essa dificuldade. Cada um, na verdade, olhando pra o seu umbigo e alguns nem olham.

JORGE SOARES PINTO: E que relação esse momento de agora, momento de debate em relação a lei etc e tal, será que uma publicação maior, uma propaganda maior, uma conscientização maior entre todos os membros, todas as entidades que têm interesse na matéria habitação, será que não seria algo benéfico pra agora ou não dá tempo mais?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Rapaz, eu acho que é uma proposta e eu acho que a gente tem que puxar essa discussão. Eu acho que você clareou, apresentou uma proposta muito boa. Eu acho que a gente tem que fazer essa discussão. Inclusive, sábado nós tivemos uma reunião da UAC, foi feita uma avaliação do nosso congresso e a avaliação desse encontro que nós tivemos, mas eu acho que nós temos que puxar imediatamente a discussão sobre o Conselho. Eu acho até que a gente poderia trabalhar uma audiência pública na câmara municipal, pra fazer essa discussão. Eu acho que o momento é esse, da retomada dessa discussão.

JORGE SOARES PINTO: Certo! Por enquanto é isso.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Tá certo, tranquilo.

JORGE SOARES PINTO: Tá certo? Primeiro, eu queria agradecer ao senhor, deixar registrado o tempo gasto nesse momento aqui é muito importante pra pesquisa, é muito importante pra política de habitação, é muito importante...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Com certeza!

JORGE SOARES PINTO: E pedir, por gentileza, se houver uma necessidade de uma outra entrevista, se o senhor estaria disposto...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: À disposição!

JORGE SOARES PINTO: Ok!

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Até você concluir o seu...

JORGE SOARES PINTO: Tá certo!

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Mestrado, né?

JORGE SOARES PINTO: Mestrado! E eu pretendo entrar no doutorado também, não sei se eu fico na matéria habitação, moradia, mas eu pretendo entrar também.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Pronto, a vontade, a gente combina.

JORGE SOARES PINTO: O plano é participar das reuniões, todas elas, certo? Eu queria ter participado daquela que a presidente estava lá, da SEAP, que teve aí. Queria ter participado, não pude participar, meu menino adoeceu, mas aí o plano é participar de tudo que envolve moradia em Patos nesse ano de 2023. Tem o Conselho, tem os conselheiros, tem as instituições que não estão no Conselho e os eventos de moradia. Eu queria saber o seguinte, eu queria fazer outras entrevistas com outro pessoal, com um pessoal que não está no Conselho, quem o senhor indicaria pra fazer entrevista?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Olha, pra essa questão da moradia...

JORGE SOARES PINTO: Moradia e habitação.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Eu acho que você poderia pegar uma entrevista lá nos sem tetos.

JORGE SOARES PINTO: Certo. Quem é a pessoa pra eu poder chegar lá?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Poderia falar com dona Zenilda.

JORGE SOARES PINTO: Dona Zenilda.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Dona Zenilda ali dos Sapateiros.

JORGE SOARES PINTO: O senhor tem o contato?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: De Zenilda? Tenho.

JORGE SOARES PINTO: E aí, óbvio que eu queria que o senhor fizesse a ponte pra não chegar lá de supetão, “olhe, vai um rapaz da universidade fazer uma pesquisa”. Eu acho que ela ficava mais à vontade pra falar.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: É... 9684-6361.

JORGE SOARES PINTO: 61, beleza! Fora uma entidade que esteja, uma entidade de moradia no sentido de movimento social, uma outra entidade que não esteja no campo dos movimentos...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Pode ser a UAC.

JORGE SOARES PINTO: A UAC...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: A UAC, inclusive, tá na...

JORGE SOARES PINTO: Tá no Conselho?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Tá!

JORGE SOARES PINTO: Tudo certo!

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Anota aí José Ilton, 9188-9849. Ele é presidente da UAC.

JORGE SOARES PINTO: É José?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: José Ilton.

JORGE SOARES PINTO: Eu vi em algumas portarias antigas que tem alguns grupos, por exemplo, aquele grupo de intelectuais, vou chamar assim, que é o grupo, como é meu Deus do céu, GIASP.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: O GIASP.

JORGE SOARES PINTO: Ele funciona?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Tá desativado, né. Assim, mas aí você pode entrar em contato, tem Luciano Dias que é o presidente, GIASP, Luciano Dias.

JORGE SOARES PINTO: É ele ainda?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: É... acho que ele é o presidente. Esse grupo ele é importante, era pastor Franco, João Filho Menegleto [?], uma figura extraordinária. Esse grupo cumpriu um papel importante aqui, mas veja...

JORGE SOARES PINTO: É outra visão em cima do tema, né?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: É, é bom. Luciano pode, eu não sei como é que está. Luciano não tenho aqui o contato.

JORGE SOARES PINTO: Ninguém, o senhor não tem o contato de ninguém?

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não...

JORGE SOARES PINTO: Eu já procurei até na internet e não tem site...

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO: Não sei se está desativado...

JORGE SOARES PINTO: Eu vou procurar melhor. Pronto, por enquanto... eu vou cancelar aqui, cancelar não, parar [a gravação].

ANEXO E – Entrevista com José Ilton Oliveira Batista, no dia 22 de junho de 2023, na sede da UAC, Patos, Paraíba

JORGE: qual o trabalho da UAC?

JOSÉ ILTON: é tentar, porque agora tá difícil esse trabalho, tentar unir as associações no objetivo de conseguir melhoria para as comunidades. Na base da saúde, educação, tudo a gente faz um pouco. É mais cobrar, porque a gente não tem como fazer as coisas nas comunidades porque tudo depende da prefeitura. Nem de vereador. Depende mais da vontade do prefeito e os deputados conseguir recursos em Brasília destinados às obras que a gente reivindica. Geralmente as associações são criadas quando os bairros tão em calamidade mesmo. Não tem galeria, não tem esgotamento, não tem água encanada, energia, porque quando vai se criando as comunidades, não tem anda disso. Os próprios conjuntos que eles faz pra vender, loteamento, essas coisas, agora a Caixa exige...se for pela Caixa, que faça calçamento. Mas o saneamento básico é de péssima qualidade, o construtor procura economizar o máximo. Galeria que devia ser de 60, ele bota de 30, 40. No futuro, vem aqueles problemas, galerias aberta no meio da rua, calcamento estourado, porque bota mais areia do que cimento.

JORGE: E aí essas organizações, quantas organizações tem a UAC

JOSÉ ILTON: Hoje a gente tem 15-16, Patos, região, mas a gente não tem pernas pra ir, meu transporte é uma bicicleta , mas os presidentes [das associações] querem não. Eu ainda tô aqui a muito tempo aos trancos e barrancos. Já foi mais envolvido, o povo participava mais, mas foi conseguindo as coisas, lá no meu bairro onde eu moro mesmo, a gente fazia a reunião no não conseguia fazer reunião numa sala dessa, tinha que fazer na escola, no pátio da escola porque era muita gente. Aí foi conseguindo as coisas e o pessoal foi se afastando das associações. Aí veio os bancos de alimentos que foi quem ajudou a, devido ser melhoria, pra associação foi péssimo. Porque tanto a prefeitura como o banco de alimento do SESC? dizia: vocês, associação entrega o alimento, mas vocês num cobra, a gente num cobrava mesmo, porque era pra dá. Mas o pessoal confundia a associação [UAC?] com o Banco de Alimento e não pagava a mensalidade aí foram se afastando. Os que pagava não recebia, porque são as pessoas aposentadas, pessoas que tem salários e não recebiam doações, mas era quem contribuía e deixaram de contribuir e deixaram a associação. Hoje a gente tá funcionando aos trancos e barrancos. Tinha 33 associações. Em cada bairro tinha um, e tinha deles com mais de um. Os

presidentes foram se acomodando e já tinha conseguido saneamento básico, calcamento, escola, e deixando de [participar]

JORGE: essas associações são por bairro?

JOSÉ ILTON: é por bairro. Geralmente cada um bairro tem associação, embora não ter funcionando. Jatobá tem 4 associações e 2 no monte castelo.

JORGE: essa diminuição na participação das associações se deu por isso ou outro conjunto de fatores?

JOSÉ ILTON: os presidentes [das associações] foram se acomodando. Foram várias vezes e não prepararam outras pessoas pra assumir. A UAC se reuni só com os presidentes. Uma vez no mês a gente se reuni...vem os presidentes pra debater os assuntos pra encaminhar e reunir com os prefeitos pra tentar as coisas, deputados essas coisas, o trabalho da UAC é mais na parte das associações, ajudar a criar no que precisa, ajudar a ver o problema que tá causando e não tá andando. Ultimamente não tem ajuda que dê. A gente não tem dinheiro pra bancar as despesas e muitas associações fecharam porque não puderam pagar o aluguel da sede. A UAC é alugada. Paga 600 de aluguel. Só em 2016 a gente veio conseguir uma subvenção de 1000 reais e continua esses mesmo mil reais até ninguém sabe quando porque a lei é só de mil reais mesmo. Vai chegar um momento que mil reais não vai da. Ainda dá pra pagar aluguel, água...

JORGE: essa subvenção vem de quem?

JOSÉ ILTON: da prefeitura, aprovado em lei pela câmara. Mesmo assim, em 2021, no governo de Dr. Ivanês, no governo de Dinaldo, uns pagava, outros não, em 2021 ficou devendo 4 meses de subvenção, atrasou umas coisas e recorremos a amigos pra tentar sobreviver. Estamos em aperto ainda, porque 4 mil reais pra pagar as despesas, aperta tudo.

JORGE: as associações tem uma taxa fixa ou contribuição?

JOSÉ ILTON: 10 reais por mês, mas nem todas pagam, aliás, umas 3 associações estão em dias. Quando tem um congresso, que foi dia 4 de fevereiro, algumas colocou em dias para participar do congresso, e outras não quiseram participar. Das 30, tem 15 que acompanham a gente e as

outras estão aí, umas correndo o risco de ser fechada, outras que não vão fazer eleição e vão abandonar.

JORGE: a UAC tem estatuto?

JOSÉ ILTON: tem estatuto. Tem utilidade pública estadual e municipal.

JORGE: o Sr. pode ceder pra pesquisa?

JOSÉ ILTON: sim.

JORGE: fora o desânimo, quais os grandes problemas das associações para elas se manterem vivas junto à UAC?

JOSÉ ILTON: eu vejo assim, a tecnologia avançada de WhatsApp, a abertura da imprensa, porque antes o jornalista procurava a gente para entrevistar e a gente ia nos bairros. Hoje manda uma mensagem por WhatsApp reivindicando...aí vem o problema maior não é atendido por nenhuma forma. Isso desacreditou...os vereadores, a gente tem 17 vereadores e mais de 200 candidatos. Eles ficam se movimentando para cada um dizer que fez alguma coisa. Antes a gente fazia movimento público pra conseguir. Às vezes, conseguia...não toda vez, mas com o tempo acontecia. É... a gente era reconhecido, o prefeito dizia...eu lembro que no posto médico [PSF] no início, a gente não tinha nada no mutirão, onde eu moro, era novo, sem galeria, tinha água e energia, não tinha escola, creche, e a gente foi reivindicando e quando tinha a inauguração a gente era chamado: aqui foi uma luta da associação! E o povo ficava satisfeito e participava. Estavam vendo [os resultados], aí no posto médico, mas no Alto da Tubiba tinha. Mas no mutirão tinha mais gente e era a prioridade, a gente lutou e o prefeito disse q não iria fazer a reforma do Alto da Tubiba e iria construir um novo no Mutirão. Na inauguração, tinha 4 vereadores que queriam ser “o pai da criança”. Alguns ajudaram, cada um dissesse que foi ele que conseguiu. A secretaria aí disse que foi a luta da associação que conseguiu...aí os vereadores ficaram [desapontados]. Tudo que é construído na cidade, depende dos vereados, de todos...tem q ter a maioria, geralmente quando o prefeito manda, eles votam...,mas a gente conseguiu tudo lá pela associação. Tem documentos...ultimamente, tive uma reunião com o vice-governador, e a gente pediu o alargamento [alargamento] da ponte do Jatobá. Essa

semana eles estavam medindo...,mas já tem um ofício dizendo que foi a gente que pediu. Se um deputado reforçar, é melhor.

JORGE: esse engajamento...das associações tem a ver com o retorno de imagem dos vereadores?

JOSÉ ILTON: é. quando entra na política...tem deles que nem pisam [nas associações]. Cada um tem um bairro [capital político], mas eles não participam de uma reunião, de uma missa...quer ver eles virem quando tem uma reunião com o prefeito, eles aparecem...,mas quando o povão mesmo...o único que está aqui que já nasceu do povo mesmo é José Gonçalves. Toda vida ele participou do movimento. Foi um dos fundadores da UAC e o sindicato (sindicato dos funcionários público de patos e região). Ele só vive em reunião. Se brincar, o povo não gosta disso não, o povo gosta de quem dá a feira na eleição...

JORGE: como é ser presidente da UAC?

JOSÉ ILTON: rapaz, é meio difícil. Presidente não ganha dinheiro. Só recebe pedrada. Muitas vezes não tem o apoio dos sócios para a luta. os sócios querem que o cara consiga, mas eles querem ficar só numa reunião no mês no máximo. Ultimamente, não sei como vai ficar, vejo que se não melhorar a situação, não tem como caminhar, não.

JORGE: quanto tempo de presidência?

JOSÉ ILTON: a última vez q teve eleição foi em 2016. Teve a pandemia...que era pra ter sido em 2020...por causa da pandemia na fizemos eleição...agora em fevereiro [de 2023] fui reeleito pra mais 4 anos [até 2027]. Já tinha sido 2002-2006, 2009-2016...o pessoal não se dispõe porque tem muita cobrança e o cara não pode fazer nada...

JORGE: aqui é uma vez por mês?

JOSÉ ILTON: é. É aberta a reunião no 1º sábado às 16h. esse mês é só a diretoria. A geral só em setembro. Que vem visitante, associações, todo mundo...É intercalando...tem 33 diretores...,mas não vem todos. Tem associação q tem dois diretores até 3, mas nunca vem tudo. A gente reúne a base da diretoria...presidente, vice, tesoureiro, vice e secretário, dir.

comunicação, dir. moradia, dir. de meio ambiente...não vem todos. Até aqui que tem deles que só vem se a gente for buscar ou pagar a passagem.

JORGE: acaba prejudicando o engajamento e a força.

JOSÉ ILTON: falta de interesse...

JORGE: os presidentes antigos, o Sr. tem contato com eles?

JOSÉ ILTON: menos esse que morreu

JORGE: os presidentes antigos participam?

JOSÉ ILTON: participam. Só não o Viana. Ele teve adoentado e também não combinava com algumas coisas que a gente fez...(disse isso procurando falar as palavras certas, gaguejando e com a fala arrastada, meio que se esquivando...)

JORGE: esse encontro de moradia, foi proveitoso ou só protocolar?

JOSÉ ILTON: a gente tava cobrando uma melhor distribuição das moradias [referente ao São Judas Tadeu I e II]. Os vereadores ficam colocando quem quer e os que precisam ficam de fora. Na realidade, hoje em patos, se tivesse 10 mil casas era pouco...tem gente que se der uma casa, ele vende...trocaram em geladeira, moto, e tão atras de outra casa. Mas a necessidade é grande. No bairro que eu moro foi feito de forma do mutirão. O governo deu o material e a mão de obra foi por nossa conta. Uns ajudou os outros. Quem era pedreiro sentava tijolo e até mulheres...,mas a humanidade é aproveitadora...tinha tanta mulher separada...que quando botaram as portas, os maridos chegou...tava viajando...dá vontade de derrubar...(risos).

JORGE: qual foi a resposta do governo nesse encontro?

JOSÉ ILTON: a gente queria que fosse melhor a distribuição...que as pessoas que tivesse casa, não recebesse. A resposta foi que o controle é da Caixa. E eles não pode interferir, mas ia mandar uma lista e até agora não chegou das pessoas que, enquanto não fechasse o contrato, o governo podia fazer alguma coisa, trocar os nomes, e as associações denuncia casos irregulares

e eles [governo] trocam...,mas é difícil acontecer porque a lista até agora não aconteceu...as pessoas estão sendo visitadas...realmente precisa e outras a gente não sabe quem foi pra acontecer que foram indicadas. Porque tem muitas pessoas que recebem que nem aqui estão morando...aí recebe e aluga. A prefeitura diz que não pode fazer, a associação também não porque é com a Caixa. Quem pegou a casa, tá pagando por ela...vai ser construído outro conjunto, parece 500 casas, fora o SJT, perto do SJT, aí disse que a associação vai ter a oportunidade de dá algumas indicações.

JORGE: o critério da prefeitura é aluguel social, deficiência...,mas quem mora em área de risco tem menos prioridade?

JOSÉ ILTON: era pra ter porque esse pessoal que recebe essa assistência da prefeitura, eles são pessoas que a casa caiu que recebe o aluguel social. No Itatiunga ficou gente de fora, no SJT provavelmente vai ficar também...fica os arrumadinhos.

JORGE: como as associações reagem quando essas informações são repassadas pela UAC?

JOSÉ ILTON: eles ficam com esperanças, sempre ficam. A gente tem dois assentamentos sem-teto: no Serrote Liso e no Sapateiro. A gente conseguiu construir umas casas pela prefeitura com os vereados no 1º governo de Lula. Inclusive o presidente da associação de lá morreu e também não fez eleição e tá sem presidente...também não sei se alguém vai querer...é outra luta também [alguém querer ser presidente de associação]. As associações estão devendo na Receita...José Gonçalves botou algumas emendas pra associações e pra UAC. A prefeitura exigiu tanto documento que não tem como a gente conseguir esse documento. A UAC foi feita só pra organizar as outras, fazer um elo maior pra conversar com o prefeito, deputado, governador...já teve reunião com esse povo todo. Quando tá todo mundo, eles sempre dá mais ouvido, fica mais fácil ouvir a gente. Mas ultimamente as associações, querendo entrar na política, até atrapalhou...os presidentes que se candidatou nenhum foi eleito inclusive, eu mesmo me candidatei (José Ilton) pelo PHS (solidariedade). Eu tinha entrado a pouco tempo na associação, não tinha nada, nem nome e pouco dinheiro. Um contator meu amigo me deu 2000 santinhos (R\$). Eu tinha 100 reais e gastei os 100 (risos!). Tirei 68 votos, só na minha comunidade eu era conhecido...(risos!). O povo fica cobrando...pobre se meter em política só pra sofrer...

JORGE: esse engajamento das associações [na política] prejudicou o geral, a luta?

JOSÉ ILTON: prejudicou. não tem como. Porque se eu sou candidato do lado do prefeito. O prefeito pode deixar de fazer tudo e eu não tenho moral pra cobrar. Se for contra e se vender pro prefeito, também é a mesma coisa. Aí fica aquele negócio. O cabra só quer arrumar pra ele e esquece a comunidade. Porque o presidente da associação tem que ser assim como eu: não ter nada. Porque se eu for pensar em mim, eu vou conseguir ajeitar minha casa...aí o que é dos outros, quero nem saber, se tem ou não tem, tô nem aí, fica sem moral pra cobrar as coisas. A gente teve época aqui na UAC que a gente nem podia fazer reunião na política [período de eleição] com tanto comício...passeata...a prefeitura querendo envolver a UAC...na passeata de Zé Maranhão, o secretário disse: mas rapaz, o Sr. vai fazer uma reunião no dia da passeata de Zé Maranhão? Por volta de 2008...Nesse período, a gente tava se reunindo bem com os presidentes, era na associação da mulher, a gente tava se reunindo bem, todo mundo participando e as associações funcionando...aí o secretário era Dr. Marilson: mas zé Ilton fazer reunião no dia da passeata? Eu fiz a reunião, o pessoal vieram, e alguns acompanharam a reunião e a passeata...foi uma reunião rápida, a gente fez a reunião ordinária que tem que fazer?

JORGE: a UAC tem representante em vários conselhos do município...

JOSÉ ILTON: quase todos. Não tem mais no da Criança, assistência social, porque alegaram que a UAC não trabalha com criança, assistência social.

JORGE: como o Sr. avalia a UAC nesses conselhos.

JOSÉ ILTON: ultimamente, esses conselhos só é pra cumprir...[tabela]

JORGE: já teve um tempo mais...

JOSÉ ILTON: já. No de alimentação escolar a gente foi bem participativo. A gente conseguiu contactar desvio de verba até teve diretor que a gente tirou do conselho teve uma diretora do Zé Mariz que o marido dela era agiota e tava agiotando com o cheque do conselho aí a gente, nessa época era Zé Mota e ele era rígido, quando o conselho achava um problema, ele resolvia....mas ele saiu e foi mudando de prefeito e hoje é só o povo do prefeito....antigamente, a gente tinha uma boa participação e hoje eles limitaram. Ai a maior parte que era pra ser da sociedade civil, eles colocam como sociedade civil, mas funcionários da prefeitura...veio agora a conferência

da assistência social, 13, 14 de outubro, já mandaram um ofício pedindo 1 nome de uma pessoa só [da UAC] vai ser uma conferência da maior parte do pessoal do município...contratados, o que o prefeito quer...fica difícil. Mas as coisas parecem que vai andar, com Lula, ele sempre cobra que a participação do povo...já vi dizer que na parte do forro e cultura ano que vem vai ser diferente, vai vim verba pro município, mas 80% da verba será para contratar artistas da terra e lasca esses outros, o São João deixou de ser São João e é mais sertanejo...agora, a culpa não é do prefeito também não, é do povo. Porque esse povo novo não quer saber de...

JORGE: Luiz Gonzaga...

JOSÉ ILTON: é.

JORGE: a UAC tá no conselho de habitação e nunca saiu...

JOSÉ ILTON: teve um tempo que não funcionou e reativaram agora novamente. Nesses conselhos, até vereadores tinham acesso. Teve alguns que...Na habitação, Zé Gonçalves ficou...na merenda, tinha um vereador que foi tirado. Quase todos aconteceu...

JORGE: esse tempo topo do Sr. presidente, como é no conselho de habitação?

JOSÉ ILTON: tem a participação de Zé Gonçalves e ele cobra muito. Agora, um conselho que a prefeitura precisa muito é o CONSEA...a prefeitura manda o projeto pro conselho e se a gente ver se tá bem elaborado, a gente aprova...mas a gente faz uma emenda se não tá bom e volta...mas geralmente a gente aprova porque beneficia a zona rural e o produtor e não tem como a prefeitura desviar...até a gente teve uma discussão com a secretária da época, Elena e Pedro Leitão, secretaria de governo e Ação social...ai tava se criando o conselho de economia solidaria e economia solidaria aqui nunca funcionou, mas foi liberado 300 mil reais...para projeto de criar tela para prender galinha no assentamento do Patati do Assaré. O aterro sanitário, já teve venda umas três vezes e o pessoal do lixão comprar umas maquinas...a gente tá na luta nessa questão da distribuição das moradias, como tá sendo feito, a estrutura se tá bem feita, nas entregas da casa, mas muitas vezes a gente não é chamado pra olhar.

Ao sair, deparei-me com um banner indicando os municípios da região circunvizinha que faziam parte da UAC. José Ilton relata que, do início da UAC até 2008, a participação comunitária das associações da região era bastante ativa.

Ao fim da entrevista, José Ilton mostrou atas e documentos das reuniões, encontros e conferências em que a UAC se envolveu, inclusive nos diversos conselhos municipais de Patos, aqueles que ela ajudou a montar. O CONSEA foi um exemplo citado por ele e que recebeu forte resistência do então prefeito, Dinaldo, relata ele que “juntou o povo e conseguiu”. Outro conselho em que “foi uma luta” foi o da Mulher. O Conselho Municipal do Direito ao Idoso. Era um conselho atuante, mas o “povo não queria”. Outro importante que acabou e há previsão de retomada das atividades era o Conselho do Orçamento Democrático do Estado em que “muita coisa dele vinha da população”. Ele expõe o desejo de se candidatar a uma vaga mais uma vez e autoconstrói a sua imagem de liderança em tom de risos: “eu gosto de trabalhar de graça mesmo!”.

Enquanto ele descia pastas e pastas de uma estante antiga, contendo os documentos de vários Conselhos, em uma sala cheia de objetos utilizados no “campo da luta”, como, caixa de som amplificada, bandeiras do MTST, bandeiras de sindicatos, e outros a perder de vista pelo esforço não recompensado completamente da organização da pequena sala, ao fundo, podia ser ouvido uma convocação para uma reunião nas dependências do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região – SINFEMP, que fica em frente à UAC, do outro lado da rua, presidido pelo vereador José Gonçalves, fundador da UAC nas campanhas pela implantação do piso nacional salarial da enfermagem e categorias correlatas. Na calçada da UAC, assistindo a reunião no sindicato, os relatos finais do que já não era mais a entrevista propriamente, José Ildo tece comentários soltos, porém conectados de alguma forma:

“Agora, aí entra muito dinheiro, talvez mais que a prefeitura. Fizeram esse prédio ano trasado e estão fazendo um auditório aí, já está coberto e tá em acabamento. Entrar na presidência desse sindicato dá trabalho. Quem já tá no poder não [sai]. Vai construindo direitinho pra não sair nunca. Aí só entra quem Zé Gonçalves quer”. Em seguida, ele pondera: “Dizer a verdade, ele trabalha. Ele cobra mesmo. Vai conseguindo”.

Então ele muda o foco dos comentários para o Sindicato Rural de Patos indicando os retornos que não se restringem ao campo político: “o caboclinho que é do Sindicato Rural já tem meio mundo de coisa em João Pessoa. O padrão de vida dele é outro”. Em tom comparativo, comenta que José Gonçalves tem atuação política e social no “padrão de ajudar as pessoas”, de “lutar pelas pessoas”. E emenda indicando o medo do fundador da UAC em não se eleger nas

próximas eleições, levando a entender que o estilo “ajudar e lutar” não é recompensado em votos porque “o povo não ajuda” e conclui o raciocínio atestando o reduto eleitoral e a potencial vitória de José Gonçalves instrumentalizados pelo poder de alcance do sindicalismo: “Ele não precisava mais de ninguém com esse sindicato. Tem três mil sócios [sindicalizados]”.

ANEXO F – Transcrição da entrevista com Elizabete Barreto de Oliveira, realizada dia 15 de agosto de 2023, na sede da UAC, Patos, Paraíba.

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: A UAC é a “mãe” das [outras] organizações no movimento comunitário. A UAC comanda as associações. Nós dependemos da UAC. Todos os movimentos que acontecem nas associações, têm que passar por aqui. Respondemos que a UAC manda. Nós temos muitas dificuldades nas associações. Não temos apoio. Não temos estímulos. Nós é que vamos atrás. Os sócios não tão nem aí. Vamos atrás pra cobrar. Poucos pagam a UAC. Se eles não recebem, a gente também não recebe. Entra no déficit. Por sorte, temos uma contribuição. A UAC terminou 2022 desse jeito [no prejuízo]. É uma luta.

JORGE SOARES PINTO: Como a Sra. entrou no mundo do associativismo comunitário.

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: Eu entrei através de Gonsalves. Acho que todos nós entramos por ele. Porque ele já vem na luta muitos antes. Eu morava no Juá Doce, onde ele é presidente. Ele foi me convidando pra assistir reunião na associação enquanto morador eu fui pra associação. Quando você entra, parece um vício, quanto mais você entra, mais você vai gostando, se adaptando, conhecendo mais. Faz mais de 20 anos na luta, sindical, de partido...Gonçalves vivia nesse movimento comunitário. Depois, comecei a entrar na diretoria, fazendo o trabalho que gosta, vai trabalhando mais. Fazer um trabalho que seja reconhecido através de trabalho que venha a melhorar a comunidade. Saí do Juá Doce e fui pro Belo Horizonte. Já fui secretária de lá. Passamos dois ou três no BH. Quando a presidente de lá saiu, pra não deixar a associação morrer, formamos um grupo e voltamos a fazer com que a associação trabalhasse. Sou presidente de lá, mas vejo as dificuldades que enfrentamos. O pessoal não quer, não tem ânimo, estão desmotivados, só querem participar se tiver algo do interesse, se eu tiver algo pra ofertar, caso não, só fazem cobrar, e muito, mas na hora de agir, da luta, não chega junto. Tanto na questão de participar da reunião, tanto na mensalidade, precisamos dos sócios. Quem paga a associação sou eu, aluguel da casa do BH sou eu. Todo mês. Aqui na UAC sou eu. Eu tiro do que é meu pra ajudar e o pessoal está nem aí? Só terminar esse mandato e não quero mais. Quero ser só filiado.

JORGE SOARES PINTO: o desânimo é atribuído a quê?

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: essas políticas públicas que não saem. Vamos reivindicar..., mas e aí? Quem vai ajudar? Quantos ofícios mandamos pra Prefeitura, pra ajeitar uma galeria, fica a cobrança [dos associados] muita gente deixou de ir pro trabalho com a gente, ir pra luta, muitos tem programas como o Bolsa Família e facilita...não vão pra rua. Pra eles irem pro movimento, um “gato pingado” de gente. Isso desestimula a gente. Tínhamos os alimentos para as associações. Hoje cortaram, aí as pessoas vão atras. A gente tem a associação que tá aproveitando uma entrega de alimento pra fazer uma reunião. Aí fica complicado pro movimento crescer. O povo não tão nem aí, não tão ligando. Já foi um tempo mais vivido, de garra, a gente ia pra luta. Mas hoje...se a gente chama pra ir pra uma audiência com o prefeito, eles vão. Porque querem pedir benefícios próprios pra eles.

JORGE SOARES PINTO: quando foi presidente da UAC, como era ?

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: da mesma forma que estamos hoje. Os presidentes desestimulados...se você vir pra uma reunião, só tem problemas. Pra se resolver e conquistar, tem que tá unido. Porque se não for, fica difícil. Aí vem a questão dos políticos, dos vereadores...na eleição, eles vem e diz: eu te ajudo, mas quando passa, desaparecem. Tu vai apoiar, mas termina a eleição, somem. Não todos, mas tem. Isso desestimula. Muita gente não quer trabalhar...

JORGE SOARES PINTO: a senhora já se candidatou ou recebeu convites?

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: eu prefiro ficar de fora. A gente já tem partido, melhor não. Um dia, quem sabe? Mas não agora.

JORGE SOARES PINTO: qual partido.

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: PCdoB. Tem presidente que tem partido, tem os que não tem, aqui na UAC não visamos partido, visamos ajudar...qualquer partido. José Ilton não é filiado. Já fui do PCdoB.

JORGE SOARES PINTO: Quando essa questão entra aqui?

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: Não entra. Quando se coloca política nisso, fica complicado. A UAC é independente. Não pode ser ligada a um candidato. Quando se liga, morreu. Será diferente. Fica só na linha do político.

JORGE SOARES PINTO: Viana se afastou?

ELIZABETE BARRETO DE OLIVEIRA: ficou independente. Entrou na UMAC, mas também se afastou. Ela tá do mesmo jeito [da UAC].

ANEXO G – Transcrição da entrevista com Veridiano da Silva Martins, 15 de agosto de 2023 no Centro de Comercialização de Couro e Calçados de Patos, Paraíba

JORGE SOARES PINTO: Como o sr. entrou na questão comunitária?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: Entrei por acaso. De conhecimento do curso do SEBRAE pro setor calçadista aí migrei pro setor comunitário. A gente participou de vários cursos e depois participamos de uma cooperativa de como funcionaria uma associação comunitária. Depois, a gente criou a associação de moradores carentes do bairro Santo Antônio. Aí fundamos a União das Associações de Patos e Região (UAC). Fundada por Pio, radialista, com apoio da igreja, deu suporte. Como a gente também gosta de fazer palestra, damos no movimento comunitário dentro das associações: Morro, Liberdade, Vila Cavalcante, Rua do Meio, Zé Mariz, Alto da Tubiba e Mutirão. Criamos a UAC e daí nos tornamos líder. Fui presidente da UAC junto de José Gonçalves (presidente da Associação do Juá Doce). Partimos pra fortalecer as associações urbanas e criando projetos e organizações internas das associações...sem muita ajuda, funciona normalmente. Saí por questões da associação e sindicato dos barraqueiros, mas também me meti na política, fui pra Maturéia e depois pra Quixaba e São Mamede...criando associações. Fundamos uma Maturéia, Vista Serrana e Quixaba. Num município pequeno, criava uma pra não ter desavença, só se fosse coisa de diretoria. Faço esse trabalho junto com advogados...a gente tem outros trabalhos (alimentação nas associações do SESC). A prefeitura tirou o PAA e foi direto pro CRAS. Também faço parte do CRAS. A gente trabalhou na pandemia com uma ONG: FALCÃO, com 150, 250, 350 e 600 reais dependendo da família. Trabalhamos em Maturéia com 3 mil botijões doados à comunidade rural e Urbana.

JORGE SOARES PINTO: o s.r. é o que aqui [local da entrevista]

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: Aqui eu sou presidente da Associação dos Sapateiros de Patos, que eu sou presidente, Centro de Comercialização de Calçados de Patos. Projeto nosso: da Associação dos Sapateiros feito o projeto de nossas ideias, como a Fábrica Escola, e Associação de Moradores que se reúne aqui...fui vice da Associação das Quadrilhas...a gente se reúne na Ass. dos Sapateiros.

JORGE SOARES PINTO: E a UAC?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: passei 4 anos. Agora é Ilton. Porque ninguém quis mais. É muito trabalho. Você pega de Junco do Seridó à Cajazeiras, de Princesa Isabel à Patos...controla pelas reuniões marcadas nas cidades. Como eu sou muito, muito ocupado e toma meu tempo, preferi ficar mais no sapateiro e liderando o Santo Antônio, sou fundador, minha esposa presidente e depois ficou só eu até agora...

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: nós temos acesso 100% à imprensa de patos. Temos parceria com a FIP, estágio de jornalismo.

JORGE SOARES PINTO: quando o s.r. foi presidente da UAC, como era?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: no meu tempo pra traz...só a UAC hoje tá pecando agora, com Zé Ilton. Zé Ilton, apesar de ser administrador, não é um grande administrador. Falta o debate dentro das associações, falta ele participar mais de dentro das associações...ele não vai. já eu fazia, diariamente, dentro das associações...tanto com as diretorias da Associação. Quanto também com o povo. Porque é o foco maior...a gente tinha vários projetos pra melhoria do movimento comunitário, feito pelo PNUD, grande projeto, fortalecendo, trazendo contador e advogados gratuito, aposentando pessoas no tempo que tem dificuldade de acesso...ai tinha advogado que a gente tem até hoje no santo Antônio até hoje, e programa de rádio de 2h na Itatiunga radio sertão AM no domingo de manhã...projeto de rádio que denunciava galeria, calçamento que precisava, e também trazendo cultura pra dentro das associações, levava sanfoneiro pra palestras...a gente tinha vários projetos que envolvia tudo...a gente tinha curso de artesanato, fui um grande líder de curso, liderava 50 pessoas, também me parou no tempo, dentro da associação, tenho perfil...transformar resto de material de couro e transforma em brinco, anel, chaveiro...

JORGE SOARES PINTO: saiu da UAC?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: Saí sem briga, da diretoria, só parcialmente afastado, mas não por questão de brigas...como presidente, é o tempo. É normal a discordância, de opiniões...ai não aceita a minha e aceita a deles. Nunca houve brigas. Tenho respeito e carinho pela UAC. Queria migrar pro sindicato mesmo (segmento não comunitário). Quis vir pros

barraqueiros, é mais de rua, pegado...outro perfil. É muita coisa. Quero só ficar agora aqui e só no setor de calçados e lá no santo Antônio e no polo coureiro-calçadista que tem as duas associações dos sapateiros. Lá eu falo comunitário (moradores do bairro) e sapateiro (registrado como sindicato, categoria profissional). No setor habitacional pros moradores e no setor industrial (galpões)...luto por moradia, consegui duas pessoas na marra, converso com Mila e o governador, já houve caminhamento.

JORGE SOARES PINTO: já se candidatou?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: fui em 2002. Penso em não entrar...quero do jeito que sou, voluntariamente. É muito exigido. Patos não vota [nos seus]. Não sei como Zé Gonçalves conseguiu. Eu votei nele 3 vezes. Essa última não votei porque tinha um filho candidato...não chegou nem no cheiro, mesmo com o trabalho que a gente tem...sou filiado da REDE, uns 6 anos, fui do PT, até tesoureiro, fui pro PMDB e eles fundaram o REPUBLICANOS e fui pra REDE. Que se reunia aqui na associação, ficou mais fácil. E tem reunião. no PT era bem ligado aos associados...,mas deixei. É muito difícil o PT. Ele é fragmentado. Cada um quer uma coisa.

JORGE SOARES PINTO: como o senhor ver o movimento?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: hoje é negativo. Não tem saída, a maior parte de convivência com os outros municípios. Os congressos acabaram-se. Era onde se reunia pra discutir o movimento nos congressos e tirava um plano para a cidade. Se o congresso fosse em um município, a gente produzia um plano pra ele no movimento comunitário. Era vivo. Acabou-se. Ele não viaja [se referindo a José Ilton, atual presidente da UAC]. Ele não procura esse diálogo. E Zé Gonçalves que migrou pra política e ficou sem tempo. Aí tem o sindicato que ele não larga mão e a política...faltou tempo dentro das comunidades. Como é que está Condado hoje? Mas toda semana você me via, Santa Luzia, São Mamede, Junco, Areia de Baraúna, Quixaba...é isso que tá faltando da UAC: fazer o projeto e fortalecimento das entidades...não tem mais nem aqui [Patos]. Uma média, tem uma diretoria com 23 pessoas da UAC, esses 23 porque não sai pra dá uma palestra, no próprio Mutirão que é Zé Ilton, que nem presidente de lá ele é...a sede tem, quantos estão participando?

JORGE SOARES PINTO: o que precisa pra revitalizar?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: Precisa de um projeto de ajuda ao movimento comunitário, palestra, convivência, ensinar a comunidade...e a associação tá com 8 pessoas...a nossa associação tem umas 30-35 por semana eu sustento...

JORGE SOARES PINTO: o engajamento no seu caso, é porque?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: falta de projeto dentro da própria comunidade. O que é que tem no Zé Mariz, o que pode funcionar dentro de lá pra fortalecer a associação. o morro tem uma sede, e ainda doada por um advogado, Romero...quase abandonada...9 ou 10 na reunião. tem que trazer a comunidade e discutir...porque até maquinário lá tinha de costura...o perfil da comunidade, o que falta aqui? Isso que fortalece, mas não tá tendo. Nem tem na igreja, nem tem na comunidade. Falta se unir todos e fazer um projeto com os associados. Quem são os perdidos, porque não vem? Hoje tem muitas associações funcionando por causa do SESC distribuição de alimentos, falta os cursos de manicure, depilação, cabelo, costura, fazer cocada, brigadeiro de festa, fazer cooperativismo e ganhar tudo junto...tudo é pra trazer investimento pra ter retorno dentro da comunidade, feirinha dentro das associações, só Creuza. A UAC deveria liderar isso daí. Era pra escolher uma comunidade e fazer um projeto piloto...se fizer isso, cresce. Volta como era. A gente viajava pra são Paulo, Brasília, discutir...atrás de benefícios...pra que serve a CONAM? A UAC é associada a CONAM? O que ela já trouxe pra cá? Só a camisa dos congressos, mas o dinheiro, ela quer...,mas não vem. Sousa e pombal tem um grande projeto comunitário (se referindo a união das associações). Já teve um movimento grande antigamente. A gente pacífico, sem prisões, a gente conquistava casas populares invadidas, sem tocar fogo, sem depredação, entrava dentro do município com aquela força [no sentido de um número expressivo de pessoas juntas] ajeitava uma comissão e ia falar com o prefeito. Tudo ia pelo movimento comunitário organizado. Hoje não existe parceria com nada. Antes tinha educação de alfabetização. Hoje pelo sapateiro, a gente tem o setor de habitação, indústria, curso de técnico de calçados, colocamos um dos nossos em campina pra aprender...a luta que era do movimento comunitário eu fazia aqui nos sapateiros. Esse [prédio do polo de comercialização de calçados] último foi no tempo de Ricardo e chegamos com João Azevedo. E eu tenho um projeto do movimento comunitário que deveria ser e não foi. Insisti e não saiu do papel. Insistir, mesmo fora da UAC, mas Zé Ilton não reage. Falta só um pouquinho de força e cabeça: ir na comunidade, fazer com o que o presidente acredite, até mexer com minha cabeça também. Muitas associações [da UAC] estão isoladas. Falta trazer um líder pro setor comunitário, novas ideias. Tem bairro que tem duas associações.

JORGE SOARES PINTO: a UAC é regional, mas tem comunicação com as cidades vizinhas?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: Não tem. Não sai mais daqui. Eu quero ver Zé Ilton em uma associação à noite. Nem em confraternização. É interessado a ficar na sede, e você não pode ficar somente na sede...

JORGE SOARES PINTO: Porque ainda existe uma organização como a UAC?

VERIDIANO DA SILVA MARTINS: Zé Gonçalves é quem sustenta em tudo! Sustenta Zé Ilton e todo um...[dando ideia de abrangência grande]. Gonçalves é quem comanda. Se você chegar hoje com uma linha dentro da UAC, você tem uma barreira grande, um boicote dele. Eu era cabeça de retornar como presidente e Creuza como vice. Uma chapa boa. Foi boicotado dentro do congresso. E todos que se metem na linha dele, ele tira porque tem maioria, até pelo partido. Todos que são ligados dentro da UAC são do partido PT que era PCdoB (relação a Gonçalves). Se eu quiser hoje da reunião da UAC, é normal, porque eu sou filiado ainda. Eu não consigo. Posso conseguir só se for agregado a eles, ou faz o que ele quer e eu não sou mais assim...só não na ideia de boicotar...não é meu perfil. Só é presidente se zé Gonçalves aceitar. Zé Ilton não desaparta dele. Já houve uma briga grande entre eles (Ilton e Gonçalves): UAC e UMAC. Uma confusão enorme. Eu era vice-presidente da UMAC. Zé Ilton ficou isolado pelo grupo de zé Gonçalves. Isolemos zé Ilton, eu era do grupo de Gonçalves. Foi briga nas rádios. Pouco mais, fez uma grande diretoria com mais de 50 pessoas...cadê a UMAC hoje? Funciona dentro da UAC. Era uma briga com Zé Gonçalves e Zé Ilton. Gonçalves fundou a UMAC. Zé Ilton estava perdendo lideranças nessa briga e recuou. Ele foi contra, mas depois se juntou. Terminou meu mandato na UMAC e não quis mais continuar, nem da diretoria, fiquei fora completamente. Porque a UMAC não avançou. Fez reunião com secretário, discuti bem, mas o prefeito “cala a boca” que sempre acontece. Bate, bate, batia lá e o prefeito calou a boca deles. É inaceitável. Não é meu perfil. Sou mais ficar afastado...por isso que hoje eu prefiro ser independente. O movimento comunitário está parado por várias questões. Eu estou sempre no movimento: eu levo palestra no dia do tabagista, sempre me agrego com o pessoal do AA, levo mensagem, prendo lá, trago pra cá, deixe de fumar e beber...a prostituição, a gente trabalha essas palestras. Eu não saio de uma reunião, “esse homem é chato”. Eu cobro muito. Mas quando eu vejo três ou quatro pessoas a minha procura, eu já tô satisfeito. Trabalho com a ótica ouro com 50% de desconto para as associações, próteses, retirada de documentos, desconto em

tudo. Todos esses processos a gente tem discutido aqui pra melhoria. Até hoje. Corremos pra aposentar as pessoas com uma ONG de cidadania. O grupo quando veio, veio pra UAC. E a UAC me indicou e eu peguei. A gente abraçou. Ao invés da UAC abraçar, veio pra mim.

Com o gravador desligado, perguntei qual era seu projeto pro futuro? Ele respondeu: “um conjunto industrial para o pequeno produtor (construção de galpões) e 134 unidades habitacionais no Novo empreendimento de habitação social, o São Judas Tadeu I e II”.

ANEXO H – Transcrição da entrevista com Josemila Maria Gomes da Nóbrega Candeia, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Habitação de Patos, PB em 15 de abril de 2023

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pode vir, viu?

JORGE SOARES PINTO: Tranquilo, secretária. Licença!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É assim, aqui é calor, mas se a gente ligar aqui ó o barulho.

JORGE SOARES PINTO: A senhora que sabe, tá tudo certo aqui.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Oi, Neto! Estás por onde? Tá doente? Sim, trabalhou a noite todinha! Você tá na sua casa no “sapateiro”, é? Tu tem moto é? Ou é a pé? Se você pudesse vir aqui na secretaria de Desenvolvimento Econômico, na minha sala, pra gente ver, porque segunda-feira começa. Eu já conversei com Lira e ele já disse as pessoas que repassaram, que não abriram, aí as caipifrutas ele não tem, ele disse que não sabia. Hein? Pronto, eu tô esperando você, viu? Tá, tchau.

JORGE SOARES PINTO: Tudo bom? Correria, né não?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É, eu tava numa reunião, por isso que eu não atendi...

JORGE SOARES PINTO: Eu disse “não, vou dar um toque”, ela vê, aí desliga, aí pronto. Tá resolvido, porque aí ela sabe que eu tô por aqui e não dou uma furada na hora que...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Exato! Vamos lá, pode ficar à vontade viu?

JORGE SOARES PINTO: Tá certo, secretária. Ó, aqui é a pesquisa, né? Que a gente tá fazendo, que eu já participei, eu tô torcendo pra que tenha mais reuniões do Conselho esse ano, até dezembro se tiver...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Vai! Com certeza tem, tem que ter.

JORGE SOARES PINTO: A expectativa é de que, quantas reuniões mais ou menos? Chutando, assim, no geral.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Olhe, o que a lei diz, o estatuto da lei diz o quê?

JORGE SOARES PINTO: Sobre?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Você viu? Sobre reuniões. Sobre as reuniões, ele tem. Eu não mandei a lei pra você?

JORGE SOARES PINTO: Sim! Que é o projeto, né? Vai pra câmara, a câmara pode ainda dar uma mudada, né...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: A lei... ela não vai dar mudada não. Quando chega lá...

JORGE SOARES PINTO: Já passa, né?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Do jeito que tá ali... o estatuto, ele tá dentro dessa lei, porque não tem estatuto. Então no caso ele diz aí o número de reuniões.

JORGE SOARES PINTO: É! A minha pergunta não é nem pra saber o número de reuniões, é pra saber, assim, se tem expectativas de ter mais reuniões até dezembro.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pode colocar umas 5 reuniões!

JORGE SOARES PINTO: Que aí também eu quero participar logicamente, que aí faz parte da pesquisa.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É, acredito que ainda aconteça.

JORGE SOARES PINTO: Tudo bem, tudo certo. 5, 4, 5 pra mim...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Com certeza! Daquele dia pra cá já teve 3, né? Teve 2 lá e 1 ali, né. Você não participou lá não né? A primeira.

JORGE SOARES PINTO: A primeira desse ano, não...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Foram 2 ali e 1 lá. Foram 2...

JORGE SOARES PINTO: São 3 esse ano, eu participei de 1.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, foram 3, entendeu? Pra resolver... aí quais foram os componentes? Os componentes foram os que você viu, governamentais e não governamentais. Os não governamentais foram onde teve o processo que a gente teve que refazer, e tirar o governamental que era a procuradoria do município, né? Pronto, exato.

JORGE SOARES PINTO: Tudo certo. Agora, vamos tratar agora exatamente. Vai ser rápido pra não tomar muito tempo da senhora, mais questões da secretaria e da política de habitação. Aí coisa do Conselho também a gente pode, a gente faz em outro momento, né...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, tranquilo!

JORGE SOARES PINTO: A primeira coisa que eu queria saber é o seguinte, o Conselho... ah, desculpa, só pra eu ter uma noção, sempre teve conselho gestor do fundo, mas o Conselho de Habitação...?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Também. Tinha também.

JORGE SOARES PINTO: Sempre teve?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Sempre teve.

JORGE SOARES PINTO: Porque eu acho que a lei tá falando de criação do Conselho...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Mas não é! A lei é de criação, mas foi a alteração da lei, não era criação da lei. Era a alteração da lei somente, mas já existia.

JORGE SOARES PINTO: Sei, certo... eu queria documentos disso aí.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Mas eu não te mandei?

JORGE SOARES PINTO: Não, mas ali foi só a lei! O projeto de lei. Aquele projeto que a senhora mandou foi o projeto de lei.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não, tem o anterior! Bem anterior a lei...

JORGE SOARES PINTO: Uma lei antiga?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Eu mandei. A lei antiga.

JORGE SOARES PINTO: Pela ouvidoria ou direto pra mim?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Eu mandei pra lá. Eles não entregaram nada pra você não?

JORGE SOARES PINTO: Só mandaram um texto pra mim, um e-mail, um texto com um PDF, que é uma lei do município, mas aquela lei é do fundo. Essa é a minha dúvida nesse momento agora, uma coisa é o fundo de habitação... e outra coisa é o Conselho.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: E outra coisa é o Conselho. Isso!

JORGE SOARES PINTO: Porque o fundo vai tratar de recursos do município, só o município, o líquido do município, beleza. O Conselho não, ele já trata de coisas do município, mas, por exemplo, vem uma coisa federal...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Mas o que eu mandei pra você, não era do Conselho?

JORGE SOARES PINTO: É do município, é do fundo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não, mas tem o do Conselho também. Eles estão juntos, a criação do fundo e do Conselho.

JORGE SOARES PINTO: Os mesmos conselheiros?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Era!

JORGE SOARES PINTO: Os mesmos conselheiros do Conselho e conselheiros do fundo, conselho gestor do fundo de habitação...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Era! Eu já peguei assim. Entendeu? Não fui eu que fiz nem...

JORGE SOARES PINTO: Não, a intenção não é nem ir lá pra trás pra ver como criaram, como, não! A intenção é partir do que tá agora e pra frente.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: A lei era essa, o fundo e o Conselho.

JORGE SOARES PINTO: Pronto, a pesquisa não vai entrar nesse mérito de como foi criado, quem tava, o que fizeram. Não, isso aí já é coisa passada...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Quando eu entrei já era, fundo e Conselho um só.

JORGE SOARES PINTO: Pronto! Então o fundo e o Conselho, o grupo, os conselheiros são os mesmos, do fundo e do Conselho?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Aí eu sou presidente do fundo!

JORGE SOARES PINTO: Do Conselho como a senhora falou...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Agora do Conselho não! Eu sou gestora do fundo! Agora do Conselho não.

JORGE SOARES PINTO: Quem é o presidente [do Conselho]?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não fui eu quem renuncie!

JORGE SOARES PINTO: Não, eu sei. Mas e hoje, quem está como presidente?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, eles vão fazer a eleição.

JORGE SOARES PINTO: Certo! Só pra eu me situar, porque ao ler as leis antigas e vendo as coisas, aí oxente, mas e o projeto de lei é criação do Conselho? E num sei o quê e tal. E eu vendo as atas antigas de 2008, todas elas, é sempre em relação ao Conselho gestor do fundo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Do fundo!

JORGE SOARES PINTO: Aí eu disse “pô, isso aqui são coisas diferentes ou são coisas iguais?”, porque tem município que é diferente...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Mas é diferente! Deveria ser.

JORGE SOARES PINTO: Porque tem município que é um grupo que trata de um...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Eu também ia fazer essa pergunta a eles lá, porque eles estão... lá é a lei do fundo de criação, a lei da criação do fundo e o do Conselho é outra!

JORGE SOARES PINTO: Outra coisa.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Só que lá dá pra você achar que são as duas numa só, é o Conselho e o fundo num só, não é isso?

JORGE SOARES PINTO: Então, exatamente! É justamente a dúvida que eu tava tendo. Até então eu não tive a oportunidade de perguntar a senhora ou a qualquer outra pessoa.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É, mas eu também tive essa mesma dúvida que você. Eu nunca trabalhei desse jeito, trabalhava, por exemplo, existe o Conselho e existe o fundo, quem vai gerenciar o fundo é o gestor, quem vai fiscalizar o fundo é o Conselho.

JORGE SOARES PINTO: Exato! Aí é um grupo que trata do fundo, vamos dizer assim, e um grupo e um grupo que, enfim, tô entendendo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Era assim que eu trabalhava, mas quando eu cheguei aqui eu vi isso.

JORGE SOARES PINTO: A configuração atual é essa...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Já! Exatamente!

JORGE SOARES PINTO: Dessa pra frente, porque aí como eu disse a senhora a gente não tem interesse, a pesquisa não vai entrar nessas coisas não. É mais pra saber o funcionamento geral de como está hoje em Patos, entendeu?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, tranquilo. Certo. Tem mais? Veja aí.

JORGE SOARES PINTO: Agora eu quero entrar mais na questão de, tirada essa dúvida, uma coisa mais geral. Quais são os grandes desafios, se a senhora pudesse apontar. Olhe, nós temos 3, 4 grandes desafios de moradia em Patos. O que a senhora poderia apontar? No desafio gigante com o grupo tal, a gente tá com num sei o quê, projeto X a gente tá com um desafio de resolver, mais ou menos nesse sentido.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Olhe, o problema de moradia no município de Patos não é um problema isolado do município de Patos e sim do país. Então nós estamos vendo o tempo interior novas pessoas, novos indivíduos necessitando de moradia, todos os dias o número cresce, o déficit aumenta. E com os programas Minha Casa Minha vida,

o programa Casa Verde Amarela, ele não solucionou, mas vai amenizando o déficit. Quando você acredita que o déficit vai diminuir, ele aumenta 30%.

JORGE SOARES PINTO: Dá um pulo de novo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Dá um pulo novamente! Por que? É algo dinâmico, não é estático. Você sana o problema da população hoje por falta de moradia, daqui a 3, 4 meses, João e Maria, que teve José, Luís e uma outra Maria 2, vão se casar e necessitam de casa, já tem uma nova família. Então baseado no caso, que eu me baseio dessa forma, é a primeira experiência que estou tendo com habitação, já tive uma outra experiência em outro município de distribuição de casas com pessoas de renda mínima. Aquela pessoa que recebeu aquela casa em menos de 2 anos já tinha, 2, 3 filhos casados, necessitando de uma nova moradia, porque estava dentro da casa dos pais. Daí eles fazem um puxadinho, começa a fazer uma reforma naquela casa que ele recebeu, fecha parede, abre porta, fecha porta, abre porta, entendeu? Utiliza o quintal pra fazer um quarto pra o filho, depois não tem mais pra onde crescer, ele puxa a frente já tirando aquela, toda aquela delimitação de calçada, então começa a haver um desajuste na arquitetura daquela obra, entendeu? Passa pra frente, porque precisa sobreviver e encontrou alguém que deu um valor à vista, do valor da casa inferior, eu acredito que até $\frac{1}{4}$ do valor da casa e volta à estaca zero, morando novamente de aluguel ou casas cedidas de parentes ou ainda em acampamentos novamente de invasão, nós temos. Qual é o nosso desafio? O nosso desafio é ter um deputado federal do nosso município, nós estamos com 856 moradias verticais pra serem distribuídas agora, até o final do ano. Acredito que isso tenha distribuído, certo? 850 casas, todas elas dentro da lei de repartição. E o que é isso? Existe um percentual para mulher que são mães sem maridos, que tem filhos de 0 a 6 anos, de 6 a 12 anos, negros, pessoas que são portadores de alguma deficiência comprovada, idosos, cadeirantes, quem mais? Mulheres que vivem sob violência doméstica, essa é uma repartição vinda do nacional e que é absorvida pela SEAP, tá? Essa distribuição, quanto maior o número de critérios, mais dá chance dele receber a casa, ele vai receber uma ligação, aquela coisa toda e é encaminhado pra ser vistoriado tudo o que ele diz, porque é autodeclaratório o cadastro da SEAP, que é a Companhia Estadual de Habitação Popular do Estado da Paraíba. Quanto maior o número de critérios, mais você tem chance. No entanto, foram mais de 10 mil inscritos, passaram na peneira com critérios apenas 4500, desses 4500 terá que ser tirado numa seleção de 856. Veja o quanto sobrou.

JORGE SOARES PINTO: O desafio é grande.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Aí vamos lá, “ah, mas tem alguém que já tem uma casa e vai receber”. Bom, isso são boatos, isso são disse me disse, ouvi dizer e sabe quem disse, mas não há possibilidade pra isso, porque da mesma forma que você compra um carro e tem o IPVA no seu nome, existe também o cadastro de imóveis, de mutuários nacional, que é o CAD MUT, então ele cruza os dados também em todos os outros sistemas. Sistema do INSS, sistema do Bolsa Família, do Cadastramento Único, sistema do SINOBS, que é o de pessoas que já morreram e tem que tirar o óbito, entendeu? Então esses dados se cruzam e assim vai. Então todas essas pessoas de baixa renda elas estão inclusas na faixa 1 do Minha Casa Minha Vida anterior, que passou a ser o Casa Verde Amarela e agora mudou novamente o nome.

JORGE SOARES PINTO: É! O Novo Minha Casa Minha Vida do governo Lula.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Mas nada ainda foi divulgado, então a gente... eu só posso dizer o que é oficial. E esse número de pessoas todo dia cresce, é como um vírus! Quanto mais ele fica... é como a dengue, pronto, a dengue é aquilo ali, não era a dengue? De repente passou a ser o quê? Chikungunya, passou a ser o quê? As arboviroses em geral, né. Então é como Maria e José, não só tem aquele filho, ele pode ser até só, aí ele não tem direito, não é que ele não tem direito, mas vai perder pra quem tem 10 filhos, inclusive, de menores. Quem tem filhos especiais também, é o novo critério. Você já tem todos esses critérios?

JORGE SOARES PINTO: Não!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Olhe, eu vou passar pra você os critérios pra você ver como é... me dê um “oi” aí, por favor.

JORGE SOARES PINTO: Sim. Eu vou dar só um toque...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não, eu queria só que você falasse pra eu passar aqui pra você...

JORGE SOARES PINTO: Pronto, falei agora dia 11.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, vou mandar pra você pra você ter uma ideia. Não é como muita gente pensa, que é fácil, certo? Acha que isso é feito por a gente, não é! Nós não temos o poder de inclui-los ou excluir, tá? Nós não temos poder de inclusão ou exclusão. Nós só somos apenas e somente só apoiadores logísticos pra inserir no cadastro da SEAP, certo? Esses programas, eles têm uma parceria do governo federal, governo estadual e o município dá só esse apoio logístico, tá?

JORGE SOARES PINTO: A minha pergunta, a segunda pergunta seria mais ou menos nesse sentido. Qual é a participação da secretaria? Qual é, digamos assim, qual é a parte da secretaria nessas obras, nesses projetos federais?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, o governo dá isenções, né? Dá as isenções de ISS, dá algumas isenções, inclusive, facilita, desburocratiza alguns... pronto, peguei aqui, agora você vai entender isso aqui, você vai entender os primeiros 5 critérios. Pronto, vamos lá. A participação do município é essa, a gente dá toda a logística, nós passamos o ano inteiro, o mês inteiro de 2021 até janeiro de 2022 trabalhando com esse prédio cheio de gente, os interessados em se cadastrar. Como eles não tem segurança em abrir um link e fazer, eles não têm habilidade, as vezes não tem internet, não tem um celular adequado, então eles procuram a secretaria pra fazer esse cadastro, independente do cadastro. Aí é autodeclaratório, você quem vai declarar, se você abrir aí, você vai entender que cada requisito desse você tem que no mínimo preencher 5, porque senão o sistema não fecha. Você tem que preencher no mínimo, no primeiro você tem que preencher de 1 a 5 e no segundo você tem que preencher 5 critérios desse. Aí você diz “é fácil!”, é não! Quando você começa a preencher a pessoa não tem, certo? De preferência ele tem que ter o NIS, ou seja, ele tem que ter o Cadastro Único do governo federal, quando ele tá aqui olhe, você vai ler e você vai ver tem até coisa que você vai ver e vai dizer “oxe, mas eu já li isso”. É, mas é porque você tá lendo o NAU [?], que você precisa de 1, qual é ele? Que você tenha o NIS, que seja de renda mínima e aí então você vai pra o segundo, que você só fecha o sistema se tiver 5 critérios cumpridos, entendeu? Então você vai ler os critérios, você vai ver que não é fácil. “Ah, é fácil demais completar!”, é não! Muitos iam embora e no outro dia voltavam pra mentir, infelizmente a gente tinha que aceitar. Olhe só, até excesso de 1 quarto, excesso, tinha que ter apenas 4 pessoas, entendeu? Passou disso conta 1 critério, por exemplo, vamos pra eles aqui, primeiro “viver em domicílio rústico caracterizado

como aquele cuja parede não seja de alvenaria”, ou seja, é barro, é papelão, é isopor, seja lá o que for e não seja de alvenaria. “Viver em domicílio improvisado”, como é isso? Improvisou uma garagem, um banheiro, mora lá dentro do banheiro, tudo lá dentro, uma cozinha, debaixo da ponte, de uma marquise. Vamos lá, “encontrar-se em situação de coabitação involuntária caracterizada pelas formas das famílias conviventes em um mesmo domicílio”, Maria casou-se com João e lá vem filho, vem morar junto, aí o pai morreu, aí vem a avó que é cadeirante, tudo isso conta. Aí “encontrar-se em situação de adensamento excessivo de domicílio, alugado caracterizado pelo número médio de moradores superior a 3 pessoas por dormitório. Possuir ônus excessivo de aluguel”, pessoas que pagam aluguel alto demais. “Sim, mas eu pago um aluguel de 5 mil”, você tá dentro! Você tem que preencher tudo isso. “Ah, mas eu pago mil reais de aluguel”, sim, mas você está dentro dos critérios! Você paga aluguel alto, então você está dentro dos critérios. Olhe, “possuir ônus excessivo com aluguel caracterizado por famílias que desempenham mais de 30% de sua renda em aluguel”, tá aí a diferença. “Encontra-se em situação de rua comprovado por meio de atesto do INPUR [?]”. Como assim a pessoa tá no meio da rua e tem que comprovar? Tem! Eu conheço vários moradores de rua que tem onde morar, eles não moram por simples... a família não aceita, porque bebe, a família não aceita porque é drogado, a família não aceita porque não aceita o comportamento. Então ele, é um direito dele, é uma opção dele, ele mora na rua, então ele não tem direito, porque ele tem a casa dele, ele não vai... ele não quer morar em uma casa fechada, ele não se adapta aquilo ali. Bom, é fato e é real, tá? Vamos lá, vamos pra próxima. Aí nesse você tem que ter preenchido pelo menos 1, aí no segundo que são 16 questionamentos vem, olhe, novamente repetido o que o federal diz. Aí ele começa “mulher na condição de responsável familiar, comprovado por autodeclaração”, ser beneficiado também pelo bolsa família, comprovando também, tem que comprovar ser beneficiário de BPC, a pessoa tem uma pessoa que tem BPC, então ele tá incluso. Aí ele tem BPC, mas ele não tem as outras coisas, então ele não tá... você quer água?

JORGE SOARES PINTO: Não, eu trouxe! Ainda tem aqui, obrigado!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Neto chegou? Quando ele chegar, aí tu pede pra ele... aí ser beneficiário do bolsa família, mas ser beneficiário também do BPC. Você diz “aquela mulher ali tem BPC”, ela só tem o BPC, ela não tem outro, então ela tá de fora, entendeu? Aí, deixa eu abrir aqui, “possuir dependentes de até 6 anos de idade”, logicamente que tudo isso é comprovado, tá certo? Então, nesse aí ainda não termina, porque ele passa por mais 8 perguntas, possuir de 6 a 12 anos também, possuir pessoas com deficiência,

foi aquilo que eu te falei, tem que comprovar, possuir idoso na composição conta. Entenda, é um critério sempre somando, tá? Possuir negro na composição, tá? E fazer parte de grupos populares tradicionais como quilombo, ribeirinhos, sabe? Então vamos lá, “pessoas portadoras de vírus como HIV/AIDS”, que é a mesma coisa, só que não é só isso! Crianças que tem autismo já conta, crianças especiais, porque ele especifica o tipo, ele diz que é HIV, mas é aberto, entendeu? Desde que comprove, entendeu? Não pode dizer que é e contar. A pessoa pode dizer que é negro, porque você se considera negro.

JORGE SOARES PINTO: Autodeclarado.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Autodeclaratório, então entendeu como não é fácil? Mas aí, eles iam embora e voltavam com outra resposta.

JORGE SOARES PINTO: Quando se deparavam com tantas coisas, digamos assim, com tantos critérios, aí já vinham no segundo dia...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Com o critério que ele ia apontar! Entendeu?

JORGE SOARES PINTO: Agora qual é a parte do município? Por que vai, ainda chega na parte do município, digamos assim... regras de modo geral.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não! A parte do município é, pessoas que recebem alugueis sociais o município paga, um benefício eventual que é o aluguel social, durante 6 meses. Durante 6 meses a pessoa não consegue sair da miserabilidade, da vulnerabilidade, no entanto, tem pessoas que perderam as suas casas e existe o aluguel social fixo, até que ele consiga uma nova casa. E quem são? São pessoas que perderam a sua casa na enchente, demoliram a sua casa, a casa pegou fogo, coisas desse tipo. Então ele não tem como se refazer durante 6 meses, então a prefeitura tem como direcionar, esse é o nosso papel. Comprovadamente quanto tempo ele recebe aquele aluguel social? Ah, faz 4 anos, 10 anos, sei lá, desde 2016.

JORGE SOARES PINTO: Dá pra fazer uma escala de prioridade?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Eles entram natural, eles não têm como...

JORGE SOARES PINTO: Então a parte da prefeitura nesse caso, ele só entra...?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Nós não fazemos essa vistoria, quem faz são os agentes sociais da SEAP. Nós dizemos “olha, aqui tem 20 pessoas”, aí vão lá. Aí qual é o outro? Existem 18 pessoas em uma invasão, aquela invasão, ela tem que ser observada... Neto, eu já te recebo viu? Tá entendendo? Então tem que ser averiguado se aquelas pessoas... deixa eu te contar uma coisa, em 2019 eu assumi a prefeitura de Patos, em relação a Secretaria de Desenvolvimento Social, eu cheguei aqui. Eu trabalhava em outro município, não era do social, era de outro município, aqui eu vim pra o social.

JORGE SOARES PINTO: No social desde 2019...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: No social! Nós tínhamos 24 famílias no Serrote Liso.

JORGE SOARES PINTO: Já era habitação no social? A pasta.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Nunca foi. É separada. 14. Que hoje eu sou do Desenvolvimento Econômico e Habitação, lá eu era do Social, aqui em Patos ainda. 14 famílias. Eles chegaram de 7h a 8h no acampamento, na invasão, as 17h30 já não tinha mais nenhum! Eles vão embora pra casa que ele tava pagando aluguel, pra casa de um familiar, pra casa de...

JORGE SOARES PINTO: Essa localidade, como é o nome dela?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Serrote Liso.

JORGE SOARES PINTO: Serrote... Élisio?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Liso!

JORGE SOARES PINTO: Liso? Ah, Serrote Liso!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Como é que você chega até lá? Você vai na alça, no início do 18, vai na alça, sobe a ponte e segue. Quando você vai chegando na linha férrea, você olha a sua esquerda já tem uma família.

JORGE SOARES PINTO: Tem um barraco ali, tinha, talvez...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Ele não quer! Você pode dar a ele, ele não quer. Que aquilo ali, ele acredita que vai ser dele um dia. Você dobra a direita...

JORGE SOARES PINTO: E vai ser valorizado ali, já está muito valorizado!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Valorizado... você dobra a direita, em cima da linha férrea, mais ou menos uns 100 metros, você depois que passar o loteamento bacana, bonito, bem estruturado, planejado, você olha a sua esquerda, hoje tem 81 barracos, de 24 passou a 81 barracos.

JORGE SOARES PINTO: 81? É muita coisa!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Quer saber mais? Existe lá no Cangote do Urubu... só um momento.

JORGE SOARES PINTO: Sem problemas!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É, pronto! Cangote do Urubu. Lá é um espaço privado, tanto esse como esse, não é público o espaço e eles invadiram. E você viu aí o número?

JORGE SOARES PINTO: Não deu tempo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: São 62 famílias. Olha lá, já vai 82 aqui com mais 62 aqui. Essas aqui, segundo alguns, eles já receberam casas, eles já estão lá de novo, tem deles que pedem, constroem e vendem. Eles vão pedindo a alguém, constroem a

casinha e vendem. Lá já tem casas construídas, se não me engano, 2 casas construídas de alvenaria, o restante é toda de taipa, no Cangote do Urubu. Tem que ser retirados. Na semana passada nós fomos no Ministério Público, nós fomos pra uma reunião e é exatamente isso, então um tem 81, no outro já tem 62. No Sapateiro, lá era um conjunto, é um conjunto, eles começaram a invadir e os filhos começaram também a casar e a querer a sua própria casa. Lá na época que eu estava, tinha 12 famílias, pode ir lá que já tem umas 20 e tantas.

JORGE SOARES PINTO: 23.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Entendeu? Tá entendendo? Então pra você ter uma ideia como cresce.

JORGE SOARES PINTO: A senhora citou 3 casos aí, quais são outros casos aqui em Patos?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Outros?

JORGE SOARES PINTO: Outros!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Só conheço esse, esse, esse e o Itaipava, mas o Itaipava são casinhas que eles tão fazendo.

JORGE SOARES PINTO: Itaipava, onde é que fica?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Por trás da Itaipava, é uma pobreza bem acentuada.

JORGE SOARES PINTO: Mas ali também é invasão ou não?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Segundo eles, a terra é deles. Segundo eles. Entendeu?

JORGE SOARES PINTO: Digamos que tem 4 pontos de conflitos em Patos.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Tem. De conflito mesmo só tem 3.

JORGE SOARES PINTO: De conflito mesmo são 3? Esse outro ele tem a pobreza, mas é deles o espaço.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! É deles o espaço. É só porque não tem orçamento, não tem essas coisas.

JORGE SOARES PINTO: Aí já são outras reivindicações?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Outras reivindicações.

JORGE SOARES PINTO: Então esses 3 aí são os, digamos, os grandes, né? Os principais.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! O Serrote Liso, vá anotando aí, os Sapateiros, na frente da associação você vê logo. Na entrada dos Sapateiros, você seguindo direto você já vê, e no Cangote do Urubu. São esses 3 locais de conflitos, que necessitam, mas eles já estão inclusos. Nesse Serrote Liso, todos estão inscritos. Nesse aqui, o Cangote do Urubu, faltam alguns, de uns 4 a 6 para ser inscritos, e nos Sapateiros todos estavam inscritos. Até no dia que nós fizemos.

JORGE SOARES PINTO: Certo. Aí o primeiro critério vai ser o aluguel social, aquelas famílias que estão no aluguel social, digamos, elas...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não, o primeiro critério é ser bolsa família!

JORGE SOARES PINTO: Não, em termos de município. Tá falando de município, né? Porque se a gente for passar lá do federal a peneira é maior. A família venceu todos os critérios, as barreiras, chegou na prefeitura, aluguel social?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Aluguel social.

JORGE SOARES PINTO: Pra ganhar mais pontos do quem não está no aluguel social.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não é que ele vá ganhar mais pontos, ele vai ter preferência aos demais, entendeu?

JORGE SOARES PINTO: Tudo bem, perfeitamente. Tem como saber se essas famílias, essas aí, estão no aluguel social?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Qual?

JORGE SOARES PINTO: Essas que você citou. Dessas áreas aí.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Sim, porque quando nós vamos lá... tem na prefeitura o relatório, ele só recebe mediante um relatório psicossocial, entendeu? Tem um psicólogo e um assistente social.

JORGE SOARES PINTO: Como é que eles pagam aluguel se eles moram num barraco?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Eles não pagam o aluguel não, eles recebem...

JORGE SOARES PINTO: Eles recebem o aluguel, uma ajuda?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Ele tem que ter um contrato de locação com a casa, entendeu? É desse jeito. Do contrário se ele não recebe o aluguel social, ele recebe um benefício eventual durante 6 meses recebe 200 reais, recebe 150, entendeu? Pronto, são ajudas.

JORGE SOARES PINTO: Esse pessoal, dessas 3 grandes localidades que tem aí, como é que eu posso dizer? Quais são, na visão da secretaria, quais são os grandes apoiadores, protetores em termos de políticos e de pessoas da cidade em relação a esses grupos? A gente sabe que tem sempre a pauta, vamos lá, a pauta dos sem tetos, aí tem sempre um vereador, tem sempre um deputado, tem sempre alguém que está sempre na luta por moradia. Então está sempre envolvido...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: São as associações!

JORGE SOARES PINTO: São as associações?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É! Eles são as associações, cada um tem uma associação...

JORGE SOARES PINTO: Eles estão sempre ligados em associações?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Esse Serrote Liso tem uma associação.

JORGE SOARES PINTO: É o único? Ou a senhora tem um certo conhecimento?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Lá no Sapateiro também tem.

JORGE SOARES PINTO: Uma informação extra, só pra complementar.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Mas esse tem! Esse pode botar, tem associação. E associação do Serrote Liso, Danuza que era a presidente, era uma pretendente a casa, ela mora lá. E os Sapateiros tem também.

JORGE SOARES PINTO: Os Sapateiros tem a associação dos Sapateiros?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Tem!

JORGE SOARES PINTO: Associação que eu digo assim é um grupo organizado, não necessariamente uma associação, mas um grupo mais organizado, que reivindica.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Reivindica. Nesse caso aí, tem um rapaz que eu não sei quem é ele. Inclusive, ele pegava... eu não sei, não posso nem dizer se é verdade ou não, porque ele pegava e dava pra quem não precisava. Não sei, não conheço.

JORGE SOARES PINTO: Certo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Tem mais?

JORGE SOARES PINTO: Não, assim... eu tô, essas perguntas são mais pra entender a composição geral do município em relação à moradia, que a gente... quais são os grandes, por exemplo, quais são os grandes interessados na política da moradia? Tem esses movimentos, essas pessoas que moram em situações precárias, eles querem casas...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Tem as associações, né? Que lutam por isso, nós temos também muita casa fechada no Itatiuna, eles falam muito. As pessoas recebem, ah, deixa eu buscar aqui o livro...

JORGE SOARES PINTO: É uma próxima pergunta, justamente a questão de documentos. Documentos informativos, não necessariamente aqueles documentos...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não temos. Informativo como?

JORGE SOARES PINTO: Informativo! Por exemplo, um livro, uma revista, uma publicação que a senhora tenha conhecimento que fale sobre o assunto, entendeu?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: De Patos?

JORGE SOARES PINTO: Sim! De Patos, moradia, habitação.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: “Catadores: experiências”, o que é isso? É exatamente falando sobre moradia. Por que eles vendem?

JORGE SOARES PINTO: Mas de Patos?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não, no geral! Leve esse livro pra você dar uma olhada, você vai entender porque eles vão embora, porque que eles recebem uma casa e vão embora.

JORGE SOARES PINTO: E saem...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Porque eles não têm raiz! Aqui explica tudo. É maravilhoso esse livro, esse livro é tudo, eu já li 2 vezes ele, você pode até ficar com ele sem nenhum problema.

JORGE SOARES PINTO: Mas rapaz...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: É meu! O livro não é da secretaria, é meu, da secretária de Desenvolvimento, é meu esse livro. Pode levar ele, você vai ver.

JORGE SOARES PINTO: Certo!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Muito bom!

JORGE SOARES PINTO: Era uma próxima pergunta que eu ia fazer...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Eles vieram aqui fazer uma pesquisa, na época não tinha a invasão dos Sapateiros ainda. Os Sapateiros, eles vieram depois de 2001, 2021. Eles apareceram, fazem uns 3 anos que eles estão lá mais ou menos, entendeu?

JORGE SOARES PINTO: Tô entendendo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: E no mais você pode...

JORGE SOARES PINTO: E em termos de prefeitura? Agora eu queria saber o seguinte, bem informativo, na gestão da senhora na secretaria, porque como eu tô dizendo, se a pesquisa foi inventar de ir lá quando foi fundada a cidade, aí é outra pesquisa. A gente tem um recorte, a gente tem um recorte do quê? Momento atual, quem são os grupos, as pessoas, quais são as políticas, o que tá sendo feito. Esse é o recorte atual. Nesse recorte, quais são os projetos? Digamos assim, esse projeto é da prefeitura, da secretaria aqui em Patos. Projeto de moradia, a senhora já citou o aluguel social, é um projeto de habitação também, é um projeto de habitação, de moraria, um auxílio. Tem outros projetos? Digamos, outros produtos que a prefeitura tá fazendo em termos de moradia aqui em Patos.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Os outros produtos, inclusive, da prefeitura nós não temos, mas nós temos é desburocratização, que está tendo agora. Vai ter mais uma abertura de um novo conjunto habitacional, são 500 moradias, ali em frente a ENERGISA. Estava pra fechar aquele espaço...

JORGE SOARES PINTO: Aqueles prédios? Tem uns prédios ali, né. Não é ali não, né? Tem uns prédios levantados, não é ali não, né?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não! Mias lá na frente, depois da Vila Olímpica, muito... e vai ter um agora de moradia, voltado pra segunda faixa, que já vai, que já tá sendo tramitado, que tá em tramitação nos cartórios, de liberação de documentação. Então é faixa 2, quem recebe 1800 acima até 4000 reais, então serão 400, também vertical lá e teremos o outro, Minha Casa Minha Vida 2, que são 500 casas, nesse caso é casas. Agora tem umas exigências do governo, do tamanho da área, terá que ter uma varanda e terá que ter energia solar. Então isso aí a prefeitura já está dando todo o suporte pra as empresas e pra SEAP junto ao governo federal pra ser liberado o espaço. Desburocratizando, isentando taxas, isentando alguns, vamos dizer assim, impostos e taxas.

JORGE SOARES PINTO: Pra dar uma facilitada no pessoal ter acesso.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Exatamente! Esse é o nosso projeto, nós não temos um projeto exclusivo do município. A não ser isolado, uma casa cai e faz, através do social, faz o levantamento. Viu que aquela pessoa precisa da casa, então a prefeitura vai lá e faz tudo o que for necessário para a reconstrução daquela moradia especial.

JORGE SOARES PINTO: E o plano? O município tem um plano de habitação.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Esse plano de habitação é muito antigo! Mas eu posso procurar ele pra você.

JORGE SOARES PINTO: Eu queria ter o PDF desse plano.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não sei se eu consigo pra você...

JORGE SOARES PINTO: PDF não, desculpa. PDF é o papel mesmo, tome aqui o plano.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, eu vou ver isso com algum dos meninos pra ver se eles te entregam.

JORGE SOARES PINTO: Eu queria esse plano. Na verdade, qual é o interesse do plano? É dizer que o município tem um plano, elaborou um plano, é até uma exigência federal, todo município tem que ter um plano de habitação, “aqui o plano de habitação de Patos”.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pronto, eu vou ver se consigo isso pra você, viu.

JORGE SOARES PINTO: Seria interessante. E em relação ao fundo de habitação?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Fundo de habitação é isso que estou lhe dizendo... eles disseram que tava previsto um valor de 800 mil.

JORGE SOARES PINTO: Eles quem?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Quando vai fazer o orçamento, a gente não já pega, não já pega pronto? Então, quando eu entrei já não peguei pronto? 800 mil, vai todo embora a moradia pelo social.

JORGE SOARES PINTO: Pelo aluguel?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pelo aluguel social. 800 mil não dá nada. Um aluguel hoje, pra você ter uma ideia, a gente pagava em 2019 os benefícios eventuais eles chegavam a 36, 40 mil, teve mês de ter 60 mil reais, rapidinho vai embora. Em 10 meses você teria 600 mil, não é isso?

JORGE SOARES PINTO: Porque o aluguel, ele não é só uma vez, né?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não é só uma vez! Entendeu? São quantos? Fixos eram 23, fora isso tinham os demais, os que pareciam eventualmente, entendeu? Aí não tem como.

JORGE SOARES PINTO: Habitação é uma das poucas demandas públicas, a senhora falou bem no início, ela nunca acaba.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Ela nunca vai acabar...

JORGE SOARES PINTO: Ela sempre existe!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Ela sempre existe! É como o benefício da cesta básica. Todos os dias você recebe a cesta básica, um exemplo, mas todos os dias você precisa comer. Cesta básica, ela dura no máximo 9 dias e o resto dos dias? São 30 dias durante o mês, e aí? Não tem sábado e domingo que você passa sem fome não, você tem fome! Então a fome é exatamente isso, você dá a cesta básica... por isso a alimentação nas escolas, que não é mais uma merenda escolar, é uma alimentação, certo? E os CRAS que também alimentam as crianças, as creches também. Aí nós temos o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, que é o banco de alimentos, e o DAF, que é a unidade de distribuição da agricultura familiar, tudo é doado. Então, assim, a moradia é todos os dias e a fome é toda hora.

JORGE SOARES PINTO: É uma demanda que nunca acaba, é uma demanda que sempre existe. Um exemplo das famílias que vão se reproduzindo, a demanda em habitação também vai se reproduzindo.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Exato! Com certeza.

JORGE SOARES PINTO: É isso mesmo. Pronto, essa foi a conversa. É basicamente isso. Eu queria saber, se em uma necessidade de uma outra reunião dessa, em uma outra conversa sobre isso... por que qual é a fase da pesquisa agora? É essa fase geral, que é o que eu lhe disse, a pesquisa eu tô tendo... no segundo semestre desse ano, a minha pesquisa provavelmente, eu espero que ela termine, porque eu espero entrar no doutorado já em janeiro, ela termina em

dezembro. Então novembro pra dezembro eu tenho, eu quero apresentar o meu trabalho, então até lá provavelmente eu vou precisar conversar mais uma vez com a senhora.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pode ligar pra mim!

JORGE SOARES PINTO: Aí a gente ajeita, do jeito que a gente ajeitou agora. Se não puder ir num dia, vai noutro, a gente vai se encontrando...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pode ligar aqui que eu atendo, eu estando aqui eu atendo. Não tem problema. Tá certo?

JORGE SOARES PINTO: Tudo certo. Outra coisa, a inauguração do São Judas Tadeu?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Não temos data certa.

JORGE SOARES PINTO: Não tem data a senhora falou. Até dezembro provavelmente resolva, entregue.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Isso! Eles disseram que julho, junho pra julho, agosto, mas não tem data comprovada.

JORGE SOARES PINTO: Certo, tudo certo. Eu gostaria de participar da inauguração. Aliás, eu gostaria de participar de todos os eventos em termos de habitação. Eu queria ficar na cola da senhora, onde a senhora tiver falando de habitação, que a senhora pode falar de desenvolvimento econômico, aí já não entra mais na pesquisa. Embora tem relações com habitação, que a casa também dá o desenvolvimento, mas a gente tem que obedecer ao recorte a pesquisa, entendeu?

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Eu entendo. Pode...

JORGE SOARES PINTO: Aí eu queria tá nos eventos, nas reuniões que sejam públicas, na verdade, porque pode ser uma reunião mais restrita, aí enfim. Mas eventos, a inauguração do São Judas Tadeu, vai ter daqui pra dezembro, se Deus quiser eu quero estar lá.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Você assistiu a LDO, não foi?

JORGE SOARES PINTO: Assisti!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Você viu que não houve fala de moradia...

JORGE SOARES PINTO: Eu achei que podia ter alguma coisa, tipo assim, nós temos uma expectativa de tanto pra moradia, aí essa informação ia servir pra mim, nesse sentido, entendeu? Partindo daquela reunião, eu sei que quando fechar tudo vai ter, mas partindo da reunião...

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: No meu eu já botei, no meu projeto, entendeu? Pois Jorge, precisando pode me procurar! Faça bom uso do livro, você vai gostar.

JORGE SOARES PINTO: Eu farei!

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Tá certo?

JORGE SOARES PINTO: Tá certo! A minha esposa que tá mandando mensagem, porque ela tá na escola.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Ela é professora?

JORGE SOARES PINTO: É! E eu disse “tô pra entrar”, ela fez “tá bom, fica aí”, aí eu “tá bom, fico”.

JOSEMILA MARIA GOMES DA NÓBREGA CANDEIA: Pois até mais! Bora, Neto!

JORGE SOARES PINTO: Até mais! Muito obrigado. Vamos conversar.